

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MARIO VIEIRA DE MELLO E A QUESTÃO NACIONAL:

Reflexões sobre o estetismo na cultura brasileira

FILIFE COSTA FONTES

SÃO PAULO

2012

FILIPPE COSTA FONTES

MARIO VIEIRA DE MELLO E A QUESTÃO NACIONAL:

Reflexões sobre o estetismo na cultura brasileira

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura (EAHC).

Orientador: Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier

SÃO PAULO

2012

F683m

Fontes, Filipe Costa

Mario Vieira de Mello e a questão nacional : reflexões
sobre o estetismo na cultura brasileira / Filipe Costa

Fontes - São Paulo, 2012

120 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História da
Cultura) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012.

Referências bibliográficas : f. 116-120.

1. Estetismo. 2. Desenvolvimentismo. 3. Cultura brasileira.
4. Questão nacional. 5. Mello, Mario Vieira de. I. Título

CDD 306.0981

FILIPPE COSTA FONTES

MARIO VIEIRA DE MELLO E A QUESTÃO NACIONAL:

Reflexões sobre o estetismo na cultura brasileira

Dissertação apresentada à Universidade Presbiteriana Mackenzie como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura (EAHC).

Aprovada em 10 de Agosto de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier – Orientador
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Prof. Dra. Tania Regina de Luca
UNESP – Universidade Estadual Paulista

Prof. Dr. Wilson Santana Silva
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Aos meus pais e irmãos, colaboradores vitais na formação de minha visão de mundo; à Lenice e à Ana Livia, minha esposa e filha, a quem custaram o preço maior de minha dedicação a este trabalho; e ao Daniel, meu filho, que se encontra em formação no ventre da mãe, enquanto escrevo estas linhas.

AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Lenice, a quem, certamente, custou o preço mais alto de meu envolvimento neste trabalho. Agradeço pela paciência e apoio incansável dedicados ao longo de todo o curso e produção deste trabalho. À minha filhinha, Ana Lívia, que tem sido responsável pelos meus maiores aprendizados significativos nos últimos anos. Ao Daniel, que mesmo na barriga da mamãe, se tornou um dos maiores estímulos para a concretização desta etapa. Aos meus pais, Paulo e Eliane, e irmãos, Pauliane e Paulo Júnior, pela colaboração essencial na construção de minha cosmovisão, por meio da educação e do convívio diário.

Ao Prof. Dr. Arnaldo Daraya Contier, pelo direcionamento sempre respeitoso e amigável, mesmo nos momentos em que os caminhos não estavam tão claros, pelas lições e paciência marcantes durante todo o processo. À Prof. Dra. Tânia Regina de Luca, pelas orientações fundamentais que direcionaram muito os rumos deste trabalho. Ao Prof. Dr. Wilson Santana Silva, pelas orientações, sobretudo de cunho metodológico e quanto à apresentação do trabalho, além do acompanhamento e incentivo desde o início de minha carreira acadêmica.

À Maria Elvira Galloti Vieira de Mello, filha do Embaixador Mario Vieira de Mello, pelas informações e, sobretudo, pela autorização para as pesquisas no maço pessoal de seu pai no Arquivo Histórico do Itamaraty.

Por fim, minha gratidão a Deus, origem, meio e fim de todas as coisas, dentre elas minha vida e labor.

*“...o que somos econômica e socialmente é inelutavelmente uma consequência de nosso Ser cultural” (MELLO, M. V. de., **Desenvolvimento e Cultura**, p.102).*

*“Enquanto o nosso estetismo não for levado perante um tribunal do espírito capaz de julgá-lo pelos crimes de irresponsabilidade intelectual que vem cometendo há tanto e tanto tempo, continuará ele transformando em emocionalismo contemplativo e indiferente à moralidade os temas mais acentuadamente éticos que a vida humana é capaz de sugerir” (MELLO, M. V. de., **Desenvolvimento e Cultura**, p.308).*

RESUMO

A questão nacional foi constantemente problematizada pelo pensamento nacional. Em geral a questão nacional esteve relacionada à ideia de atraso. No fim do séc. XIX e início do séc. XX, a questão nacional e o suposto atraso brasileiro foram explicados a partir do paradigma bio-psicológico, pela ideologia do caráter nacional. As críticas da antropologia e da sociologia ao referido paradigma, no início do séc. XX, causou seu gradual enfraquecimento e, posteriormente, sua derrocada, no Brasil, impulsionada pelos trabalhos de Caio Prado Júnior. Durante a segunda metade do séc. XX, nas décadas de 50 e 60, o paradigma bio-psicológico deu origem ao econômico. A partir de então, a questão nacional, antes explicada a partir de elementos raciais, ou da relação entre a raça e o meio, passou a ser explicada pela posição econômica do Brasil em relação às nações consideradas desenvolvidas. É neste contexto que entra em cena *Desenvolvimento e Cultura*, escrita por Mario Vieira de Mello em 1963 para participar do diálogo sobre o desenvolvimento do país. O propósito deste trabalho é verificar a participação de Mario Vieira de Mello, sua obra *Desenvolvimento e Cultura*, e de sua noção de estetismo na cultura brasileira para a compreensão da questão nacional.

Palavras-chave: estetismo, desenvolvimentismo, cultura brasileira, questão nacional, Mario Vieira de Mello.

ABSTRACT

The national question was constantly questioned by national thought. The national question was, in general, related to the idea of delay. At the end of the century and early nineteenth century XX, the national question and the alleged delay in Brazil was explained from the bio-psychological paradigm, the ideology of national character. The criticisms of anthropology and sociology to that paradigm, at the beginning of the century XX caused its gradual weakening and, later, its downfall, in Brazil, driven by the work of Caio Prado Junior. During the second half of the century XX, in the 50s and 60s, the bio-psychological paradigm gave rise to economic development. Since then, the national question before explained from racial elements, or the relationship between race and environment, has to be explained by the economic position of Brazil in relation to nations considered developed. In this context comes into play Development and Culture, written by Mario Vieira de Mello in 1963 to join the dialogue on the country's development. The purpose of this study is to assess the role of Mario Vieira de Mello, his work Development and Culture, and his notion of aestheticism in Brazilian culture to the understanding of the national question.

Keywords: aestheticism, developmentalism, Brazilian culture, the national question, Mario Vieira de Mello.

Sumário

INTRODUÇÃO	11
1. A QUESTÃO BRASILEIRA E O CARÁTER NACIONAL	18
1.1. A NOÇÃO DE CARÁTER NACIONAL	19
1.2. O CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO.....	23
1.2.1. <i>A crônica do período colonial</i>	24
1.2.2. <i>A poesia do período colonial</i>	26
1.2.3. <i>Silvio Romero: o realismo</i>	30
1.2.4. <i>Afonso Celso: a reação ao pessimismo realista</i>	33
1.2.5. <i>Euclides da Cunha: a literatura regionalista</i>	35
1.2.6. <i>Nina Rodrigues: o racismo</i>	36
1.2.7. <i>Manoel Bonfim: as razões históricas do atraso</i>	39
1.2.8. <i>Paulo Prado: uma psicologia social</i>	40
1.2.9. <i>Gilberto Freyre: uma leitura sociológica</i>	42
1.2.10. <i>Sergio Buarque de Hollanda: o homem cordial</i>	44
1.3. A TRANSIÇÃO: DO CARÁTER NACIONAL AO ASPECTO ECONÔMICO ...	48
2. A QUESTÃO BRASILEIRA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: O AMBIENTE INTELECTUAL DE <i>DESENVOLVIMENTO E CULTURA</i>	51
2.1. DESENVOLVIMENTISMO POLÍTICO NO BRASIL	53
2.2. DESENVOLVIMENTISMO TEÓRICO NO BRASIL.....	58
2.2.1. <i>O ISEB: Uma representação do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro</i>	60

2.2.2. <i>O ideário nacional-desenvolvimentista isebiano</i>	62
3. MARIO VIEIRA DE MELLO E A QUESTÃO NACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O ESTETISMO NA CULTURA BRASILEIRA.....	72
3.1. MARIO VIEIRA DE MELLO: UM PERFIL BIOGRÁFICO.....	72
3.2. DESENVOLVIMENTO E CULTURA.....	80
3.2.1. Mario Vieira de Mello e o nacional-desenvolvimentismo brasileiro.....	81
3.2.2. Mario Vieira de Mello: um novo paradigma.....	90
3.2.3. Mario Vieira de Mello: a leitura cultural.....	94
CONCLUSÃO.....	113
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116

INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, a questão nacional tem sido concebida de diversas maneiras e a partir de diferentes paradigmas. Apesar dessas diferenças, em geral, a concepção do problema nacional esteve comumente relacionada à ideia de atraso. Ignorados os méritos da discussão sobre o atraso nacional, permanece o fato de que tal constatação acompanha o pensamento brasileiro há um longo tempo. Na verdade, ela acompanha o Brasil desde o início de sua história, visto que na carta de Pero Vaz de Caminha (1450-1500) ao rei de Portugal, primeiro documento histórico produzido em solo brasileiro, o nativo já é descrito em termos de sua ingenuidade e bestialidade.¹ Mas, se por um lado, a constatação parece comum, como já afirmamos, não se pode dizer o mesmo quanto as causas às quais tal atraso é atribuído. Darcy Ribeiro (1922-1997), em sua obra *O Brasil como problema*, aponta uma diversidade de causas às quais o suposto atraso brasileiro tem sido atribuído ao longo da história de nosso pensamento, o que atesta a presença de diferentes paradigmas atuantes na interpretação da questão nacional.²

O fim do séc. XIX e o início do séc. XX apresentam-se como um momento histórico importante no que diz respeito à discussão deste assunto. Tal importância resulta, sobretudo, do advento do romantismo e seu correlato sócio-político, o nacionalismo, que carregava um esforço pela caracterização nacional. Sobretudo após a primeira guerra mundial os estudos nacionais se multiplicaram consideravelmente fazendo com que o interesse pelos traços próprios de um povo se ampliasse a tal ponto de a UNESCO publicar uma coleção sobre o tema: “*Como as nações se vêm umas às outras*”. Nesta época, surgiram obras dignas de consideração, como as das antropólogas Ruth Benedict (1887-1948) e Margaret Mead (1901-1978).³

No Brasil, este esforço pela compreensão da situação histórico-cultural do país foi impulsionado pela independência. Deste episódio histórico derivou-se a busca de uma identidade própria e de causas que não estivessem necessariamente atreladas à Colônia. Em geral, as interpretações deste período se valeram do paradigma bio-psicológico. Em grande parte, isto se deve à aceitação da ideia de

¹ Cf. CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do achamento do Brasil**. São Paulo: Callis Editora, 1999,

² Cf. RIBEIRO, D. **O Brasil como problema**, 2. ed. Rio de Janeiro: S/A, 1995.

³ Cf. PENNA, J.O. de M. **Em berço esplêndido**, 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999. p.17-20.

caráter nacional, isto é, a existência de “um conjunto de traços, atitudes, comportamentos, preferências, valores, mitos, ritos, costumes e métodos de resolver problemas da existência individual, familiar e comunitária – traços que são habitualmente encontrados entre os membros de uma sociedade nacional determinada”.⁴ Uma das primeiras obras produzidas sobre o assunto neste momento foi *O caráter geral dos brasileiros*, escrita pelo estadista e poeta brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838). Depois de Bonifácio, muitos outros nomes se envolveram neste esforço. Na obra *Aspirações Nacionais*, o historiador José Honório Rodrigues (1913-1987) apresenta uma historiografia das tratativas sobre o caráter nacional brasileiro. Dentre os autores apresentados por Rodrigues estão: Capistrano de Abreu (1853-1927) e sua obra *Ensaio e Estudos*; Sílvio Romero (1851-1914), e a obra *O caráter nacional e Origens do povo brasileiro*; Euclides da Cunha (1866-1909) e *Os sertões*, guardada a ressalva de que esta análise se limita a uma região específica do país; Afonso Celso (1860-1938) e seu ensaio otimista *Por que me ufano do meu país*, que visava contrabalançar o pessimismo característico da intelectualidade brasileira no início do período republicano; Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951) e suas obras *Populações meridionais do Brasil*, *Pequenos estudos de psicologia social*, *Evolução do povo brasileiro* e *O idealismo da constituição*; Fernando de Azevedo (1894-1974) e *A cultura brasileira* e Afonso Arinos de Mello Franco (1905-1990) e sua obra *Conceito de civilização brasileira*. Além destes, destacam-se Paulo Prado (1869-1943) e sua concepção de “pecados nacionais”, apresentados em *Retrato do Brasil*, e Sérgio Buarque de Hollanda (1902-1982) e a figura do “homem cordial”.⁵ Esta lista não poderia dispensar, também, nomes como os de: Gilberto Freyre (1900-1987), reconhecido sociólogo brasileiro; Cassiano Ricardo (1895-1970) e seu conceito do brasileiro como “homem bom”, expresso em *O homem cordial e outros estudos brasileiros*.⁶

Para Dante Moreira Leite (1927-1976), a noção de *caráter nacional* teria exercido, no pensamento brasileiro deste período, uma função ideológica,

⁴ PENNA, J.O. de M. **Em berço esplendido**, p.13.

⁵ Cf. RODRIGUES, J. H. **Aspirações Nacionais**. São Paulo: Fulgor, 1963.

⁶ Cf. PENNA, J.O. de M. op. cit., p.24.

conduzindo os pensadores nacionais a uma visão fatalista do suposto atraso brasileiro, que encontra sua versão mais evidente no pensamento racista.⁷

Na segunda metade do século XX o paradigma bio-psicológico, já enfraquecido por críticas científicas, e por publicações como as de Caio Prado Jr. (1907-1990), dentre elas *Formação do Brasil contemporâneo*, abriu espaço para um novo paradigma, o econômico, quando o suposto atraso brasileiro passou a ser interpretado em termos da relação *desenvolvimento x subdesenvolvimento*. Neste período o *desenvolvimentismo* tornou-se um conceito-chave, e em torno de tal conceito foi organizado o pensamento dos anos 50 e 60 no Brasil. Neste momento, com apoio governamental, um grande número de estudiosos se esforçou para elaborar um ideário que servisse ao desenvolvimento econômico do Brasil. Exemplo deste esforço foi o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado e financiado pelo governo brasileiro para a produção de uma ideologia desenvolvimentista. Deste grupo participaram pensadores como Álvaro Vieira Pinto (1909-1987), Roland Corbisier (1914-2005) e os ainda atuantes Helio Jaguaribe (1923-) e Candido Mendes (1928-).⁸

O pensador e a obra que pretendemos analisar neste trabalho participaram do debate desenvolvimentista. Em *Desenvolvimento e Cultura*, publicada em 1963, tempo de grande efervescência do desenvolvimentismo brasileiro, Mario Vieira de Mello, correlaciona, pioneiramente, a temática do desenvolvimento à moralidade social básica, questionando, de certa forma, a suficiência do paradigma econômico, e apontando a necessidade de uma maior amplitude na análise da questão nacional. A presente pesquisa tem como objetivo localizar historicamente o pensamento de Mario Vieira de Mello e discutir sua contribuição para a interpretação da questão nacional.

Filho do diplomata Américo Vieira de Mello e Elvira Uchoa Cavalcanti Vieira de Mello, Mario nasceu em 26 de maio de 1912, na Inglaterra, onde o seu pai se encontrava em missão oficial. Apesar de ter nascido no exterior, foi educado no Brasil na década de 30, mais diretamente no Rio de Janeiro, onde concluiu a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. Optou pela carreira diplomática,

⁷ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976, p.170.

⁸ Cf. SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.1, jan/jul. 2010.

iniciando-a em 1939. Atuou ininterruptamente até o ano de 1977, quando se aposentou, depois de ocupar diversos postos no ministério e em diversas embaixadas estrangeiras. Desde então, radicado em definitivo no Brasil, passou a ter grande presença na discussão de temas da maior relevância. Mario faleceu a 30 de março de 2006, pouco antes de completar 94 anos.⁹

Em mais de quarenta anos de atividade intelectual, Mario Vieira de Mello escreveu seis obras, todas elas voltadas à discussão cultural e política. São elas: *Desenvolvimento e Cultura* (1963), *O Conceito de uma Educação para a Cultura* (1986), *Nietzsche: o Sócrates de nossos tempos* (1993), *O Cidadão* (1994), *O Humanista* (1996) e *O Homem Curioso* (2001). Segundo Helio Jaguaribe, as obras de Mario Vieira de Mello caracterizam-se basicamente por: “(1) sua densidade, (2) sua originalidade no contexto brasileiro, e (3) sua forma de expressão,”¹⁰ esta última pode se dividir na acuidade lógica da argumentação e na elegância da escrita. A estas, pode-se acrescentar a coragem de se posicionar diante de questões abertamente consideradas polêmicas. Estas são razões que levaram Helio Jaguaribe a considerá-lo um dos mais importantes pensadores de nosso país.¹¹

A contribuição mais importante de Mario Vieira de Mello para o debate sobre o Brasil, apresentada em sua obra *Desenvolvimento e Cultura*, é a discussão sobre o estetismo na cultura brasileira. Sob o risco de simplificar demasiadamente o raciocínio, pode-se dizer que, na versão do diplomata carioca, o estetismo que nasce no Ocidente com a autonomia do princípio estético, isto é, a admiração do belo pelo belo e não por sua função moral, pedagógica, espiritual ou política, originada no período do Renascimento, teria adentrado a cultura brasileira por meio da influência do Romantismo francês. Por consequência, a cultura brasileira teria sido forjada por uma mentalidade estetizante (aparência/beleza), fazendo do brasileiro um sujeito que compreende a vida “através de um ponto de vista meramente estético”.¹²

Vieira de Mello defendia a tese de que a cultura brasileira desestimulava uma autêntica vivência moral. Parecia-lhe que a questão era considerada de modo

⁹ Cf. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_mellomariovieira.html. (acesso em 14/04/2011).

¹⁰ JAGUARIBE, H. Prefácio, *In*: MELLO, M. V. **O homem curioso: O problema da exterioridade na Filosofia de Aristóteles**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p.7.

¹¹ Cf. *Ibid.*, p.7.

¹² MELLO, M. V. **Desenvolvimento e cultura: O problema do estetismo no Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Funag, 2009. p.223.

superficial. Atribuía a circunstância à influência do romantismo. Embora considerasse que o diagnóstico traduzia uma situação real, o livro não se apoiava no registro do desdobramento dessa temática na meditação nacional, mas na aplicação (sem dúvida brilhante) da tese, de Kierkegaard, segundo a qual a modernidade caracterizava-se pelo confronto entre o princípio ético e o princípio estético. A par disto, não havia naquela época (como não se dá no presente) nenhuma evidência de que a Contra Reforma tivesse sido superada (pelo romantismo, na hipótese do autor).¹³

Ao apresentar a supremacia do princípio estético, que segundo Mario poderia ser vista desde na prática cotidiana, até por meio de suas mais complexas produções culturais como elemento fundamental e influente na formação da história e homem brasileiros, Mario Vieira de Mello questiona a suficiência do paradigma econômico para a interpretação da questão nacional, trazendo à lume a necessidade de consideração de outros elementos, de ordem cultural, filosófica e ética.

Eis o objeto desta pesquisa: o pensamento de Mário Vieira de Mello sobre o estetismo na cultura brasileira em *Desenvolvimento e Cultura*. Esta sentença estabelece, significativamente, os limites de nosso objeto. Primeiramente, ela aponta para o fato de que, dentre as obras de Mario Vieira de Mello, nossa atenção estará voltada para *Desenvolvimento e Cultura*. Suas demais obras, embora sejam importantes para nosso propósito, serão consideradas como parte do referencial teórico e fornecerão subsídios importantes para a compreensão do pensamento do intelectual carioca. Em segundo lugar, a afirmação acima considera o fato de que dentro de *Desenvolvimento e Cultura* o olhar estará voltado para as tratativas que Mario Vieira de Mello faz da cultura brasileira. É importante destacar este fato, uma vez que um importante pressuposto de Vieira de Mello é o de que o problema brasileiro precisa ser considerado à luz do problema europeu, e, por isso, parte substancial da obra se refere à cultura europeia.¹⁴ Tendo em vista a importância deste pressuposto, as tratativas sobre a cultura europeia não podem e não serão desconsideradas neste trabalho. Contudo, uma vez que nosso interesse diz respeito à cultura nacional, a análise da cultura europeia será objeto de nosso interesse em seu diálogo estabelecido com a cultura brasileira. Em terceiro lugar, a sentença anteriormente citada limita o eixo temático da pesquisa. A preocupação central

¹³ PAIM, A. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil, **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 1. p.38-54, 2008. p.39.

¹⁴ Cf. MELLO, M. V. **Desenvolvimento e cultura**, p.196.

estará em mostrar como, segundo Mario Vieira de Mello, a cultura brasileira recebeu da Europa essa mentalidade predominantemente estética, como a assimilação desta mentalidade forjou uma cultura estetizante no Brasil, e como tal questão contribui para a interpretação da questão brasileira. Com isto, deseja-se esclarecer que as discussões filosóficas não são centrais nesta pesquisa, embora ocupem seu pano de fundo. Elas terão lugar enquanto necessárias para situar a apropriação do conceito de *estética e ética* por parte de Mario Vieira de Mello. Por fim, é necessário pontuar também que, dentre os muitos exemplos de estetismo na cultura brasileira, apresentados por nosso autor, alguns poucos serão selecionados, a fim de que a pesquisa seja vertical, mantendo maior grau de profundidade.

O objetivo central da presente pesquisa é participar do debate sobre a questão nacional e suas causas mais profundas. Faremos isto através da apresentação da leitura cultural oferecida por Mario Vieira de Mello. Como consequência deste objetivo central, o trabalho trará à lume o pensamento de Mario Vieira de Mello, e promover a discussão atualmente pouco fomentada sobre o estetismo na cultura brasileira. Do objetivo central desta pesquisa desprendem-se alguns objetivos secundários. O primeiro é considerar a apropriação do conceito de estética por Mario Vieira de Mello e o significado da noção de estetismo. O segundo é mostrar o meio através do qual a cultura brasileira foi impactada por uma visão do mundo estetizante. Por fim, o terceiro é considerar manifestações de estetismo na cultura brasileira.

Este esforço se justifica, primeiramente, por trazer à tona uma obra que participou do importante debate sobre o desenvolvimento nacional. Sobretudo, justifica-se pelo fato de que tal obra apresenta uma visão contraditória sobre a questão nacional, num período em que o ideal desenvolvimentista brasileiro dominava o cenário acadêmico brasileiro, possibilitando maior amplitude de visão sobre o debate desenvolvimentista. Além disso, as leituras que normalmente se nos apresentam da cultura brasileira partem de um viés sociológico ou antropológico.¹⁵ Por isso, a presente pesquisa se justifica pela apresentação de uma leitura cultural realizada por um viés diferente: um viés filosófico. Devem-se juntar a estas justificativas o desaparecimento de Mario Vieira de Mello do cenário acadêmico

¹⁵ Cf. PENNA, J. O. de M. **Em berço esplendido**, p.25-31.

brasileiro, bem como as poucas discussões sobre o ponto fulcral de sua leitura: o estetismo na cultura brasileira.¹⁶

Para alcançar o objetivo proposto a obra será estruturada em três capítulos. O primeiro tem como objetivo resumir as teorias brasileiras do caráter nacional, formuladas no fim do séc. XIX e início do séc. XX, mostrando como a dependência do paradigma bio-psicológico as conduziu, de modo geral, a uma visão fatalista da questão nacional. O segundo capítulo se propõe a apresentar o debate sobre o desenvolvimento nas décadas de 50 e 60, evidenciando a transição paradigmática de elementos bio-psicológicos para o elemento econômico, e situando *Desenvolvimento e Cultura* em seu ambiente intelectual. O terceiro capítulo apresenta a leitura que Mario Vieira de Mello faz da questão nacional em *Desenvolvimento e Cultura*, verificando como, segundo ele, uma visão de mundo estetizante teria se desenvolvido no Brasil e os impactos desta para a questão nacional. Após este caminho espera-se que, através da compreensão do lugar de Mario Vieira de Mello no debate desenvolvimentista dos anos 50 e 60 no Brasil, o leitor tenha melhor compreendido tal debate e ampliado suas possibilidades de interpretação da questão nacional.

¹⁶ Cf. CUNHA, M. V. **O que aconteceu com Mario Vieira de Mello**. Disponível em: <http://www.dicta.com.br/o-que-aconteceu-com-mario-vieira-de-mello/> (acesso em 14/04/2011).

1. A QUESTÃO BRASILEIRA E O CARÁTER NACIONAL

Na obra *O Brasil como Problema*, Darcy Ribeiro afirma que “ao longo dos séculos, viemos atribuindo o atraso do Brasil e a penúria dos brasileiros a falsas causas naturais e históricas, umas e outras imutáveis”¹⁷. Dentre essas causas Ribeiro situa os inconvenientes do clima tropical, a mestiçagem, a religião católica, a colonização lusitana, uma suposta juventude do povo brasileiro, e a pobreza de nosso território.¹⁸ Essa enumeração remete-nos, quase que imediatamente, ao pensamento produzido no Brasil no fim do séc. XIX e início do séc. XX. Neste período o pensamento brasileiro reverberou a tendência nacionalista de buscar explicações para sua situação com base numa teoria que, partindo do paradigma biológico, encontrava em características raciais e psicológicas coletivas as razões últimas da situação histórico-cultural de uma determinada nação. Esta teoria ficou historicamente conhecida como a teoria do “caráter nacional”. Dante Moreira Leite identificou as teorias do caráter nacional brasileiro com uma ideologia, que servia, dentre outras coisas, para justificar de modo fatalista o suposto atraso do Brasil, como se nosso país fosse, naturalmente, por razões biologicamente determinadas, inferior a outros povos.

O propósito deste capítulo é resumir as principais teorias do caráter nacional brasileiro, desde seus antecedentes até à sua fragilização e derrocada, quando o paradigma bio-psicológico cedeu lugar ao paradigma econômico, e verificar a o lugar das referidas teorias na interpretação da questão nacional. Com isso, pretende-se situar a discussão sobre o problema brasileiro, o suposto atraso do país e seu desenvolvimento, da qual Mario Vieira de Mello participa em *Desenvolvimento e Cultura*, em seu background teórico mais amplo.

Antes de verificar as teorias do caráter nacional brasileiro faz-se necessário uma breve digressão, visando apresentar o surgimento da noção de caráter nacional e verificar como tal noção adentra o cenário intelectual brasileiro.

¹⁷ RIBEIRO, D. **O Brasil como problema**, p.45.

¹⁸ Cf. *Ibid.*, p.45.

1.1. A NOÇÃO DE CARÁTER NACIONAL

Embora a ideia de caráter nacional, tal qual utilizada pelos pensadores brasileiros nos séculos XIX e XX, seja relativamente recente, a tentativa de caracterização de um determinado povo, e de relacionamento entre suas características particulares e sua situação histórico-cultural é mais antiga. Na verdade, pode-se dizer que esta tentativa é tão antiga quanto a própria história do pensamento teórico. Platão (428-348 a.C.), em seu diálogo de maturidade mais conhecido, *A República*, apontou características definidoras de diferentes nações; os gregos, por exemplo, foram definidos como o povo que ama a ciência, e os trácios, que ocuparam a atual Líbia, como o povo que ama o dinheiro. Nesta mesma obra, Platão verifica como causa da desordem política a não adequação de determinados personagens a determinadas funções. Ao estabelecer as características da *polis* ideal, Platão toma a noção de caráter em um sentido mais estrito, em referência às classes ao invés das nações, para com base nesse critério designar os mais sábios ao poder, os mais corajosos à guerra, e os mais operosos à economia, dentre outros.¹⁹ Esta divisão, segundo Platão, conduziria a *polis* a seu estado de maior perfeição. O esforço platônico foi compartilhado por Aristóteles (384-322 a.C.), o primeiro a relacionar o caráter dos povos à raça e ao meio.²⁰

Santo Agostinho (359-430), como personagem de transição entre o pensamento Antigo e o Medieval, apesar de sua ênfase na interioridade individual, de alguma forma lidou com a apresentação do homem coletivo em *A Cidade de Deus*. Nesta obra Agostinho faz uma leitura da história como a tensão entre a cidade de Deus e a cidade dos homens, e apresenta dois sentimentos como marcas que, se sobrepondo às características individuais dos cidadãos, se nos apresentam como características definidoras gerais, não apenas deles, mas das cidades. São elas: a *superbia* (amor ao eu), característica marcante da cidade dos homens, em contraste com a *caritas* (amor como entrega altruísta), característica marcante da cidade de Deus.²¹

¹⁹ Cf. PLATÃO, *A República*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. Livro IV.

²⁰ Cf. ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

²¹ Cf. AGOSTINHO. *A Cidade de Deus*. Lisboa. Calouste Gulbenkian. XI, 26.

No pensamento moderno, dentre os franceses, Montesquieu (1689-1755) e Rousseau (1712-1778) se destacam entre os que admitiram a possibilidade de uma característica comum que define e distingue um determinado povo. Montesquieu acreditava na existência de um *esprit general d'une nation* (*espírito geral de uma nação*), formado pela reunião de fatores geográficos e culturais.²² Rousseau, por sua vez, afirmou com todas as letras que “*chaque nation a son caractere propre et spécifique* (cada nação tem sua característica específica)”.²³

O conceito de caráter nacional, propriamente dito, é fruto do movimento romântico, mais especificamente, do Romantismo alemão. O movimento romântico, no entanto, foi tão complexo e diversificado que sua definição não é tarefa simples. Seguindo Dante Moreira Leite, podemos afirmar que o romantismo se define, basicamente, pelo conceito de *desequilíbrio*.²⁴ O que se tem em mente nesta definição particular é a constante tensão entre o ideal e a realidade possível. Foi esta tensão que conduziu os românticos às mais diversas reações em relação à vida: ora à revolta, ora à fuga, ora ao retorno ao passado, ora à utopia e aos movimentos de libertação. Em que pese a grande diversidade do movimento romântico, manifesta por essas diversas reações, é possível apontar um binômio que permite a classificação dessas vertentes no bojo do mesmo movimento; trata-se da valorização da originalidade e da individualidade.²⁵

Esta dupla valorização é resultado do rompimento com a ideia iluminista da razão objetiva como princípio fundamental entre os homens, e a atribuição deste status a elementos mais subjetivos, como as afeições. A razão objetiva, tida pelos iluministas como princípio fundamental, igualava, a ponto de dar à história do espírito humano um tom de progressividade, linearidade e universalidade.²⁶ Ao negar a importância fundamental da razão e atribuir tal status ao âmbito das afeições, o movimento romântico fracionou a unidade do espírito humano, valorizando a originalidade, e possibilitando que os homens passassem a ser vistos em suas peculiaridades individuais.

²² Cf. MONTESQUIEU. **O espírito das leis**, São Paulo: Martins Fontes, 1996, XIX, 4.

²³ Cf. ROUSSEAU, J. J. *Considérations sur le Gouvernement de Pologne* APUD, SMITH, A. D. **A Identidade Nacional**, Lisboa: Gradiva, 1997. p.99.

²⁴ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.163.

²⁵ Cf. *Ibid.*, p.164.

²⁶ Um exemplo típico desta visão do homem e da história pode ser encontrado no pensamento de Comte. Cf. COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores).

A partir do movimento romântico, a literatura não busca mais a expressão do geral, mas daquilo que é singular. “A imitação e o modelo perdem o valor (...) ser incompreendido deixa de ser um pecado, para ser um título de glória.”²⁷ No âmbito sócio-político, o romantismo possui um movimento paralelo que resguarda a mesma tendência à originalidade e à individualidade: o nacionalismo. A partir do movimento romântico os estudos sócio-políticos e, por que não dizer também, antropológicos, embora continuem considerando a busca pelo que une os homens, limitam sua busca ao âmbito nacional. É neste momento que as peculiaridades nacionais tornam-se objeto do interesse das diversas ciências humanas. E isto somente poderia acontecer no bojo de um movimento que valorizasse a individualidade e a originalidade, como o romantismo. Nas palavras de Dante Moreira Leite, os românticos “criaram o conceito da peculiaridade histórica do povo e da nação, e é nesse sentido que interessam ao estudo do caráter nacional”.²⁸

Dentre os alemães, dois pensadores foram importantes para o surgimento da noção de caráter nacional. O primeiro deles foi Kant (1724-1804), que na obra *Antropologia de um ponto de vista pragmático*, apresenta o correlato mais próximo da noção de caráter nacional: o “caráter dos povos”. Nesta obra Kant oferece uma leitura do alemão de sua época, bem como de outros povos europeus, e atribui o caráter dos povos à somatória de fatores culturais e fatores inatos aos próprios indivíduos.²⁹ Esta tese kantiana foi mais profundamente trabalhada por aquele que tem, comumente, sido apontado como pioneiro da noção de caráter nacional, o filósofo alemão Johann Gottfried von Herder (1744-1803), na obra *Ideias para uma filosofia da história da humanidade*.³⁰ Segundo Hans Kohn, a contribuição de Herder pode ser vista em dois elementos; primeiramente, na aceitação dos estereótipos comuns sobre a identidade de algumas nações, e, em segundo lugar, na valorização da originalidade de um determinado povo e no conseqüente estímulo ao desenvolvimento das peculiaridades individuais de cada um deles.³¹ Isto significa que, enquanto os iluministas consideravam o progresso do espírito humano, de maneira universal, Herder considerava diferentes rotas de desenvolvimento para as

²⁷ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.165.

²⁸ *Ibid.*, p.29.

²⁹ Cf. KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

³⁰ Cf. LEITE, D. M. *op. cit.*, p. 28-30.

³¹ Cf. KOHN, H. Race Conflict in Encyclopaedia os Social Sciences, v.XIII, p; 357ss APUD LEITE, D. **O caráter nacional brasileiro**, p.30.

diferentes nações.³² Surgia assim a ideia de “um conjunto de traços, atitudes, comportamentos, preferências, valores, mitos, ritos, costumes e métodos de resolver problemas da existência individual, familiar e comunitária – traços que são habitualmente encontrados entre os membros de uma sociedade determinada”³³, isto é, a noção de caráter nacional.

A noção de caráter nacional surgiu num ambiente irracionalista. Mas rapidamente, como quase todo o pensamento do fim do séc. XIX e início do séc. XX, os estudos sobre o caráter nacional foram impactados pelo positivismo e suas exigências científicas.³⁴ O impacto do ideal positivista exigiu a sujeição do nascente conceito de caráter nacional aos critérios científicos. Inicialmente, ele encontrou no paradigma biológico as condições necessárias para o seu reconhecimento, e, a partir de então, a noção de caráter nacional se prendeu aos critérios de raça e hereditariedade. Tais critérios norteiam as principais obras sobre o caráter nacional deste período, dentre as quais é possível destacar a obra do historiador francês Hyppolite Taine (1828-1893), e de seu compatriota, o filósofo Alfred Jules Émile Fouillée (1838-1912).³⁵ Posteriormente, através das intervenções críticas da antropologia e da sociologia, que desacreditaram o conceito de raça, o paradigma biológico foi lentamente substituído, sobretudo, pelo paradigma cultural. Tal substituição foi profundamente significativa para o estudo do caráter nacional. Nas palavras de Dante Moreira Leite:

A distinção entre esses conceitos não deve ser esquecida, pois divide a antropologia atual da que nos foi transmitida pelo século XIX: raça é conceito biológico e, portanto, hereditário; cultura é conceito social, supondo-se que, ao contrário do que ocorre com a herança biológica, possa ser transmitida pelas várias formas de experiência e aprendizagem, bem como transformada pelos homens.³⁶

³² O surgimento do ideal romântico não significou a morte do ideal iluminista. Mesmo após a investida do romantismo, o ideal iluminista manteve-se presente, ainda que em tentativas de síntese com o ideal romântico. Um exemplo desta tentativa é a filosofia da história de Hegel, que considera, ao mesmo tempo, a universalidade no propósito e a especificidade nas manifestações do espírito. Cf. HEGEL, **Fenomenologia do Espírito**, 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

³³ PENNA, J. O. de M. **Em berço esplêndido**, p.13.

³⁴ O positivismo impactou até mesmo a literatura portuguesa e brasileira do início do século XX. Eça de Queiroz chegou a afirmar, por exemplo, que “a nova musa é a ciência experimental dos fenômenos” (QUEIROZ, J. M. Eça de. **Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Recolhidas**, Porto: Lello & Irmãos, 1929, p.179). E Euclides da Cunha admitiu que o “artista de hoje é um vulgarizador das conquistas da inteligência e do sentimento” (CUNHA, E. da. **Contrastes e Confrontos**, 8.ed. Porto: Lello & irmãos, 1941, p.41).

³⁵ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.35.

³⁶ *Ibid.*, p.38.

O principal responsável por esta substituição paradigmática foi o antropólogo norte-americano Franz Boas (1858-1942), seguido de perto por suas notáveis discípulas Margaret Mead e Ruth Benedict, responsáveis por fincar as estacas do papel da história e da cultura enquanto definidoras dos traços fundamentais de um povo, e ampliar a teoria de Boas, recuperando a possibilidade da aplicação ao âmbito da cultura global.³⁷

Esta breve historiografia é suficiente para situar historicamente a noção de caráter nacional.

1.2. O CARÁTER NACIONAL BRASILEIRO

No Brasil também é possível identificar tentativas de descrição do homem e da cultura brasileira que antecedem a assimilação da ideia de caráter nacional. Já no primeiro documento que se tem notícia sobre o Brasil, a carta de Pero Vaz de Caminha, escrivão da esquadra de Cabral ao rei D. Manuel, é possível verificar uma descrição do nativo em tom discriminatório, como “gente bestial, de pouco saber e por isso, tão esquiva”.³⁸ Caminha define ainda o nativo apontando a inocência como traço geral do homem brasileiro. Descrevendo-o, ele afirma que “a *inocência dessa gente é tal que a de Adão não seria maior*”.³⁹ Esta é a primeira descrição do homem nacional que se tem notícia, e ela revela a visão de sua inferioridade.

No período colonial as descrições da terra e do homem brasileiro continuaram sendo feitas, principalmente, pelos estrangeiros, através de crônicas e poesias. Grande parte dessas obras, escritas no século XVI e XVII e descobertas por historiadores brasileiros do séc. XIX e XX, tinha um duplo interesse: revelar o país aos europeus, e, no caso dos portugueses, chamar a atenção dos governantes para a nova colônia. Apenas na virada do século encontramos o trabalho de um nativo, frei Vicente Salvador (1564-1635). Por esta razão, não seria exagero dizer que o foco das primeiras descrições do Brasil se destinam mais a uma apresentação da

³⁷ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.38. Para maiores informações sobre o desenvolvimento do conceito de “caráter nacional” cf. *Ibid.*, p.11-146. Para o propósito deste trabalho basta o apontamento do nascimento do conceito, e o delinear como o mesmo passou a guardar relações com a noção de cultura.

³⁸ CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do achamento do Brasil**. p.35.

³⁹ *Ibid.*, p.44.

terra e de suas características, sobretudo, de suas virtudes e riquezas, do que do propriamente do homem. Este é objeto de preocupação apenas enquanto parte da terra encontrada, e suas primeiras descrições privilegiam os aspectos físicos e as manifestações visíveis facilmente percebidas, sem qualquer envolvimento mais profundo com a cultura. Ainda assim, a percepção da inferioridade do nativo se faz perceber em tais descrições.

1.2.1. A crônica do período colonial

O português Gabriel Soares de Souza (1540-1591), e sua obra *Memorial e declaração das Grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem*, é um curioso exemplo do interesse dos primeiros estrangeiros na terra brasileira e suas riquezas. Nessa obra citada ele dedica um capítulo exclusivo ao ananás (abacaxi), considerando suas propriedades, sabor, uso e contraindicações. Apesar dessa preocupação maior com a terra, é possível dizer que Gabriel Soares de Souza descreve com “relativa simpatia e compreensão”⁴⁰ alguns dos costumes e, sobretudo, a arte militar nativa.

Um pouco mais preocupado com o modo de viver do nativo estava o *Tratado da província do Brasil*, escrito por Pero de Magalhães Gândavo (1540-1580), historiador, gramático e cronista português. Nela é possível encontrar uma visão depreciativa do nativo, descrito como um povo cuja língua não tem F, L, nem R, “coisa digna de espanto, porque assim não tem fé, nem lei, nem rei, e desta maneira vivem sem justiça e desordenadamente”⁴¹. Também mais preocupado com questões antropológicas estava o jesuíta português Fernão Cardim (1540-1625). Cardim escreveu três tratados denominados *Do clima e terra do Brasil*, *Do princípio e origem dos índios do Brasil*, e *Narrativa epistolar de uma viagem e missão jesuítica*, que vieram à tona pela primeira vez no séc. XX, por meio do trabalho de Capistrano de Abreu e Afrânio Peixoto, num volume único denominado "*Tratados da Terra e da Gente do Brasil*". A formação jesuítica de Cardim, e sua participação como visitador

⁴⁰ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.151.

⁴¹ GÂNDAVO, P de M. **Tratado da província do Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965, p.182-183.

da Companhia de Jesus, fê-lo acentuar, sobretudo no segundo tratado, os aspectos religiosos da cultura indígena. Mais uma vez a visão do nativo é depreciativa, uma vez que a característica apontada por Cardim é sua “falta de religião”.⁴²

Um pouco posterior é a obra do também colono Ambrósio Fernandes Brandão (1555-?): *Diálogos das grandezas do Brasil*. Por estar em uma sociedade com características melhor definidas que os cronistas anteriores, Brandão possui uma visão mais ampla e política do futuro do país. Não é à toa que José Honório Rodrigues define a obra de Fernandes Brandão como “a crônica mais positiva, a descrição mais viva, o flagrante mais exato da vida, da sociedade, da economia dos moradores do Brasil”.⁴³ Nos *Diálogos das grandezas do Brasil*, entremeadas às descrições sobre as belezas da terra, estão as descrições sobre a ausência de alimento, que é atribuída diretamente à falta de interesse dos moradores do país pelo bem comum, e seu interesse de deixar o Brasil. Segundo Brandão,

“daqui nasce haver carestia e falta destas coisas, e o não vemos no Brasil quintas, pomares e jardins, tanques de água e grandes edifícios, como na nossa Espanha, não porque a terra deixe de ser disposta para estas coisas; donde concludo que a falta é de seus moradores, que não querem usar delas”.⁴⁴

Esta falta de apego ao país talvez seja compreensível enquanto característica dos estrangeiros. Contudo, Frei Vicente Salvador (1564-1635), religioso franciscano brasileiro, verificou que essa não era apenas uma característica dos estrangeiros, mas também dos próprios nativos. Em sua obra, a individualidade é apontada como traço comum do homem brasileiro. Lê-se em sua *História do Brasil*:

E isto não tem só os que de lá vieram, mas ainda os que cá nasceram, que uns e outros usam da terra, não como senhores, mas como usufrutuários, só para a desfrutarem e a deixarem destruída. Donde nasce também que nem um homem nesta terra é republico, nem zela ou trata do bem comum, senão cada um do bem particular.⁴⁵

⁴² Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.151.

⁴³ RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1988, p.65.

⁴⁴ BRANDÃO, A. F. *Diálogos das grandezas do Brasil*, p.46, APUD LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.152.

⁴⁵ SALVADOR, F. V. **História do Brasil (1550-1627)**, 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1965, p.59.

A obra dos primeiros cronistas do Brasil pode ser resumida num binômio contraditório. Ao mesmo tempo em que se vê a admiração e o louvor da natureza, se vê a descrição da inferioridade do homem e uma visão pessimista sobre ele.⁴⁶

1.2.2. A poesia do período colonial

O apontamento de características do Brasil e do homem brasileiro durante o período colonial não foi uma prerrogativa exclusiva das crônicas. É possível verificar a tentativa desse apontamento também na poesia.⁴⁷ A primeira manifestação poética que merece destaque é a de Gregório de Matos (1633-1696). Apesar do foco regional, sua obra oferece uma série de críticas a situações sociais. Nela não se nota ainda uma apresentação das tensões mais profundas do Brasil Colônia, mas sua sátira, voltada contra os aspectos do cotidiano, que revela decepções e frustrações pessoais, “comunica uma saudável renovação realista, diante de tanta descrição de frutas, mandiocas e outras maravilhas agrícolas da colônia”.⁴⁸ Gregório de Matos aponta a ingenuidade como característica peculiar do homem brasileiro. Em *Adeus Bahia* os brasileiros são chamados de “Bestas”⁴⁹ por trabalharem para manter manganos de Portugal. Em *Senhora Dona Bahia*, o estado transformado em senhora é nomeado “madrasta dos naturais e madre dos estrangeiros”⁵⁰.

A poesia posterior, sobretudo à do século XVIII, quando já se pode falar em literatura brasileira, tendo em vista a produção conjunta e a relação autor-público, teve como maior contribuição aproximar a intelectualidade nacional daquilo que se tornaria o objetivo romântico posterior, que é o apontamento do caráter nacional. Pode-se dizer, portanto, que a poesia brasileira do século XVIII é o berço da consciência de um suposto caráter nacional. É digno de consideração que a literatura deste período tem como marca uma espécie de otimismo e valorização do país. “Mesmo quando aparentemente distantes dos temas nacionais, os poetas

⁴⁶ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.153.

⁴⁷ Para uma visão mais abrangente desse tópico, Cf. HOLLANDA, S. B. de. **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial** (revisão crítica por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira), 2.v., Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

⁴⁸ LEITE, D. M. op. cit., p.157.

⁴⁹ RONCARI, L. **Literatura brasileira**: dos primeiros cronistas aos últimos românticos. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002, p. 131.

⁵⁰ Ibid., p. 119.

fazem uma literatura interessada em valorizar o Brasil e os brasileiros, e mostrar que estes não são menos capazes que os europeus.”⁵¹ Marca característica dos textos desse período será a celebração dos heróis e da história do Brasil.

Para o intento desta pesquisa destacaremos apenas dois poetas. O primeiro, Claudio Manoel da Costa (1729-1789), se destaca por seu nativismo, mas também por uma consciência da existência de diferentes maneiras de conceber o homem brasileiro. No esclarecimento ao seu poema épico *Vila Rica*, Claudio Manoel da Costa prenuncia a preocupação com o caráter nacional, através das seguintes palavras:

Digam agora os geógrafos que todos são mamelucos; arguam-lhes os defeitos que nunca tiveram; sirva-lhes de injúria o haverem nascido entre aquelas montanhas: as almas é certo que não têm pátria, nem berço, deve-se amar a virtude, aonde ela se acha: nenhuma obrigação tinha a natureza de produzir só na Grécia os Alexandres, só em Roma os Cipiões.⁵²

Essas palavras de Cláudio Manoel da Costa são reveladoras em vários sentidos. Para nosso propósito basta apontar a revelação da consciência de certa tentativa anterior de apontar traços característicos do homem nacional. Embora o tom de universalismo negado pelos românticos esteja presente em tais palavras, elas nos aproximam das questões e temas do romantismo posterior.

O segundo poeta que interessa ao propósito deste trabalho é Domingos Caldas Barbosa (1738-1800). Dentre os poetas deste período, foi o que mais apontou uma característica da personalidade do homem brasileiro, já se aproximando do romantismo posterior. Sérgio Buarque de Hollanda percebeu este fato e afirmou que Caldas Barbosa, entre os poetas da época, foi “quem mais exprimiu a meiguice brasileira”.⁵³ Dois de seus poemas evidenciam essa concepção. O primeiro é *Doçura de Amor*⁵⁴, cujas três primeiras estrofes são:

⁵¹ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.158.

⁵² COSTA, C. M. da. *Vila Rica*, APUD CASTELLO, J. A. **A literatura Brasileira: Manifestações Literárias da Era Colonial**, 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1965, p. 177.

⁵³ HOLLANDA, S. B. de. **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial** (revisão crítica por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira), v.2, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p.284.

⁵⁴ FILHO, M. M. **Serenatas e Saraus: Coleção de autos populares, lundus, recitativos modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas**. V.1. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901, p.221-222. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01195310#page/240/mode/1up> acesso em 20/09/2011.

Cuidei que o gosto de Amor
 Sempre o mesmo gosto fosse,
 Mas um Amor Brasileiro
 Eu não sei por que é mais doce

As ternuras desta terra
 Sabem sempre a pão e queijo
 Não são como no Brasil
 Que até é doce o desejo

Ah nanhã, venha escutar
 Amor puro e verdadeiro,
 Com preguiçosa doçura
 Que é Amor de Brasileiro.

O segundo poema é *A ternura Brasileira*.⁵⁵

Não posso negar, não posso,
 Não posso por mais que queira
 Que o meu coração se abrasa
 De ternura Brasileira

Uma alma singela e rude
 Sempre foi mais verdadeira
 A minha por isso é própria
 De ternura brasileira

Pelo que temos apresentado até aqui é possível concluir que, no pensamento brasileiro, ou, para ser mais exato, no pensamento produzido no Brasil, desde os momentos mais remotos de sua existência, o apontamento de características gerais que pudessem auxiliar na definição do homem brasileiro se fizeram presentes. Entre elas figuravam, normalmente, características depreciativas em relação ao nativo.

A noção de caráter nacional, propriamente dita, foi também introduzida no Brasil pelo movimento romântico. Porém, no Brasil, a chegada do romantismo coincidiu historicamente com um acontecimento histórico que impulsionou o país no interesse de apontar o que seria o seu próprio caráter: o advento da independência. É possível dizer que a preocupação com o caráter nacional, no Brasil, foi consideravelmente ampliada pela independência do país, como consequência natural da busca de uma identidade própria. Também por causa desta relação histórica, “grande parte do romantismo brasileiro foi vivida num ambiente de

⁵⁵ HOLLANDA, S. B. de. *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, p.301ss.

entusiasmo pela vida nacional, de confiança no futuro do jovem país, de celebração da sua natureza, de elogios à inspiração dos seus jovens poetas mortos, na flor da idade”.⁵⁶

Uma manifestação marcante do nacionalismo romântico brasileiro foi o indianismo. A independência exigia que o Brasil encontrasse um passado independente da história colonial, comum à história portuguesa. Esse necessário passado original e individual foi encontrado na figura do índio e sua cultura. Gonçalves Dias (1823-1864), importante poeta nacional, é o maior exemplo de como o indianismo contribuiu para uma imagem positiva do homem brasileiro. Em seus poemas são constantes as imagens que traduzem a coragem e a bravura como traço característico do indígena, ascendente do homem brasileiro. Em “*O canto do guerreiro*”⁵⁷, se lê:

Aqui na floresta
 Dos ventos batida,
 Façanha de bravos
 Não geram escravos,
 Que estimem a vida
 Sem guerra e lidas

E, em “*Canção do Tamoio*”.⁵⁸

As armas ensaia,
 Penetra na vida:
 Pesada ou querida
 Viver é lutar.
 Se o duro combate
 Os fracos abate,
 Aos fortes, aos bravos,
 Só pode exaltar

Esta figura positiva do indígena recebeu ainda a contribuição da prosa de José de Alencar (1829-1877). Em *O Guarani* e em *Iracema* as virtudes indígenas são muito louvadas. O amor e a pureza dos selvagens, tratados de maneira tão enfática nestas

⁵⁶ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.166.

⁵⁷ DIAS, G. **Cantos e Recantos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997, p. 7-10.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 72-75.

obras, transformam-nas em trabalhos extremamente reveladoras do nacionalismo romântico e desta construção de uma imagem positiva do homem nacional.

O romantismo, portanto, impulsionado pelo nacionalismo e pela independência nacional trouxe à tona, de modo claro e declarado, o esforço pelo apontamento de um caráter nacional. Inicialmente, o romantismo brasileiro caminhou pela tendência ufanista de louvar o homem brasileiro.

1.2.3. *Silvio Romero: o realismo*

A maneira de interpretar a realidade brasileira sofreu profundas alterações a partir da segunda metade do século XIX, em virtude da influência do positivismo, quando as ciências ditas naturais começaram a tornar-se o critério de interpretação da realidade, e seus métodos passaram a ser transpostos para o estudo homem.⁵⁹ Para mostrar como o positivismo afetou os estudos sobre o caráter nacional brasileiro tomaremos como exemplo o pensamento de Silvio Romero, a quem, segundo Dante, cabe a “versão mais ampla do Brasil, por volta dos fins do século passado”⁶⁰ e que impactou tanto os estudos brasileiros “que não será difícil perceber sua influência em Euclides da Cunha, em Oliveira Vianna e até Gilberto Freyre, para não mencionar a história da Literatura, onde sua influência foi predominante durante muito tempo”⁶¹.

Silvio Romero produziu sua leitura do Brasil num tempo em que a ciência havia se mostrado útil para uma enormidade de questões, e se apresentava como uma alternativa para a compreensão e transformação humanas. Para esse propósito, a teoria da evolução de Charles Darwin teve um papel fundamental, uma vez que colocou o homem definitivamente no campo das ciências naturais. Tal teoria forneceu os elementos que igualaram o homem e os demais seres, permitindo que o estudo do homem acontecesse nos termos dos estudos biológicos. Silvio Romero se

⁵⁹ Cf. LINS, I. **História do Positivismo no Brasil**, Brasiliense, v.322. São Paulo, 1967, p.18. Segundo Ivan Lins, o positivismo ingressou na cultura brasileira através da biologia, sendo o Dr. Justiniano da Silva Gomes, professor da cadeira de Fisiologia na Faculdade de Medicina da Bahia, apontado como o primeiro positivista brasileiro.

⁶⁰ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.179.

⁶¹ *Ibid.*, p.179.

apropriou, declaradamente, do paradigma biológico enquanto fundamento de sua leitura cultural.⁶²

De posse do paradigma biológico, Silvio Romero apresenta como característica central do homem brasileiro a mestiçagem. Nisto ele rompeu com o indianismo característico do movimento romântico, para encontrar na mistura o significado de brasilidade. Segundo Silvio Romero:

A poesia *indiana* é uma poesia bifronte, com todos os encantos e alucinações do homem criança, virgem, e travessamente agradável, com todos os aparentes eflúvios de poesia imensa é, hoje, um vulto mudo a esvair-se ao centro de nossa vida no marulho de nossa civilização. Não quis ou não pôde sentir as agitações de um outro viver. Está morta (...) O índio não é brasileiro. O que este sente, o que busca, o que espera, o que crê, não é o que sentia, cria ou esperava aquele. São, portanto, o gênio a força primária do brasileiro, e não os do *gentio* que devem constituir a poesia, a literatura nacional.⁶³

Como se percebe, Silvio Romero nega que a história do Brasil possa se identificar com a história de qualquer grupo específico, sejam eles os portugueses, os negros ou os índios. A história do brasileiro é a história de um novo tipo – o mestiço, que resulta de cinco fatores: o português, o negro, o índio, o meio físico e a imitação estrangeira. Em suas próprias palavras: “Todo brasileiro é um mestiço, quando não no sangue, nas ideias”.⁶⁴ Em *O caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro*, ele apresenta uma longa definição do homem nacional.

O brasileiro ficou quase um retrato do português. A natureza, como agente de transformação, pouco há feito para alterá-lo, tendo a lutar contra a estreiteza do tempo e a civilização europeia. O caboclo [índio], tipo quase perdido que se vai esvaecendo cada vez mais, mui fracamente contribuiu também nesse sentido. O africano, rebelde aos progressos intelectuais tem alterado, sem vantagem, nossa fisionomia pretérita. Do consórcio, pois, de velha população latina, bestamente atrasada, bestamente infecunda, e de selvagens africanos, estupidamente indolentes, estupidamente talhados para escravos, surgiu, na máxima parte, este povo, que diz, que se supõe grande, porque possui, entre outras maravilhas, “o mais

⁶² Cf. ROMERO, S. **Zevérisssimações ineptas da Critica (Repulsas e Desabafos)**. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1909, p.30; 126-127.

⁶³ ROMERO, S. *A Literatura Brasileira e a Crítica Moderna*, p. 46 APUD MENDONÇA, C. S. de, **Silvio Romero: Sua formação Intelectual** (1851-1880), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938, p. 86-87.

⁶⁴ ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**, 6. ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960, p.53-54.

belo país do mundo”. É necessário buscar na história as condições de sua cultura, de sua civilização.⁶⁵

Esta definição apresenta o pessimismo e a supremacia do europeu sobre o nativo, que caracterizam o pensamento de Silvio Romero. Para ele, a reunião da raça branca, única que não é tratada de modo pejorativo em sua definição, com os negros e os índios permitiu a formação de uma espécie de “sub-raça” mestiça, distinta de qualquer uma das que a forma. E essa mistura de raças tão inferiores, que numa perspectiva positivista ainda se encontravam em estágios inferiores de desenvolvimento⁶⁶ seria, segundo Silvio Romero, a responsável pela pobreza e falta de unidade das tradições brasileiras e da nossa literatura.⁶⁷

Uma vez que, na perspectiva de Romero, este cruzamento de raças não é apenas físico, mas possui implicações para a personalidade, seria possível apresentar traços da personalidade do homem brasileiro. Ele seria apático, sem iniciativa e desanimado e, por causa das influências atribuídas ao clima, sofreria de “um certo abatimento intelectual, uma irritabilidade, um nervosismo, um hepatismo que se revela nas letras – o que tudo não degenera em delírio; por que o exterior do país é risonho, as montanhas reduzidas e poéticas e não colossais e fantásticas como as da Índia, por exemplo”⁶⁸.

O realismo, exemplificado aqui pela figura de Silvio Romero, procurou na formação racial do povo brasileiro e nas consequências psicológicas de tal formação as causas do atraso nacional. O pessimismo característico da teoria, no entanto, não se sustenta enquanto perspectiva de futuro. Como uma oscilação, Silvio Romero às vezes “dá a impressão de acreditar numa originalidade da raça futura, com o progressivo *branqueamento* da população; outras vezes, pregava a necessidade de imigração para que se compensasse, com sangue novo, a degeneração provocada

⁶⁵ ROMERO, S. O caráter Nacional e as Origens do Povo Brasileiro, APUD MENDONÇA, C. S. de. **Silvio Romero: Sua formação Intelectual** (1851-1880), p.75.

⁶⁶ De acordo com a lei dos três estágios, em seu processo de desenvolvimento, a sociedade humana teria passado por três estágios. Ela saíra, inicialmente, de um estágio teológico, passado por um estágio metafísico, até atingir o estágio positivo. O estado teológico seria o ponto de partida da inteligência humana, enquanto o positivo, seu estado fixo e definitivo, quando o progresso é alcançado por meio da religião social. Cf. COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores), p.22.

⁶⁷ Cf. ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**, p.102-103

⁶⁸ *Ibid.*, p.91

pelo clima”⁶⁹. Do ponto de vista de sua aplicabilidade, a teoria de Sílvio Romero tem de lidar com a explicação sobre como três raças, num clima ruim, estão destinadas a um futuro promissor. Eis uma enorme contradição. Além disso, embora aponte de forma negativa, como característica do brasileiro a imitação do estrangeiro, sua teoria se aproxima de diversos autores do exterior, e neles encontra seu fundamento teórico.⁷⁰

1.2.4. Affonso Celso: a reação ao pessimismo realista

A obra de Affonso Celso, *Por que me ufano do Meu País*, publicada em 1900, apesar de ser, nas palavras do próprio autor, um “ligeiro trabalho de vulgarização”⁷¹ destinado à leitura escolar, é digno de consideração por indicar claramente a existência de uma reação ao pessimismo do movimento realista, e por ter se tornado o ponto de referência dos modernistas posteriores, enquanto símbolo das ideias que estes desejavam combater. Esta obra publicada no ano do quarto centenário do descobrimento apresenta o patriotismo como uma das principais virtudes a serem cultivadas e ensinadas às crianças em sua educação moral. Em *Por que me ufano do meu País*, Affonso Celso apresenta onze razões da superioridade do Brasil. São elas: a sua grandeza territorial, a sua beleza, a sua riqueza, a variedade e amenidade de seu clima, a ausência de calamidades, a excelência dos elementos que entraram na formação do tipo nacional, os nobres predicados do caráter nacional, o fato de nunca ter sofrido humilhações nem ter sido vencido, seu procedimento cavalheiresco e digno para com os outros povos, as glórias a colher nele, e a sua história.⁷²

Como Sílvio Romero, Affonso Celso concebe o homem brasileiro através do paradigma biológico, definindo-o também como mestiço. A diferença fica por conta do fato de que enquanto Sílvio Romero vê o mestiço como uma sub-raça, Affonso Celso o vê como aquele que herdou aquilo que há de melhor nas raças originais.

⁶⁹ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.187.

⁷⁰ Cf. *Ibid.*, p.192.

⁷¹ CELSO, A. **Por que me ufano do meu País**. Rio de Janeiro: Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html> acesso em 30/09/2011.

⁷² *Ibid.*

Segundo ele, o homem brasileiro, mestiço, seria o resultado do cruzamento entre os índios, definidos como “bondosos, serviçais, confiantes, sociáveis, no seu amistoso acolhimento”⁷³, os negros, definidos como pessoas que apresentam “sentimentos afetivos, resignação estoica, coragem, e laboriosidade”⁷⁴, e a raça branca, de maneira mais específica, o português, alguém cuja a história não regista notícia de um povo que, com menos recursos, mais fizesse do que ele, definido por sua heroicidade, resignação, esforço, união, patriotismo, amor ao trabalho, e filantropia.⁷⁵

No capítulo referente ao sétimo motivo da superioridade do Brasil, Affonso Celso se dedica aos nobres predicados do caráter nacional. Nele o homem brasileiro é definido com as seguintes palavras:

O brasileiro fisicamente não é um degenerado. Notam-se muitos de estatura elevada, vigor e agilidade pouco vulgares. Quanto ao seu caráter, ainda os piores detratores não lhe podem negar: 1.º Sentimento de independência, levado até à indisciplina. 2.º Hospitalidade. No interior, raro se encontram hospedarias. Quem chega é acolhido, com afabilidade e lhanza, na primeira casa a que bata. Os lares de certa ordem têm um quarto especial sempre pronto, chamado o *quarto dos hóspedes*. Estes demoram-se meses e anos às vezes. O dono da casa não se incomoda. É para ele sinal de importância, como o receber cartas numerosas no correio. 3.º Afeição à ordem, à paz, ao melhoramento. 4.º Paciência e resignação. 5.º Doçura, longanimidade, desinteresse. 6.º Escrúpulo no cumprimento das obrigações contraídas. Julgar-se-ia desairado quem, no interior, alegasse prescrição de dívida. 7.º Espírito extremo de caridade. Elisée Reclus observa que nenhures se acha como no Brasil tão notável organização de estabelecimentos de solidariedade, mantidos por esmolas, sem intervenção do Governo. Produz resultado o menor apelo, em nome dos que sofrem. 8.º Acessibilidade que degenera, às vezes, em imitação do estrangeiro. 9.º Tolerância; ausência de preconceitos de raça, religião, cor, posição, decaindo mesmo em promiscuidade. Só há exemplo de um jornalista estrangeiro expulso. Durante a guerra do Paraguai, um francês publicava no Rio de Janeiro um jornal simpático ao inimigo, caricaturando os nossos generais. 10.º Honradez no desempenho de funções públicas ou particulares.⁷⁶

Affonso Celso aponta como problemas do homem brasileiro a falta de iniciativa, decisão e firmeza. No entanto, ele os apresenta antes como “desvirtudes do que vícios inveterados”.⁷⁷

⁷³ CELSO, A. **Por que me ufano do meu País**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html> acesso em 30/09/2011.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ Ibid.

⁷⁶ Ibid.

⁷⁷ Ibid.

A concepção de Affonso Celso em *Por que me ufano de meu país* é fruto de um momento histórico que propicia uma obra otimista, o aniversário de 400 anos do descobrimento do país. Ela compactua do paradigma biológico, permanece servindo-se dos europeus como critério de comparação e se apresenta como uma reação ao pessimismo do realismo anterior. No entanto, não é preciso muito para perceber que “em alguns casos, o exagero de Afonso Celso chega a ser ridículo e justifica o riso dos críticos”⁷⁸.

1.2.5. Euclides da Cunha: a literatura regionalista

Enquanto Affonso Celso redigia sua obra otimista, um, então, desconhecido, preparava uma obra que haveria de contrariar esta visão ingênua. Trata-se de Euclides da Cunha (1866-1909), que tem sido citado como um dos representantes maiores da literatura regionalista. Sua obra *Os sertões*, produzida dois anos depois do lançamento ufanista de Affonso Celso, nasceu de reportagem da última fase da revolta de Canudos, feita enquanto o autor era jornalista. Nela, Euclides da Cunha procura encontrar uma explicação para o aparecimento da revolta, e neste intento providencia uma revelação de parte até então desconhecida do Brasil, e, sobretudo, um novo modo de compreender a questão nacional.

Quanto ao caráter nacional, ao mesmo tempo em que Euclides da Cunha aponta a diversidade nacional como fato que impossibilita o apontamento de uma unidade, ele apresenta uma figura que desfruta do status de homem genuinamente brasileiro e no qual ele deposita suas esperanças em relação à sociedade brasileira. De um lado, portanto, Euclides compartilha com Silvio Romero os pressupostos cientificamente aceitos, e providencia uma visão da sociedade como uma realidade que se explica a partir da relação entre a raça e o meio. Como outros antecessores, também admite a existência de três raças formadoras, o branco, o negro e o índio, manifestando originalidade na concepção das peculiaridades do cruzamento e da adaptação à terra. Partindo do paradigma biológico, Euclides concorda com Silvio Romero quanto ao fato de que a característica básica do caráter nacional é a

⁷⁸ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.196.

mestiçagem, mas para ele, a mestiçagem não pode ser apontada como elemento unificador, uma vez que há no Brasil uma “mestiçagem embaralhada”, formada pelo *mulato* (branco e negro), o *mameluco ou curiboca* (branco e índio) e o *cafuzo* (índio e negro). Em suas palavras: “Não temos unidade de raça. Não a teremos, talvez, nunca”⁷⁹.

Contraditoriamente, Euclides da Cunha apresenta uma figura que pode ser considerada, em seu pensamento, o homem genuinamente brasileiro: o sertanejo. Nas palavras do próprio Euclides, o sertanejo é “a rocha viva de nossa raça”.⁸⁰ A partir da relação entre raça e meio, Euclides faz uma diferenciação entre a “gênese do mulato” e a “gênese do jagunço”. O mulato, que segundo ele, já vinha se formando em Portugal, a partir da escravização do negro no séc. XV, no Brasil teria se fixado no litoral, onde, principalmente, se deu o cruzamento do branco com o negro. No interior, ou sertão, teria se dado o cruzamento do branco, o colono, com o índio, o homem originalmente brasileiro, dando origem ao jagunço, o homem sertanejo, que conserva até hoje “a índole varonil e aventureira dos avós”⁸¹. No sertanejo, definido como “um forte, que não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral”,⁸² Euclides da Cunha deposita a sua esperança de futuro para a sociedade brasileira, no que ele diverge de Silvio Romero. De modo geral, a leitura de Euclides da Cunha sofre de uma contradição que apenas se explica pela necessidade de encontrar alguma esperança para o futuro social, diante de uma situação de flagrante desesperança.

1.2.6. Nina Rodrigues: o racismo

O paradigma biológico encontra sua manifestação e contradição maior no pensamento de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). A noção de raças inferiores e superiores, resultante do paradigma biológico evolucionista, foi aceita por vários pensadores nacionais, como Silvio Romero e Euclides da Cunha. Mas tanto em um quanto em outro, o racismo foi suprimido pela ideia de miscigenação. No

⁷⁹ CUNHA, E. da. **Os sertões**, 3.ed. Cotia: Ateliê Editorial. 2004, p.156.

⁸⁰ Ibid., p.766.

⁸¹ Ibid., p.189.

⁸² Ibid., p.207.

pensamento de Nina Rodrigues o preconceito contra índios e negros se faz presente de maneira clara e evidente. Embora Nina Rodrigues não tenha se tornado um ícone nacional, até por sua morte precoce com 44 anos, ele impressionou muitos nomes notáveis como Afrânio Peixoto e Oscar Freire.

Raimundo Nina Rodrigues publicou duas obras importantes. A primeira delas, em 1894, intitulada *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* tratava da posição das diferentes raças diante do Código Penal, e sustentava que as raças inferiores, negros, índios e mestiços não poderiam ser tratados de maneira igualitária em relação aos brancos, no Código Penal. A segunda foi um livro sobre os negros da Bahia, publicado em 1905, denominado *Os Africanos no Brasil*, que contém uma série de informações interessantes sobre o modo de vida dos negros em nosso país.

Reconhecendo a mestiçagem, Nina Rodrigues defende que o mestiço brasileiro teria herdado dos selvagens a indolência. Em suas palavras: “a indolência de nossos mestiços é um legado de seus maiores”⁸³. A prova da indolência, segundo Nina Rodrigues, é que os portugueses tornaram-se os grandes capitalistas do Brasil, pouco tempo depois de chegar ao país.⁸⁴

Coerentemente, Nina Rodrigues é bastante pessimista quanto ao futuro do país, considerando a dificuldade de civilização das raças inferiores. A solução possível estaria num processo de imigração que as eliminasse. Citando a opinião de José Veríssimo sobre os mestiços de brancos e índios no Pará, ele pontua que a solução para as raças mestiças é “esmagá-las sob a pressão de uma enorme imigração, de uma raça vitoriosa que nessa luta pela existência de que fala Darwin as aniquile, assimilando-as”⁸⁵. O progresso dos Estados Unidos se devia, segundo Nina Rodrigues, ao alcance da separação nítida entre brancos, de um lado, e as raças inferiores, de outro. Pode-se dizer que aqui há uma assimilação integral do evolucionismo do século XIX.

A obra de Nina Rodrigues não é a única manifestação de racismo na intelectualidade brasileira. Esta tendência produziu outros pensadores como Afonso Arinos de Mello Franco e Arthur Ramos, ou Oliveira Vianna, que concebia a sociedade brasileira como formada por uma aristocracia, geneticamente dotada de

⁸³ RODRIGUES, N. R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p.184.

⁸⁴ Cf. *Ibid.*, p.184.

⁸⁵ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.217.

qualidades herdadas pelos europeus, e um povo inferior, responsável pelo atraso do país.⁸⁶ Com base nesta distinção Vianna aproximou-se das tendências europeias do arianismo e do estabelecimento de uma aristocracia dominante, sem sequer considerar o fenômeno das raças inferiores, com um olhar de observador e teórico.⁸⁷

Dante Moreira Leite sustenta que “os estudos sobre o caráter nacional tiveram sua grande moda em fins do século XIX e princípios do XX.”⁸⁸ Assim este momento do racismo pode ser considerado, de certo modo, o ápice da ideologia do caráter nacional, quando influenciados por escritores europeus⁸⁹, alguns autores admitiram uma espécie de determinismo biológico tal que condenava o brasileiro a ter certas características herdadas geneticamente. E essa tentativa de definir o homem nacional a partir de características biológicas e psicológicas herdadas das suas raças originais transformou-se num discurso que pretendia explicar a questão do atraso brasileiro de maneira fatalista. Neste sentido a noção de caráter nacional exerceu de modo mais influente sua função ideológica, provocando um ambiente de pessimismo em relação ao desenvolvimento do país. Tal pessimismo pode ser verificado, por exemplo, em Alberto Sales, que de posse dessa noção de caráter nacional brasileiro afirmava a impossibilidade de o país atingir os padrões de desenvolvimento europeus e norte-americanos, em virtude da mestiçagem com os negros. Para ele:

A raça africana, pela sua inferioridade moral e pela sua inaptidão social e política, sendo introduzida brusca e violentamente no seio das populações inteiramente distintas, certamente que não podia contribuir para o seu desenvolvimento moral e intelectual, senão para seu atraso.⁹⁰

⁸⁶ Cf. VIANNA, O. **Raça e assimilação**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

⁸⁷ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.221.

⁸⁸ Id. **O amor romântico e outros temas**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007. p. 241.

⁸⁹ Segundo Lima, um dos autores que fizeram parte do referencial teórico dos ideólogos do caráter nacional brasileiro foi Le Bom, que relacionava o atraso de modo fatalista ao elemento biológico. [...] pelo simples fato de que a raça é diferente e desprovida das qualidades fundamentais que possui aquela que povoa os Estados Unidos, todas essas repúblicas [da América], sem uma só exceção, são perpetuamente presas da mais sangrenta anarquia e, malgrado as riquezas surpreendentes do seu solo, caem uma após outra nas dilapidações de toda a sorte, na falência e no despotismo (1980, p. 43). LIMA, M. A. **O corpo no espaço e no tempo**: a educação física no Estado Novo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980. p.43.

⁹⁰ SALES, A. apud VITA, L. **Alberto Sales: ideólogo da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965. p.106.

1.2.7. Manoel Bonfim: as razões históricas do atraso

Num momento em que o racismo dominava o cenário nacional, surge uma voz contraditória. Manoel Bonfim (1868-1932) anunciou uma tendência posterior, tanto no conteúdo de sua análise, quanto no referencial teórico utilizado para a mesma, o materialismo histórico, que revolucionou o modo de conceber o caráter nacional brasileiro. O seu trabalho mais importante para a questão do caráter nacional é *A América Latina: Males de Origem*, publicado em 1905, mesmo ano da última publicação de Nina Rodrigues.

Depois de abrir a obra com uma corajosa afirmação de nacionalismo, em que ele atribui a visão da inferioridade latina a um preconceito europeu, Manoel Bonfim aponta as causas de um reconhecido atraso, que segundo ele, não possui razões de origem biológica, mas histórica. Segundo Bonfim, as nações latino-americanas sofrem de um mal que já acomete Portugal e Espanha: o parasitismo. Conforme seu pensamento, Portugal e Espanha adquiriram “uma educação guerreira e depredadora que impediu a adaptação do trabalho pacífico”⁹¹. Algumas evidências desta característica seriam a perversão do heroísmo, na luta pela luta: a esperteza do bandido e a crueldade do toureiro. Além disso, pode-se citar o fato de que ao retomar seu território, Portugal e Espanha se lançam à conquista, não por um motivo prático como o comércio, por exemplo, mas com um espírito de violência e vingança, e ao se fixarem em outros territórios tornam-se exploradores da terra e do trabalho alheio. Além do parasitismo, a América Latina teria herdado dos países ibéricos “uma hombridade patriótica, intransigente, irredutível, levando os indivíduos a todos os heroísmos e resistências; a um extraordinário poder de assimilação social”⁹².

A América Latina seria, de certa forma, resultado desse parasitismo, do qual a principal consequência é a relação de inimizade entre povo e Estado. Segundo Manoel Bonfim, o caráter das sociedades latino-americanas resulta da tensão entre o trabalho escravo e o Estado explorador. As marcas destas sociedades seriam: “perversão do senso moral, horror ao trabalho livre e à vida pacífica, ódio ao

⁹¹ BONFIM, M. *A América Latina: Males de Origem*, Rio de Janeiro: Liv. Garnier, 1905, p.252.

⁹² *Ibid.*, p.265.

governo, desconfiança das autoridades e desenvolvimento dos instintos agressivos⁹³.

A influência ibérica não teria sido a única recebida pela América Latina. Os latinos teriam também recebido influência índia e negra. No entanto, Bonfim não supervaloriza essa influência, mas trata-a como supérflua, tendo em vista o atraso desses povos primitivos e a situação na qual eles ingressaram nessa sociedade. Apesar disso, seria possível encontrar nos latinos traços originais de índios e negros. Dos índios, Manoel Bonfim destaca o “violento amor à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável, e uma grande instabilidade intelectual”⁹⁴. Dos negros, “uma certa afetividade passiva, uma dedicação morna, doce e instintiva, sem ruídos e sem expressões”⁹⁵.

A grande contribuição de Manoel Bonfim fica por conta de ter colocado em xeque as teorias racistas brasileiras e questionado a validade do paradigma biológico. Manoel Bonfim é o primeiro a anunciar, ainda que não de modo literal, o caráter ideológico da noção de caráter social. Para ele, o caráter de um determinado povo não poderia ser definido biologicamente, pois a teoria da superioridade e inferioridade racial seria apenas justificativa europeia para o domínio e exploração do restante da humanidade, isto é, uma ideologia. Essa concepção enfraqueceu o paradigma biológico, abriu a possibilidade para outros paradigmas e antecipou o paradigma que seria cristalizado num futuro breve: o paradigma econômico.

1.2.8. Paulo Prado: uma psicologia social

A leitura de Paulo da Silva Prado (1869-1943) tem como viés determinante a psicologia social. Localizar Paulo Prado dentro de uma tendência da história do pensamento nacional não é uma tarefa simples. Wilson Martins o considera como um expoente do modernismo.⁹⁶ No entanto, como o modernismo foi um movimento de vertente mais estética, é difícil encontrar no movimento modernista brasileiro uma tendência única, tal qual é possível apontar os extremos do pessimismo e do

⁹³ BONFIM, M. **A América Latina: Males de Origem**, p.158-159.

⁹⁴ *Ibid.*, p.271.

⁹⁵ *Ibid.*, p.271.

⁹⁶ Cf. MARTINS, W. **O Modernismo**, São Paulo: Cultrix, 1965, p.124

otimismo, no realismo e no nacionalismo, respectivamente. Se fosse necessário apontar uma característica comum ao movimento modernista, esta seria a aceitação da pátria como ela é.⁹⁷

A tese central de Paulo Prado sobre o caráter nacional é apresentada logo no início de *Retrato do Brasil*. A afirmação inicial da obra é: “Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram”.⁹⁸ Essa afirmação revela que, segundo Paulo Prado, a tristeza é a marca característica do homem brasileiro. E esta tristeza seria, segundo o referido autor, resultado das motivações e da colonização imposta ao Brasil.

Para Paulo Prado, a colonização brasileira teve duas motivações básicas, o sensualismo e a cobiça. Ele afirma com todas as letras que no Brasil desenvolveu-se “o sensualismo dos aventureiros e conquistadores”⁹⁹. O Brasil serviu para “esgotar a exuberância de mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade europeia”¹⁰⁰, homens que não eram de “origem superior e passado limpo”¹⁰¹. Ele afirma ainda que, quando não estavam envolvidos com a sensualidade, o colono estava tomado de uma cobiça obcecada. Em suas palavras, os primeiros colonos tinham uma “ideia fixa: ouro, ouro, ouro”.¹⁰² Isto significa que, a história do Brasil teria sido “o desenvolvimento desordenado dessas obsessões – a luxúria e a cobiça – que dominaram o espírito e o corpo de suas vítimas”.¹⁰³ E assim como a luxúria e a cobiça desenfreadas provocam, em suas vítimas individuais, um estado de profunda tristeza, assim também, o homem brasileiro, como vítima da luxúria e cobiça desenfreadas do colono tornou-se um homem profundamente triste.

Ao fim de *Retrato do Brasil* Paulo Prado demonstra que para esses grandes males só haveria dois remédios: a guerra ou a revolução. A primeira traria à tona “capacidades anuladas pela inveja e egoísmo dos açambarcadores de posições”¹⁰⁴. A segunda, a revolução, seria a “afirmação inexorável de que quando tudo está errado, o melhor corretivo é o apagamento de tudo”.¹⁰⁵

⁹⁷ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.260.

⁹⁸ PRADO. P. **Retrato do Brasil**, São Paulo: Companhia das letras, 2001, p.53.

⁹⁹ *Ibid.*, p.66.

¹⁰⁰ *Ibid.*, p.66.

¹⁰¹ *Ibid.*, p.67.

¹⁰² *Ibid.*, p.107.

¹⁰³ LEITE, D. M. *op. cit.*, p.263.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p.265.

¹⁰⁵ PRADO. P. *op. cit.*, p.209.

Como afirmamos de início, o pensamento de Paulo Prado é de difícil categorização. Isto se vê também em sua aplicação final. As sugestões de transformação do estado atual parecem ser completamente opostas. Uma, a guerra, se aproxima do falso heroísmo das tendências fascistas, enquanto, outra, a revolução, sugere um movimento de esquerda revolucionária. O que nos importa é perceber que, depois de Manoel Bonfim, as leituras começam a distanciar-se do paradigma anteriormente aceito: o paradigma biológico.

1.2.9. Gilberto Freyre: uma leitura sociológica

Gilberto Freyre é um pensador muito profícuo. Neste trabalho, temos em vista apenas sua contribuição para a construção do caráter nacional brasileiro, não por que desconsideramos a importância de outros aspectos de seu pensamento, mas por que a grandeza de sua obra e contribuições não permite que um resumo em poucas linhas aconteça sem o risco de injustiças, e seu prestígio permite que tratativas sobre outros aspectos de sua obra sejam mais facilmente encontradas.

A obra mais conhecida de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, é uma tentativa de descrever a história brasileira pelo processo de miscigenação. Ela foi motivada por uma experiência pessoal de Freyre com marinheiros brasileiros, enquanto estudava em Nova Iorque. Nos Estados Unidos Freyre teve contato com a teoria antropológica de Franz Boas, pela qual é possível distinguir a influência da raça da influência do meio, seja ele físico ou social.¹⁰⁶ Basicamente, o propósito de Freyre em *Casa Grande e Senzala* é descrever os três principais grupos que deram origem ao homem nacional - os portugueses, índios e negros, e a contribuição de cada um deles para o Brasil.

Quanto ao português, segundo Gilberto Freyre, por ser um povo “indefinido entre a Europa e a África”¹⁰⁷, eles seriam o povo preparado para uma colonização tão híbrida quanto a do Brasil. Focando o aspecto social, Freyre pontua como principal contribuição do português à colonização, o seu cosmopolitismo. Em suas palavras, não há “nenhum antecedente social mais importante a considerar no

¹⁰⁶ Cf. BOAS, F. **Race, Language and Culture**, Chicago: University of Chicago Press.

¹⁰⁷ FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980, p.5.

colonizador português que a sua extraordinária riqueza e variedade de antagonismos étnicos e de cultura; que o seu cosmopolitismo”.¹⁰⁸

A influência indígena foi exercida, primeiramente, através da mulher índia, cuja “sexualidade exaltada”¹⁰⁹ teria combinado com a do português. No entanto, a herança indígena não se limitaria à questão da sexualidade, mas atingiria a questão religiosa. Segundo Gilberto Freyre o homem brasileiro, ainda possuiria um pouco do animismo indígena incorporado “junto com sobrevivências de magia ou de religião africana, ao baixo espiritismo”¹¹⁰. Por consequência, a crença no sobrenatural, tão comum ao brasileiro, seria herança colonial do índio.

Quanto à influência negra, Gilberto Freyre aponta o fato de que ela foi mais passiva do que ativa. Comumente, costuma-se apontar como traço da raça negra, comunicado ao brasileiro, o erotismo, a luxúria e a depravação sexual. Freyre defende, no entanto, que seria “absurdo responsabilizar o negro pelo que não foi obra sua nem do índio, mas do sistema social e econômico em que funcionaram passiva e mecanicamente”¹¹¹. Do negro, na verdade, através das amas de leite, o brasileiro teria recebido “a revelação de uma bondade, porventura, maior do que a dos brancos; de uma ternura como não a conhecem igual os europeus; o contágio de um misticismo quente, voluptuoso, de que se tem enriquecido a sensibilidade, a imaginação e a religiosidade dos brasileiros”¹¹². Além dessas características, o brasileiro teria herdado do negro a alegria. Em suas palavras, teria sido o negro “quem animou a vida doméstica do brasileiro de sua maior alegria”.¹¹³

Depois de verificar a concepção de Gilberto Freyre sobre o processo de miscigenação ocorrido no Brasil, cabe verificar sua explicação sobre o fator básico de nossa história e os traços que tais processos deixaram ao homem nacional. Quanto ao elemento básico em nossa história, Gilberto Freyre apresentou duas diferentes vertentes. Na primeira, o catolicismo ocupa o papel central na construção histórica nacional. Em suas próprias palavras: “o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”¹¹⁴. Na segunda, no entanto, o papel central é ocupado pela família. Na introdução à segunda edição de *Sobrados e Mucambos*, ele afirma que

¹⁰⁸ FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. p. 199.

¹⁰⁹ Cf. *Ibid.*, p. 100.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 104.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 316.

¹¹² *Ibid.*, p. 355.

¹¹³ *Ibid.*, p. 646.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 30.

“mais do que a própria Igreja, considerada elemento independente da família e do Estado, foi a família patriarcal ou tutelar o principal elemento sociológico de unidade brasileira”.¹¹⁵

Quanto ao caráter nacional, Gilberto Freyre fez uma diferença entre características gerais e características regionais. Quanto às características gerais, a mais recorrente no pensamento de Freyre é a facilidade de adaptação, resultante da localização geográfica e do processo de miscigenação. Mas Freyre acentua ainda outras características, tais como: o sadismo na classe dominante, e o masoquismo nas classes inferiores, que seriam resultado do sistema de escravidão historicamente estabelecido no país; o animismo e a crença no sobrenatural, resultado da influência indígena; o gosto pela ostentação e o personalismo, que resultam do regime econômico; o culto do pai e o “maternismo”, resultado do modelo familiar patriarcal.¹¹⁶ Quanto às características regionais, em *Sobrados e Mucambos* é possível encontrar um retrato do brasileiro de diversas regiões, em que Freyre salienta os diversos contrastes existentes entre o homem nacional.

Como temos afirmado, a obra de Gilberto Freyre é de estatura tal que não pode ser exposta tão resumidamente, sem o risco de reducionismos e imprecisões. Nossa rápida exposição visa apontar apenas a sua contribuição para o estabelecimento do caráter nacional, mostrando que, embora ele ainda considere questões como a raça e o meio, o paradigma diretivo de sua análise se distancia consideravelmente do biológico, partindo para um viés histórico-social. Na perspectiva de Freyre o homem brasileiro somente pode ser explicado pelas condições sociais que subjazem sua história.

1.2.10. Sergio Buarque de Hollanda: o homem cordial

Assim como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda possui uma obra vasta e que lida desde com questões de ordem histórica, até com questões de crítica literária. A breve exposição feita neste trabalho se limitará a *Raízes do Brasil*, publicado em 1936, que é um ensaio sobre o caráter nacional brasileiro, de

¹¹⁵ FREIRE, G. **Sobrados e Mucambos**, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981, p. LXXVII.

¹¹⁶ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.278.

perspectiva predominantemente histórica, embora escrito também a partir de pressupostos de ordem sociológica. *Raízes do Brasil* pode ser apontado como uma das mais importantes obras sobre o caráter nacional brasileiro. Cabe ressaltar que o propósito central de Sergio Buarque de Hollanda em *Raízes do Brasil* é fundamentalmente político. Seu objetivo geral é tentar predizer, por meio da reflexão e discussão do passado nacional, o futuro da situação de instabilidade da política nacional.

Sergio tem uma visão muito peculiar da realidade nacional. Para ele, “o Brasil é o único caso de transplantação de cultura europeia para zona tropical e subtropical”¹¹⁷. Em suas palavras: “trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje, uns desterrados em nossa terra”¹¹⁸. Para Sergio, portanto, o homem brasileiro não pode ser compreendido à parte de sua herança vinda de Portugal. Por isso, antes de tudo, deveríamos buscar nas características do povo ibérico os traços da nossa personalidade enquanto nação.

Para Sergio Buarque de Hollanda, a característica marcante do povo ibérico é a cultura da personalidade. Para eles, “o índice do valor de um homem infere-se, antes de tudo, da extensão em que não precise dos demais, em que não necessite de ninguém, em que se baste”.¹¹⁹ Em termos mais simples, para Sergio, a característica marcante do homem ibérico é a supremacia do indivíduo sobre a coletividade. Desta característica primeira, desprendem-se outras, que são: a fragilidade das formas de associação que implique solidariedade e ordenação, uma pequena influência dos privilégios hereditários e a presença de elementos anárquicos na vida social. Esse culto às virtudes pessoais também explicaria a ausência de “espírito de organização espontânea, tão característico de povos protestantes, sobretudo, calvinistas”.¹²⁰ A capacidade de organização social também se tornaria fragilizada entre os povos ibéricos, segundo ele, pela ausência, entre eles, de uma “moral fundada no culto ao trabalho”¹²¹. Desta tendência à

¹¹⁷ Cf. LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.287.

¹¹⁸ HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 31.

¹¹⁹ Ibid., p.32.

¹²⁰ Ibid., p.37.

¹²¹ Ibid., p.38.

desorganização desprende-se a suposição de que, para esses povos, a única alternativa à anarquia é um governo ditatorial e intransigente.

Como se vê, segundo Sérgio Buarque de Holanda, a história nacional teria sido escrita por um povo que atribuía superioridade ao indivíduo em relação à coletividade. Assim, a colonização portuguesa estaria longe de ter caráter racional. Ela se distinguiu, exatamente, pela capacidade de adaptação e identificação com a nova terra e seus moradores. Este individualismo radical característico do português teria sido assimilado pelo homem brasileiro e, juntamente com essa colonização que culminou com a fusão das raças, a distribuição do espaço geográfico, e a noção patriarcal de família, teria convergido para aquela que é a principal característica do homem brasileiro: a cordialidade. “Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o homem cordial”.¹²²

Apontar o que, segundo Sérgio Buarque de Hollanda, é o caráter nacional brasileiro é algo relativamente simples. Não se pode dizer o mesmo, no entanto, quanto a defini-lo. O mais comum é que a noção de cordialidade seja interpretada como se referindo à popular ideia de gentileza. Quem assim o faz não se engana, pois, em alguns trechos de sua obra, Sergio parece defender que, de fato, cordialidade tenha a ver com essa característica. Logo após apontar a cordialidade como o caráter nacional, ele a define afirmando que “a lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro”¹²³. No entanto, ao mesmo tempo em que faz esta afirmação, Sergio parece atribuir o uso do termo *cordial* ao sentido radical do termo. O termo cordial vem da raiz latina *cor*, que significa *coração*. A partir deste significado, o termo cordial designaria uma atitude afetivamente direcionada. Um bom sinônimo seria a expressão *homem visceral*; aquele que valoriza e age pelos afetos. Neste aspecto o brasileiro se assemelharia ao português, visto que sendo dirigido pelos sentimentos, seria dirigido pela esfera do particular e privado, em contraposição à do geral e público. Nas palavras de Sergio:

Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade. São antes de tudo expressões legítimas de um fundo emotivo extremamente rico e

¹²² HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**, p.146.

¹²³ *Ibid.*, p.146.

transbordante. Na civilidade há qualquer coisa de coercitivo – ela pode exprimir-se em mandamentos e sentenças.¹²⁴

E ainda: “A inimizade pode ser tão cordial como a amizade, nisto que uma e outra nascem do *coração*, procedem assim da esfera do íntimo, do familiar, do privado”¹²⁵.

A dificuldade de harmonizar estes dois sentidos seria apontada por Cassiano Ricardo, que entrou em um longo debate com Sergio sobre a cordialidade como o caráter nacional.¹²⁶ Para ele, o termo *cordial* teria adquirido, no pensamento de Sergio, um sentido “contraditório, senão confuso”¹²⁷. Para Cassiano Ricardo, a característica central do homem nacional seria a bondade, resultado da colonização e miscigenação, e se comprovaria tanto pela tendência à harmonia do brasileiro, manifesta tanto na história da conquista do território, quanto na ausência de preconceitos raciais no país.¹²⁸ A noção de bondade proposta por Cassiano Ricardo não foi aceita por Sergio Buarque de Hollanda, que tencionava, com o termo cordialidade, eliminar deliberadamente quaisquer “juízos éticos e as intenções apologéticas a que parece se inclinar-se o sr. Cassiano Ricardo”¹²⁹.

Sérgio Buarque de Hollanda e a noção de cordialidade são, de certa forma, na intelectualidade brasileira, mais um passo na fuga do paradigma bio-psicológico, visto que para Sérgio a questão nacional é considerada a partir do que é histórica e culturalmente construído, o que fica claro pelo fato de que a própria cordialidade não lhe parecia “virtude definitiva e cabal que tenha de prevalecer independentemente das circunstâncias mutáveis da nossa existência”¹³⁰, pois:

...com a progressiva urbanização, que não consiste apenas no desenvolvimento das metrópoles, mas ainda e, sobretudo, na incorporação de áreas cada vez mais extensas à esfera da influência metropolitana, o homem cordial se acha fadado provavelmente a desaparecer, onde ainda não desapareceu de todo.¹³¹

¹²⁴ HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**, p.146.

¹²⁵ Ibid., p.205.

¹²⁶ Pra uma maior compreensão desta controvérsia, cf. RICARDO, C. **O Homem Cordial e Outros Pequenos Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

¹²⁷ Ibid., p.17.

¹²⁸ Cf. Ibid., p.34.

¹²⁹ HOLLANDA, S. B. de. op. cit., p.205.

¹³⁰ HOLLANDA, S. B. de. Carta a Cassiano Ricardo. São Paulo, Setembro de 1948. In HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990, p.145-146.

¹³¹ Ibid., p.145-146.

1.3. A TRANSIÇÃO: DO CARÁTER NACIONAL AO ASPECTO ECONÔMICO

A partir da segunda metade do século XX houve uma significativa alteração paradigmática. Não se pode afirmar de modo exato quando se deu a mudança que consistiu no enfraquecimento completo da noção de caráter nacional e o início de uma nova fase no pensamento brasileiro sobre a questão e o desenvolvimento nacional. Leite pontua que esse foi “um processo lento de afirmação de novas tendências, onde o fato mais significativo é talvez a nova posição aceita pela elite intelectual”¹³². Isto é, um marco de transição é o fato de que na fase considerada ideológica os intelectuais se identificavam com as elites, enquanto que, na nova fase, se eles não se identificam com as classes mais desprotegidas, pelo menos procuram considerar o conjunto da sociedade. A rigor, é possível dizer que após Manoel Bonfim, incluindo pensadores como Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Hollanda, o Brasil já estaria vivenciando um lento processo de transição.

Chave para esta transição foi a figura de Caio Prado Júnior (1907-1990). Caio foi autor de muitas obras sobre a história brasileira, mas uma delas foi de fundamental importância neste momento de transição: *Formação do Brasil contemporâneo*. Nesta obra, Caio Prado Júnior procurou verificar os impactos da colonização e do sistema econômico do período colonial na vida do homem brasileiro. É bem verdade que este não era um objeto original de análise. Outros pensadores o fizeram anteriormente. No entanto, a análise de Caio Prado Júnior se diferencia das demais, no sentido de, que para ela, a economia colonial não é vista como mero aditivo da vida nacional, mas como causa determinante das outras características da vida brasileira.¹³³ Enquanto os documentos sobre a população desocupada da colônia comunicavam aos pensadores anteriores decadência e degeneração do homem brasileiro, a Caio revelavam a ausência de oportunidades imposta pelo sistema econômico colonial. Tal mudança é reveladora de uma alteração paradigmática. Neste momento, a questão nacional não é mais explicada por fatores como a raça, o meio, ou características psicológicas, mas pela formação econômica do país. Nesse sentido,

¹³² LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.310.

¹³³ *Ibid.*, p.315.

“Caio Prado Junior representaria um momento decisivo na superação do pensamento ideológico: as características da colônia não são determinadas por misteriosas forças impostas pelo clima ou trazidas pelas raças formadoras, mas resultam do tipo de colonização imposto pela economia europeia”.¹³⁴

Monteiro Lobato (1882-1948) é uma típica ilustração desta mudança paradigmática. O primeiro momento literário de Monteiro Lobato reflete o momento ideológico anterior. Ele entendia que o movimento modernista havia romantizado a figura do homem brasileiro, retomando o romantismo do movimento indianista. São suas palavras:

Pobre Jéca Tatú! Como és bonito no romance e feio na realidade. Jéca mercador, Jéca lavrador, Jéca filosofo... Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher – cocos de tucum ou jissára, guabirobas, bacuparis, maracujás, jataís, pinhões, orquídeas; ou artefatos de taquara-póca – peneiras, cestinhas, samburás, tipitis, pios de caçador; ou utensílios de madeira mole – gamelas, pilõesinhos, colheres de pau.¹³⁵

A figura do homem nacional produzida por Monteiro Lobato neste primeiro momento era consideravelmente depreciativa. Ela o caracterizava como um parasita, preguiçoso, incapaz de produzir, usufruindo apenas do que a terra lhe entregava. Em suas palavras: “Quando a palha do teto, apodrecida, greta em fendas por onde pinga a chuva, Jéca, em vez de remendar a tortura, limita-se, cada vez que chove, a aparar numa gamelinha a água gotejante.”¹³⁶ A consequência de tal pensamento, segundo Monteiro Lobato, é que esse tipo de homem era inadaptável à civilização.¹³⁷

A partir da década de 30, no entanto, Monteiro Lobato inicia uma nova fase de sua explicação do Brasil. Ao que tudo indica, sua estadia nos Estados Unidos como adido comercial do governo brasileiro fora de grande impacto, para que, em sua concepção, as causas do atraso do país deixassem de ser atribuídas às características do homem nacional, e fossem transferidas para as circunstâncias econômicas. Num artigo escrito nesta época, afirma Monteiro Lobato:

¹³⁴ LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.315-316.

¹³⁵ LOBATO, M. A velha praga. In: **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1961. (Obras completas, v. 1), p.281.

¹³⁶ Ibid., p.282.

¹³⁷ Cf. Ibid., p.282.

A pobreza, a lentidão do desenvolvimento no Brasil sempre me preocupou vivamente. Refleti comigo durante anos, com a sensação de que as causas apontadas para explicar o fenômeno eram causas secundárias; e que antes de aprendermos a causa primária, a causa das causas, nada poderia ser feito para mudar a situação.¹³⁸

No mesmo texto, comparando o Brasil e os Estados Unidos, como era comum nesse período, e tendo em mente a questão férrea e petrolífera, afirma:

Enquanto esse milagre se operava ao norte do continente, um país ao sul, de igual extensão territorial e povoado com os mesmos tipos de elementos humanos, europeu, negro e índio, permanecia em profundo estado de dormência. Um pântano com quarenta milhões de rãs coaxantes, uma a botar a culpa na outra do mal-estar que todas sentiam.¹³⁹

Essas palavras de Monteiro Lobato, contrastadas com suas palavras anteriormente citadas revelam-no como uma ilustração da transição paradigmática sofrida pelo pensamento brasileiro.

Apesar de toda sua a força, manifesta no fim do século XIX e início do século XX, na segunda metade deste último século, o paradigma biológico encontrava-se profundamente enfraquecido, quase saindo de cena. Neste momento, a questão nacional, antes interpretada a partir de características raciais ou psicológicas, passava a ser explicada a partir das circunstâncias econômicas. É com este último paradigma, tão vivo e influente nas décadas de 50 e 60, que Mario Vieira de Mello debate em *Desenvolvimento e Cultura*. Apresenta-lo é o propósito do capítulo seguinte.

¹³⁸ LOBATO, M. apud LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, p.312.

¹³⁹ *Ibid.*, p.312.

2. A QUESTÃO BRASILEIRA E O NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO: O AMBIENTE INTELECTUAL DE *DESENVOLVIMENTO E CULTURA*

Quando a obra de Mario Vieira de Mello veio à tona, a ideologia do caráter nacional já havia entrado em declínio e a questão nacional passava a ser concebida a partir do paradigma econômico. Esta mudança não acontecera casualmente. Historicamente, havia um consenso sobre o momento de transição e ruptura com a herança do passado colonial, resultante de questões que se amadureciam desde a proclamação da República. O Brasil passara por uma transformação econômica, impulsionada pela crise cafeeira dos anos 30 e o fortalecimento industrial estimulava um projeto capaz de conduzir o país à tão sonhada modernização. Internacionalmente, havia um debate aberto sobre a crise dos paradigmas liberais e o papel do Estado diante da pobreza e do subdesenvolvimento de diversas nações. E, por aqui, desde Manoel Bonfim, a tendência de explicar a questão nacional através de elementos bio-psicológicos se enfraquecera e as publicações de Caio Prado Júnior fizeram emergir um novo paradigma. Todos esses fatores contribuíram para que a questão nacional, sobretudo seu suposto atraso passasse a ser explicado em termos econômicos, pelo binômio *desenvolvimento x subdesenvolvimento*.

Desenvolvimento e Cultura, publicada em 1963, participa, portanto, de um diálogo muito próprio desse momento histórico: o debate sobre o desenvolvimento do Brasil. De modo mais específico, esta obra pretende debater com a corrente teórica que ficou historicamente conhecida como “desenvolvimentismo”. Embora uma definição precisa do desenvolvimentismo não seja uma tarefa simples, uma vez que muitas vertentes teóricas podem fundamentar uma proposta desenvolvimentista, de início é possível apontar um núcleo rígido comum à maioria das propostas desenvolvimentistas. Este núcleo é composto pela defesa

“(a) da industrialização; (b) do intervencionismo pró-crescimento; e (c) do nacionalismo, embora este deva ser entendido num sentido muito amplo, que vai desde a simples retórica ufanista conservadora até propostas radicais de rompimento unilateral com o capital estrangeiro”¹⁴⁰.

¹⁴⁰ FONSECA, P. C. D. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo: PUC, vol. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004 p. 2. Disponível em:

Quando estes três elementos anteriormente apresentados são encontrados num conjunto concatenado e estruturado de ideias, é possível falar de uma proposta teórica desenvolvimentista. Esta proposta teórica somente é efetivada, contudo, quando essa tríade se torna a diretriz básica de um determinado governo. Temos assim o desenvolvimentismo político.

O “Desenvolvimentismo” é o conceito-chave que organiza o pensamento econômico dos anos 50 e 60 no Brasil. Esse debate e esforço pelo desenvolvimento nacional reverberavam, na verdade, o que, historicamente, acontecia de modo mais amplo. É difícil ser absolutamente preciso no apontamento do início e fim de movimentos histórico-políticos, uma vez que eles não são tão estanques quanto, comumente, se imagina. Contudo, considerando esta ressalva, é possível afirmar que, na América Latina, em termos políticos, o desenvolvimentismo “deita raízes na década de 30”¹⁴¹. Estudiosos tem apontado, comumente, o governo do presidente Lázaro Cárdenas, no México, como pioneiro e incentivador do desenvolvimentismo político na América Latina.

Cárdenas foi nacionalista e seu governo fez uma reforma agrária radical; estatizou a produção do petróleo; criou os primeiros bancos estatais de desenvolvimento industrial e de comércio exterior da América Latina; investiu pesadamente na construção de infraestrutura; praticou políticas de industrialização e proteção do mercado interno; criou uma legislação trabalhista e adotou uma política externa independente e anti-imperialista.¹⁴²

Depois do governo Cárdenas, o programa desenvolvimentista tornou-se padrão para vários outros países latino-americanos, que tiveram governos mais conhecidos como “nacional-populares” ou “nacional-desenvolvimentistas”, caso de Perón na Argentina, Velasco Ibarra no Equador, Paz Estenssoro na Bolívia e Getúlio Vargas no Brasil.

http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf
acesso em 06/03/2012

¹⁴¹ Segundo Fiori, o desenvolvimentismo “deita raízes na década de 30, se consolida nos anos 50, passa por uma autocrítica nos anos 60, e perde seu vigor intelectual na década de 80” FIORI, J. L. **Para reler o “velho desenvolvimentismo”**, disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5382, acesso em 06/03/2012.

¹⁴² Ibid.

2.1. DESENVOLVIMENTISMO POLÍTICO NO BRASIL

É possível afirmar que o desenvolvimentismo político nasce no Brasil com o governo Getúlio Vargas. Tal afirmação pode causar algum estranhamento, pôr que, apesar de algumas controvérsias,¹⁴³ o governo de Getúlio Vargas tem sido, comumente, classificado sob a égide de nacionalista, enquanto o governo de Juscelino Kubitschek, sob a de desenvolvimentista. De fato, o nacionalismo foi característica tão marcante no governo getulista que sua classificação costumeira se faz justa. No entanto, apesar de seu nacionalismo enfático, o governo Vargas também possuiu, sobretudo, no segundo momento do primeiro governo e no segundo governo, propriamente dito, elementos desenvolvimentistas, ainda que menos acentuados que no governo Juscelino Kubitschek. Por isso, Bastos pontua que no governo Vargas seria mais próprio falar de nacional-desenvolvimentismo do que, propriamente, de nacionalismo. São suas palavras:

O problema das definições do nacionalismo econômico varguista a partir dos meios pelos quais os interesses nacionais de desenvolvimento econômico seriam alcançados, é que Vargas não manteve, ao longo do tempo, a adesão a formas particulares de intervenção estatal e de associação com o capital estrangeiro. O que apresenta maior continuidade é a adesão ao ideário do nacional-desenvolvimentismo, ou seja, a vinculação do interesse nacional com o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, de novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, superando: (i) a especialização primário-exportadora; e (ii) a valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas. Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo.¹⁴⁴

¹⁴³ “Em um extremo, alguns autores enxergaram em Vargas o defensor radical da autonomia nacional, chegando às raias da xenofobia contra o capital estrangeiro. Outros viram em Vargas o “entreguista” capaz de ludibriar o povo brasileiro com uma retórica do desenvolvimento econômico nacional, enquanto pretendia deixar aberta a porta aos “trustes” internacionais do petróleo ou aos monopólios estrangeiros em serviços públicos que, presumidamente, impediriam que este desenvolvimento ocorresse.” BASTOS, P. P. Z. **A construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos setores de base.** Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006, p.241.

¹⁴⁴ Ibid., p.241-242.

A ênfase getulista no desenvolvimento econômico do país é perceptível. Seguem suas palavras, datadas de 1938:

“Não seria exagero atribuir, historicamente, a nossa conduta de incompreensão e passividade ao provincialismo que a Constituição de 1891 estabeleceu e ao reclamo dos países industriais interessados em manter-nos na situação de simples fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. Aquela expressão – ‘país essencialmente agrário’ – de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra, em boa parte, a responsabilidade de nosso atraso”.¹⁴⁵

É historicamente verificável, que nas décadas de 1930 e 1945, sob o governo de Getúlio Vargas, o Brasil atravessou de um mundo rural para um mundo urbano industrial, herdando as consequências de tamanha transformação. Dentre elas, a emergência do populismo político, a incorporação política de toda a população alfabetizada maior de 18 anos, e a urbanização, que cresceu de forma acelerada, trazendo como consequência a expansão desordenada das cidades.

No primeiro período getulista (1930-1937), o governo estava equilibrado entre os diversos interesses do país, considerando inclusive as questões agrárias. A partir de 1937 “o Brasil embarcou com maior decisão em uma política de substituir importações pela produção interna e de estabelecer uma indústria de base”.¹⁴⁶ Esta política aconteceu de modo aleatório até o ano de 1942, quando depois do ingresso do Brasil na guerra o governo criou a Coordenação de Mobilização Econômica, dirigida pelo Ten. João Alberto. Neste período, o incentivo à industrialização e ao consequente desenvolvimento do país foi associado a uma perspectiva nacionalista. Isto não significa que o país estivesse completamente fechado para as relações econômicas externas. Segundo Boris Fausto, o próprio Getúlio tentou evitar mobilizar a nação em uma cruzada nacionalista radical.¹⁴⁷ Para o mesmo historiador, “os grupos privados e o próprio Getúlio inclinavam-se por uma associação com capitais estrangeiros, alemães ou americanos”¹⁴⁸, e “a maior pressão no sentido de se instalar uma indústria fora do controle externo vinha das Forças Armadas”.¹⁴⁹

¹⁴⁵ Vargas (1938) APUD FONSECA, P. D. **Vargas: O Capitalismo em Construção**. Brasiliense, São Paulo, 1987, p. 266

¹⁴⁶ FAUSTO, B. **História do Brasil**, 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

¹⁴⁷ Cf. *Ibid.*, p. 370.

¹⁴⁸ *Ibid.*, p. 371.

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 371.

Esta percepção parece ser confirmada pelas palavras de Getúlio Vargas na campanha presidencial para as eleições de 1950:

Não sou, como tendenciosamente afirmam forças reacionárias, inimigo da cooperação do capital estrangeiro. Ao contrário, convoquei-o muitas vezes a cooperar com o Brasil durante os anos de minha administração. Sou adversário, sim, da exploração do capitalismo usurário e oportunista, visando exclusivamente o lucro individual e fugindo à função mais nobre de criar melhores condições de vida para todos. Por isso, sempre preferi e continuo a preferir, como método de ação, o sistema das sociedades de economia mista...¹⁵⁰

Mas, se, por um lado havia relações econômicas externas, por outro, o governo insistia na necessidade de aceitá-lo “com muitas restrições, seja quanto à área dos investimentos, seja quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior”¹⁵¹.

O segundo governo de Getúlio Vargas, de forma um pouco mais acentuada, fora marcado pela ênfase no desenvolvimento econômico do Brasil como forma de superação da pobreza e do subdesenvolvimento. Nesse governo, a política econômica continuou voltada para o desenvolvimento do país, ainda sobre matrizes nacionalistas. Isto pode ser percebido, de modo muito evidente, na criação de agências que tinham como objetivo a formulação de políticas econômicas, como a Assessoria Econômica da Presidência da República e a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI). Através destas instituições o Estado se mostrava ativo na confecção e efetivação de políticas econômicas. Estas, por sua vez, envolviam um Plano de Reparcelamento Econômico e um programa industrial que tinha como implicações a criação de estratégias que incluíam diversos setores, como a ampliação da malha ferroviária, do sistema portuário, dentre outros. O ponto alto desta política foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), no ano de 1952, e da Petrobrás em 1953.¹⁵²

Com tudo isso, não seria exagero afirmar que após o segundo governo Vargas, o Brasil vivia um intenso processo de "modernização" política e econômica, colhendo as consequências positivas e negativas de tal processo. Neste sentido, é possível dizer que o governo de Getúlio Vargas inaugura o desenvolvimentismo

¹⁵⁰ VARGAS, **A campanha presidencial**, Rio de Janeiro: José Olympio, 1951, p.303.

¹⁵¹ FAUSTO, B. **História do Brasil**, p. 426.

¹⁵² Cf. *Ibid.*, p. 409.

político no Brasil. Por causa das muitas restrições ao ingresso de capital externo, seria mais próprio falar em “nacional-desenvolvimentismo”.

Se a classificação do governo de Getúlio Vargas como nacionalista se faz justa, o mesmo se pode dizer sobre a classificação do governo de Juscelino Kubitschek sob a égide de “desenvolvimentista”. De fato, o ápice do desenvolvimentismo brasileiro se deu no governo de Juscelino Kubitschek. Ainda em sua campanha presidencial, Juscelino Kubitschek “martelou na necessidade de avançar no rumo do desenvolvimento econômico, com apoio do capital público e privado”¹⁵³. Este discurso de campanha deu o tom de seu governo. Juscelino ampliou e modificou a proposta de desenvolvimento lançada por Getúlio Vargas, e governou num ambiente comumente considerado de estabilidade e profundo otimismo, que pode ser vislumbrado pelo mote oficial de seu governo: “crescer cinquenta anos em cinco”¹⁵⁴.

Em termos econômicos, o governo de Juscelino Kubitschek pode ser bem sintetizado pelo Programa de Metas, que tinha 31 objetivos, divididos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústrias de base, educação e a construção de Brasília. Para viabilizar o projeto, buscando romper a burocracia rotineira do país, foram criadas entidades paralelas à administração pública, que se somaram às criadas por Getúlio em seus 19 anos de governo. Uma das mais importantes foi a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que estava diretamente subordinada à presidência e visava realizar o planejamento da industrialização do Nordeste brasileiro.

De modo geral, o governo Juscelino Kubitschek tem sido comumente interpretado como estabelecido sobre um tripé estratégico centrado no estado, unido ao empresariado nacional e ao capital estrangeiro. Eis o núcleo conceitual desenvolvimentista. Neste ponto encontra-se, também, o diferencial básico da política econômica de Juscelino em relação à política varguista. Num certo sentido, Juscelino “encarnava bem uma das vertentes do getulismo”¹⁵⁵. Seu governo teve em comum com o governo Vargas a promoção de uma atividade estatal abrangente, tanto no setor de infraestrutura como na industrialização direta, visando o

¹⁵³ FAUSTO, B. **História do Brasil**, p. 420.

¹⁵⁴ Cf. *Ibid.*, p. 422.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 420.

desenvolvimento nacional.¹⁵⁶ Mas em outro sentido, ele se distanciou do governo Vargas. Na contramão da reticência getulista, Juscelino Kubitschek assumiu abertamente a necessidade de atrair capital estrangeiro, concedendo grandes facilidades aos países investidores. Pode-se dizer que Juscelino abriu as fronteiras do programa desenvolvimentista, “articulando a integração da economia e do capital nacional ao esquema de divisão internacional do trabalho do pós-guerra”.¹⁵⁷ Neste sentido, o governo JK é desenvolvimentista por excelência.

Em parte o governo JK obteve sucesso. Nas palavras do historiador Boris Fausto, “na memória dos brasileiros, os cinco anos do governo Juscelino Kubitschek são lembrados como um período de otimismo, associado a grandes realizações”¹⁵⁸. Em parte isto se deve ao resultado surpreendente obtido pelo Plano de Metas do governo, sobretudo, no que diz respeito à industrialização.

Entre 1955 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu em 80%, com altas porcentagens nas indústrias do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). De 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7%, correspondendo a uma taxa *per capita*, ou seja, por habitante, de quase 45. Se considerarmos toda a década de 1950, o crescimento do PIB brasileiro *per capita* foi aproximadamente três vezes maior que o do resto da América Latina.¹⁵⁹

No fim do governo, no entanto, Juscelino Kubitschek teve de lidar com problemas que se concentraram nas áreas relacionadas às finanças do governo e à infraestrutura nacional. O déficit orçamentário do governo federal, fruto do investimento na industrialização e na construção de Brasília, o esquecimento da zona rural e da política agrícola, somados à migração e ao êxodo rural, que fizeram aumentar os problemas nas capitais do país, contribuíram para um fim menos ufanista do governo Juscelinista.

Se o Governo de Juscelino Kubitschek fora marcado por um período de estabilidade política e econômica, os dois governos seguintes, que antecedem ao

¹⁵⁶ O governo de Juscelino Kubitschek ficou conhecido, por exemplo, como o governo da instalação da indústria automobilística no Brasil. Isto não se deve ao fato de que não houvesse montadoras e fábricas de peças anteriormente, mas que a proporção em que elas passaram a existir no governo Juscelino Kubitschek foi bem maior. Cf. FAUSTO, B. **História do Brasil**, p. 427.

¹⁵⁷ SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**, p. 149.

¹⁵⁸ FAUSTO, B. op. cit., p. 429.

¹⁵⁹ Ibid., p. 427.

golpe de 1964, se caracterizaram pelo oposto, o que, de certa forma, enfraqueceu o projeto desenvolvimentista. Quando Jânio Quadros assumiu o poder, em janeiro de 1961, recebeu o país numa situação econômica delicada. Seu curto governo ficou marcado pela tentativa de estabilização, reduzindo as importações e contendo gastos públicos, numa tentativa de reequilibrar a balança comercial. A situação econômica se agravou no governo João Goulart. Para enfrentar esta terrível situação econômica, Celso Furtado, então Ministro do Planejamento, lançou o Plano Trienal, “que pretendia combinar o crescimento econômico, as reformas sociais e o combate à inflação”¹⁶⁰. Traços desenvolvimentistas podem ainda ser percebidos neste plano, que previa a redução de gastos, mas sem a redução dos investimentos públicos, considerados essenciais para o desenvolvimento econômico do país. Por não obter o apoio de alguns setores influentes da sociedade, o plano acabou fracassando em meados de 1963, tornando-se um dos fatores decisivos para o movimento que culminou no golpe de 64, comumente apontado como o fim deste período desenvolvimentista.

2.2. DESENVOLVIMENTISMO TEÓRICO NO BRASIL

Neste período, paralelamente a governos desenvolvimentistas, o país sustentava um debate desenvolvimentista. As políticas que visavam o desenvolvimento necessitavam de um ideário teórico que as fundamentasse. Por isso as discussões sobre o desenvolvimento do Brasil ocuparam lugar de destaque neste momento da história nacional. Mario Vieira de Mello atesta este fato ao afirmar: “o que caracteriza de maneira particular o atual momento brasileiro é que vários setores da opinião parecem ter se polarizado em torno da ideia do desenvolvimento”¹⁶¹.

Assim como aconteceu no âmbito político, o debate brasileiro sobre o desenvolvimento reverberava o interesse mais geral, revelado, por exemplo, pela fundação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 25 de fevereiro de 1948, com o objetivo de promover e apoiar o desenvolvimento

¹⁶⁰ FAUSTO, B. **História do Brasil**, p. 455.

¹⁶¹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.34.

nos países latino-americanos. A criação desta Comissão revelava o pressuposto comum do debate de que as nações latino-americanas eram nações proletárias, em contraste com as nações europeias, consideradas burguesas e que a mazela tradicional do continente era a sua condição de objeto da História e não de sujeito, o que as submetia, necessariamente, a uma estrutura de servidão.¹⁶² Diante de tal diagnóstico, “para falar de um projeto de destino para as comunidades latino-americanas era preciso associar a ideia nacional à tarefa de promoção do seu desenvolvimento econômico”¹⁶³.

Para atender a necessidade de elaborar um ideário desenvolvimentista, o governo brasileiro recrutou, reuniu e financiou intelectuais. Um exemplo do esforço do estado brasileiro pelo estabelecimento desse ideário foi o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado no governo Café Filho, em 1955, recentemente redescoberto pelos trabalhos de Caio Navarro de Toledo. O ISEB é representativo do ideário desenvolvimentista, tanto por sua importância política, quanto pela influência exercida durante seu tempo de existência. Para esta pesquisa, a importância do Instituto é ampliada pelo fato de dois dos interlocutores de Mario Vieira de Mello em *Desenvolvimento e Cultura* terem feito parte do mesmo: Guerreiro Ramos (1915-1982) e Hélio Jaguaribe (1923-). Tomaremos, por isso, o ISEB e seus pensadores como representação desse debate sobre o desenvolvimento nacional fomentado nas décadas de 50 e 60. Ao fazê-lo, seguimos Mendonça, para quem o ISEB foi “a matriz de certo tipo de pensamento destinado à mobilização social em torno do progresso do país.”¹⁶⁴ Tomando como base a produção isebiana procuraremos, até onde é possível, apontar o ideário nacional desenvolvimentista produzido neste período da história nacional.

¹⁶² Cf. VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**: Um diálogo teimoso na educação. São Paulo: UNESP, 2006, p. 28.

¹⁶³ Ibid., p. 28.

¹⁶⁴ MENDONÇA, S. R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990, p.347.

2.2.1. O ISEB: Uma representação do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro

Embora o ISEB tenha sido oficialmente organizado em 1955, no governo Café Filho, em germe, ele já existia em 1952. Trata-se do Grupo Itatiaia, um conjunto de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo que se reunia com o propósito de refletir e debater sobre os problemas econômicos, políticos e sociais brasileiros. O nome do grupo se deve às reuniões mensais, que aconteciam de forma informal, no Parque Nacional de Itatiaia, estrategicamente localizado por questões geográficas. Inicialmente, este grupo era formado pelos seguintes intelectuais:

... de São Paulo: Roland Corbisier, Almeida Salles, Paulo Edmur de Souza Queiroz, José Luiz de Almeida Nogueira, Miguel Reale e Luigi Bagolini. Do Rio de Janeiro participavam, além de Helio Jaguaribe, Rômulo de Almeida, Candido Mendes de Almeida, Guerreiro Ramos, Oscar Lourenço Fernandes, Ignácio Rangel, José Ribeiro de Lira, Israel Klabin, Cid Carvalho, Fábio Breves, Moacyr Félix, Jorge Serpa Filho, Ewaldo Correia Lima, Ottolmy Strauch e Heitor Lima Rocha.¹⁶⁵

O Grupo Itatiaia não teve vida longa. Ele se dissolveu no ano seguinte. Segundo Souza, “a vertente paulista pretendia manter a discussão de maneira endógena, enquanto a vertente carioca intencionava dar mais divulgação às ideias que vinham trabalhando”¹⁶⁶.

Em virtude do fim do Grupo Itatiaia foi criado o IBESP (Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política), uma entidade privada, mas que desde o início contou com apoio governamental. O IBESP, criado em 1953, foi formado basicamente pelos intelectuais cariocas e por um único paulista, Roland Corbisier. Durante seu curto tempo de vida, este Instituto publicou uma revista, intitulada *Cadernos do Nosso Tempo*, e realizou 12 seminários em torno dos problemas da época, normalmente, no auditório do Ministério da Educação.¹⁶⁷ Dois anos depois, este grupo de intelectuais levaria ao governo uma proposta de criação de um centro

¹⁶⁵ ABREU, A. A. de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb). In: FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v.2. p.412

¹⁶⁶ SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**, p. 152.

¹⁶⁷ Cf. Ibid., p. 152.

de estudos com a finalidade de “analisar a realidade brasileira e assessorar o governo no intuito de orientar a política de desenvolvimento nacional”¹⁶⁸. Desta proposta nasceria o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), criado pelo Decreto nº 37.608, em 14 de julho de 1955.¹⁶⁹ O decreto estabelecia como razão de ser do referido Instituto:

...o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia, da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências às análises e à compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional.¹⁷⁰

O ISEB era formado por dois conselhos: o conselho curador, composto por oito membros, e o conselho consultivo, composto de 40 membros, ambos nomeados pelo Ministro da Educação.¹⁷¹ Havia cinco departamentos responsáveis por pesquisas, cursos e outras atividades, cada um deles dirigido por um intelectual. Na ocasião da criação do Instituto, os departamentos e seus respectivos dirigentes eram: *Ciência Política*: Hélio Jaguaribe; *Economia*: Ewaldo Correia Lima; *Filosofia*: Álvaro Vieira Pinto; *História*: Candido Mendes de Almeida; e *Sociologia*: Alberto Guerreiro Ramos.¹⁷²

Caio Navarro de Toledo propõe uma cronologia do ISEB que divide o período de sua existência em três fases distintas. A primeira delas teria sido um breve momento que vai da criação até sua encampação por Juscelino Kubitschek. Segundo Toledo, esta fase foi caracterizada pela manifestação de posições ideológicas variadas e contraditórias. O livro *Introdução aos problemas do Brasil*, publicado em 1956, como resultado do primeiro curso oferecido pelo ISEB, revela tal diversidade. Ele possui desde os primeiros artigos de formulação da ideologia nacional-desenvolvimentista isebiana (Guerreiro Ramos) até discursos contrários ao nacionalismo (Roberto Oliveira Campos). A segunda fase coincide com os cinco

¹⁶⁸ Ibid., p. 152.

¹⁶⁹ Embora o ISEB tenha se formado apenas em 1955, “a temática da teorização do desenvolvimento – como preocupação governamental – já estava em gestação há algum tempo no interior da formação social brasileira”. TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. Campinas: Unicamp, 1997, p.41.

¹⁷⁰ Brasil, decreto-lei nº 37.608

¹⁷¹ Cf. VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p. 17.

¹⁷² Cf. Cf. SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**, p. 153.

anos do governo JK. Este foi um período de defesa homogênea da ideologia nacional-desenvolvimentista. Para que isto fosse possível, houve alterações no regimento do Instituto, que extinguiu o conselho consultivo. Um acontecimento marcante deste período foi a saída de Hélio Jaguaribe e Guerreiro Ramos. Jaguaribe deixou o ISEB em virtude dos problemas provocados pela publicação de seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, que advogava a privatização de setores básicos da economia e sugeria a repressão diante de grande agitação comunista. Ramos, por sua vez, afirma em texto posterior, ter deixado o ISEB, por que o mesmo havia se transformado em agência eleitoreira e escola de marxismo-leninista.¹⁷³ A terceira fase, a dos anos imediatamente posteriores ao governo Juscelino Kubitschek foi o momento em que, frustrados pela política do presidente, considerada entreguista, o ISEB passou a desconfiar de que o nacional-desenvolvimentismo fosse beneficiar toda a nação, e, disposto a negociar aspectos de tal ideário, fez coro com os que desejavam alterações nas estruturas da sociedade e reformas de base.

Durante os quase nove anos de existência o ISEB ofereceu cursos, promoveu eventos, realizou pesquisas, publicou livros e recebeu pessoas de diversas áreas da sociedade brasileira. Ele foi extinto 13 de abril de 1964, apenas três dias após a deposição de João Goulart.

2.2.2. O ideário nacional-desenvolvimentista isebiano

O desenvolvimentismo não é uma teoria de matriz teórica única. Fiori atesta que no percurso seguido pelo desenvolvimentismo latino-americano, três grandes “matrizes teóricas” podem ser apontadas como responsáveis pela organização do debate sobre o desenvolvimento econômico e o papel do estado no mesmo, contribuindo para a construção e legitimação da ideologia “nacional-desenvolvimentista”. São elas:

- i) a teoria weberiana da “modernização”, contemporânea da teoria das “etapas do desenvolvimento econômico”, de Walter Rostow. Sua proposta de modernização supunha e apontava, ao mesmo tempo, de forma circular, para uma idealização dos

¹⁷³ Cf. SODRÉ, N. W. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978 (Coleção Depoimento).

estados e dos sistemas políticos europeu e norte-americano; ii) a teoria estruturalista do "centro-periferia" e do "intercâmbio desigual", formulada pela CEPAL. Sua defesa intransigente da industrialização lembra o nacionalismo econômico de Friedrich List e Alexander Hamilton, mas não dá a mesma importância destes autores, aos conceitos de nação, poder e guerra; e, finalmente, iii) a teoria marxista da "revolução democrático-burguesa" que via no desenvolvimento e na industrialização o caminho necessário de amadurecimento do modo de produção capitalista e da própria revolução socialista. Sua interpretação e estratégia traduziam de forma quase sempre mecânica experiências de outros países, sem maior consideração pela heterogeneidade interna da América Latina.¹⁷⁴

Esta variedade de matrizes teóricas caracterizou também o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro. O ISEB era formado por pensadores de diferentes matrizes teóricas, de liberais a comunistas. Por consequência, o ideário nacional-desenvolvimentista "receberá tratamentos e compreensões que ora se identificam, ora se contrapõem"¹⁷⁵. No entanto, como o ISEB foi criado com o objetivo definido de elaborar um projeto que servisse ao desenvolvimento nacional, e, de modo geral, todos os pensadores do Instituto compartilhavam a convicção de que era possível, por meio do debate, formular tal projeto, é possível apontar, numa análise de seus anos de atividade, um núcleo conceitual que sintetize significativamente o ideário nacional-desenvolvimentista isebiano.¹⁷⁶

Os pensadores que formavam o ISEB tinham consciência de seu papel enquanto formuladores de uma ideologia desenvolvimentista, e o assumiram por acreditarem que o desenvolvimento dependia da formulação de uma ideologia desenvolvimentista. Nas palavras de Corbisier, "se é verdade, como já se disse, que não há movimento revolucionário sem teoria do movimento revolucionário, não haverá desenvolvimento sem a formulação prévia de uma ideologia do desenvolvimento nacional"¹⁷⁷. O uso do termo ideologia neste contexto revela que para os teóricos isebianos ele não estava carregado do tom negativo atribuído ao tempo após as obras de maturidade de Marx, sobretudo, *A ideologia Alemã*.¹⁷⁸ Pelo

¹⁷⁴ FIORI, J. L. **Para reler o velho desenvolvimentismo**.

¹⁷⁵ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. p.26.

¹⁷⁶ Nas palavras de Souza, os pensadores isebianos pretendiam "organizar um conjunto de ideias relativamente ordenadas que possibilitassem desempenhar um papel ativo na transformação de toda a sociedade, unificando os interesses gerais da nação". SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**. p.154.

¹⁷⁷ CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**, 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958, p.87.

¹⁷⁸ Nelson Werneck Sodré destoava do grupo nesta questão, posto que assumira a definição rigorosamente marxiana de ideologia e conferia a ela um caráter eminentemente negativo. Cf. TOLEDO, C. N. de. op. cit., p.117.

contrário, para o ISEB em geral, era possível falar de ideologia num sentido positivo, desde que ela seguisse o duplo critério da representatividade e autenticidade. Ou seja, uma ideologia pode ser considerada legítima quando ela responde aos interesses situacionais, representando as aspirações da maioria, e quando ela for expressão da consciência das massas, isto é, quando for, não um projeto a elas imposto, mas delas derivado.¹⁷⁹ De modo geral, os intelectuais do Instituto se viam como produtores e divulgadores desta legítima ideologia. Dizemos, de modo geral, por que o papel do intelectual era algo que dividia alguns pensadores. Para Vieira Pinto, por exemplo, a ideologia do desenvolvimento é “o pensamento natural das camadas populares”¹⁸⁰, e o intelectual apenas reverberaria este pensamento. Para Helio Jaguaribe, as massas precisam ser conquistadas para a ideologia através de uma política própria.¹⁸¹ Este seria o papel do intelectual.

Em seguida, passaremos a resumir o núcleo conceitual do ideário nacional-desenvolvimentista produzido pelo ISEB. Dividiremos nossa tratativa em dois diferentes momentos, mostrando, primeiramente, como o ideário nacional-desenvolvimentista isebiano compreendia o problema nacional, e, depois a solução para tal problema.

2.2.2.1. *A noção de alienação*

O primeiro aspecto importante do ideário nacional-desenvolvimentista isebiano diz respeito à constatação da situação nacional. Neste aspecto, o conceito-chave do qual o ideário nacional-desenvolvimentista esteve dependente foi a ideia de alienação. Segundo Caio Navarro de Toledo, com exceção de alguns poucos trabalhos, o conceito de alienação poderá ser encontrado “desempenhando funções teóricas em quase todos os ensaios isebianos”,¹⁸² e quando o termo alienação não é utilizado literalmente, o conceito é traduzido por termos como: “heteronomia, inautenticidade, mimetismo, transplantação, dependência”¹⁸³.

¹⁷⁹ Cf. TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, p.50-51.

¹⁸⁰ PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.1. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p.136.

¹⁸¹ Cf. TOLEDO, C. N. de. op. cit., p.54.

¹⁸² Ibid., p.81.

¹⁸³ Ibid., p.81.

Embora o uso acadêmico do termo seja mais antigo,¹⁸⁴ a noção contemporânea de alienação tem origens marxianas. Hegel havia utilizado o termo para indicar o “estranhamento da consciência por si mesma, pelo qual ela se considera uma coisa”¹⁸⁵. Este conceito abstrato especulativo foi retomado por Marx para descrever a situação do operário no regime capitalista, que tem no trabalho uma necessidade e não sua realização individual. Para ele, a alienação seria o dano maior do regime capitalista: a separação do homem de si mesmo, no sentido de tornar-se mera engrenagem de uma máquina.¹⁸⁶ Dominado e explorado por outro, o homem estaria na impossibilidade de desenvolver a consciência autêntica de si. E como “no estado de dominação não se tem um projeto próprio, aceita-se um projeto alheio”¹⁸⁷. Nisto, basicamente, consiste o conceito marxiano de alienação.

Toledo atesta que os isebianos se apropriaram da noção de alienação a partir de Marx, mas de modo geral, transpuseram o conceito do âmbito individual para o coletivo. São suas palavras:

O termo alienação não deixa de surgir nas “obras de maturidade” de Marx, mas aqui a noção aparece sob uma nova perspectiva teórica. Passou-se de uma concepção de alienação de uma “essência humana” à da alienação de uma relação social, concreta, que se pode conhecer em seu desenvolvimento histórico-social.

O conceito de alienação foi utilizado pelo ideário nacional-desenvolvimentista para descrever aquela que seria a questão do continente. Para o desenvolvimentismo o problema básico da América Latina “era sua condição de objeto da História e não de sujeito”.¹⁸⁸ Essa constatação não encontrava eco nas descrições nacionais. Corbisier, por exemplo, afirmava: “não há propriamente história, mas pré-história no Brasil (...) não tínhamos consciência de nós mesmos, não sabíamos o que éramos, não nos conhecíamos, éramos um subproduto, um reflexo da cultura europeia”¹⁸⁹.

¹⁸⁴ O termo “alienação” havia sido utilizado, por exemplo, na filosofia medieval para se referir a um grau de ascensão mística em direção a Deus, e por Rousseau para indicar a cessão dos direitos naturais à comunidade. Cf. ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.27 (Alienação).

¹⁸⁵ ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. p.27 (Alienação).

¹⁸⁶ Cf. Ibid., p.27 (Alienação).

¹⁸⁷ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, p.94.

¹⁸⁸ VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p.28.

¹⁸⁹ CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**, p.45.

Os teóricos isebianos viam na relação com o trabalho, isto é, na exploração da natureza, a essência do homem. Vieira Pinto afirma categoricamente que “o trabalho exprime a essência humana”¹⁹⁰. Também relacionada ao trabalho estaria a corrupção da essência humana. Segundo Vieira Pinto, ela se daria por que “alguns homens se puseram a explorar não mais a natureza, mas outros homens que trabalhavam sobre a natureza, daí surgindo um estado social injusto e desumano que necessita ser corrigido”¹⁹¹. Deste modo, o subdesenvolvimento seria,

...por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a ele. Como, porém, o subdesenvolvimento é o modo de ser da nação, esta só é subdesenvolvida porque não se encontra na posse de si mesma, não desenrolou as suas possibilidades reais, não se apropriou ainda da sua essência. A nação subdesenvolvida é, portanto, um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia e, por esse meio, o do seu destino.¹⁹²

O ideário nacional-desenvolvimentista da década de 50 e 60 assumiu não apenas o conceito de alienação, mas também sua relação com a dependência econômica. De acordo com tal ideário a alienação nacional seria resultado da condição econômica do país, em relação aos demais. Por isso, os pensadores isebianos se utilizaram constantemente da figura da colônia, para se referir à situação do Brasil naquele momento histórico. Na verdade, como o estatuto de colônia não podia mais ser aplicado ao Brasil de modo rigoroso, os isebianos preferiram designar o país como *semicolonial*.¹⁹³ O significado desta definição é apresentado por Cândido Mendes, quando afirma que “não deixam de estar subordinadas à situação colonial aquelas nações que, há muito, conquistaram sua independência jurídica, mas se conservam ainda tributárias da estrutura em que

¹⁹⁰ PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.2. Rio de Janeiro: ISEB, 1960, p.435. Esta afirmação nos remete, de imediato, às palavras de Marx: “Um primeiro pressuposto de toda existência humana e, portanto, de toda história (...) [é] que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer a história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material; e este é, sem dúvida, um ato histórico; uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos” (MARX, K; ENGELS F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976. p.32-33).

¹⁹¹ PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.2., p.436.

¹⁹² Ibid., p.138-139.

¹⁹³ Cf. JAGUARIBE, H. **Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

originalmente se integravam, nas suas implicações mais profundas”¹⁹⁴. Explicando a questão, Vale assevera que os países latino-americanos, dentre eles, o Brasil, “ao meio do século XX, como no período colonial, continuavam fornecedores de matérias-primas, pois ainda era baixo o custo de mão de obra”¹⁹⁵. Em resumo, embora os países da América Latina, dentre eles o Brasil, fossem politicamente independentes, segundo o nacional-desenvolvimentismo brasileiro, eles ainda estavam submetidos à mesma estrutura econômica do período colonial, uma vez que continuavam sendo apenas fonte de matéria-prima e mão de obra. Desta situação semicolonial resultava a alienação nacional.

Assim, a constatação de que as nações latino-americanas, dentre elas o Brasil, estão alienadas, ocupando lugar de objetos da história e não de sujeitos, se explica, em última instância, por razões econômicas. Em outras palavras, para os isebianos a alienação de tais nações seria resultado da dependência econômica das nações europeias, que se explica basicamente “pela sua posição de ‘periferia’ ou de ‘proletariado externo’ do mundo desenvolvido ou da área metropolitana”¹⁹⁶.

Na base do conceito de alienação encontra-se outro conceito marcante do ideário isebiano: o binômio *periferia x metrópole*. Segundo Toledo, este binômio pode ser encontrado na maioria dos membros do ISEB, substituindo o seu correlato *desenvolvido x subdesenvolvido*.¹⁹⁷ Embora haja textos dos próprios isebianos, afirmando, por exemplo, que o conceito de classe “não pode exprimir legitimamente as condições especiais de luta e emancipação das periferias coloniais”¹⁹⁸, é possível enxergar, como fundamento da distinção *periferia x metrópole*, o binômio marxiano *proletariado x burguesia*. Isto, porque, primeiramente, o termo *proletariado* é constantemente utilizado como sinônimo de *periferia*, como no pensamento de Candido Mendes, por exemplo.¹⁹⁹ Em segundo lugar, porque, em última instância o que está em jogo na relação *periferia x metrópole* é a dialética entre as forças e os meios de produção. A periferia é muitas vezes descrita como mera fonte de matéria-prima e mão de obra (forças produtivas), enquanto o desenvolvimento defendido é a industrialização (meios de produção).²⁰⁰ Assim, o binômio *periferia x metrópole* nada

¹⁹⁴ MENDES, C. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IBEEA, 1963, p.5.

¹⁹⁵ VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p.28.

¹⁹⁶ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. p.83.

¹⁹⁷ Cf. *Ibid.*, p.83.

¹⁹⁸ MENDES, C. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. p.103.

¹⁹⁹ Cf. *Ibid.*, p.9-10.

²⁰⁰ Cf. VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p.28.

mais seria do que uma releitura nacional do binômio *proletariado x burguesia*, o que é confirmado por Toledo, ao afirmar: “se, de um lado, se encontra o Senhor, e, do outro, o Escravo (numa formulação marxizante, se se tem capital e trabalho ou, nos seus protagonistas, burguesia x proletariado), também ao nível das nações poder-se-ia encontrar igualmente este antagonista básico”²⁰¹.

Eis o primeiro aspecto do núcleo do ideário nacional-desenvolvimentista isebiano: a constatação da situação de alienação nacional, resultante de sua dependência econômica das nações desenvolvidas.

2.2.2.2. *A superação da consciência alienada*

Se por um lado, o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro tinha esta visão consideravelmente pessimista da realidade nacional, por outro havia uma percepção de que o momento era propício à superação desta circunstância. Mendes, por exemplo, acreditava que no pós-guerra “emergia o protagonismo latino-americano: Brasil, México e Chile se encontravam em pleno processo de desenvolvimento, com rápido crescimento de seus parques industriais”²⁰². Diante desta percepção, o ISEB passou a defender a superação da alienação por meio de dois elementos: o desenvolvimento e o nacionalismo. Daí o ideário isebiano ter sido designado “nacional-desenvolvimentista”.

Como, para os isebianos, o problema básico do Brasil naquele momento histórico era a alienação, a única solução efetiva seria a desalienação, isto é, a tomada de consciência de si. E, se a alienação era resultado da dependência econômica, o florescimento de uma autêntica consciência nacional estaria atrelado à emancipação econômica, produzida somente pelo desenvolvimento. Segundo Vieira Pinto, “somente quando o país alcança o grau de desenvolvimento econômico capaz de gerar a atual modalidade de consciência nacionalista, dão-se os meios de superar as diversas formas de alienação de que sofre”.²⁰³ Deste modo, “o desenvolvimento econômico, pura e simplesmente, ao permitir a emergência da

²⁰¹ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. p.87.

²⁰² VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p.28.

²⁰³ PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.2., p.398.

consciência nacionalista autêntica, representaria, simultaneamente, não só a liberação nacional como também a de todos os grupos sociais presentes no interior da nação”²⁰⁴.

“o desenvolvimento econômico e seu correlato, a consciência nacionalista, representariam desta forma, simultaneamente, a desalienação da consciência proletária e do proletariado histórico (em todos os seus níveis: econômico, político e cultural), bem como a realização do projeto de destino da nação por meio da conquista da autonomia e da verdadeira independência”.²⁰⁵

Por esta razão, os pensadores isebianos, em geral, exultavam a industrialização. Nas palavras de Guerreiro Ramos: “este processo de abertura do complexo rural, que permite a migração de fatores (mão de obra e capitais) do campo para as cidades, ainda hoje é importante referência da dinâmica da economia brasileira”²⁰⁶. Na verdade, Ramos o fazia mais pelos efeitos que a industrialização poderia produzir junto ao povo brasileiro. São suas palavras: “a demanda elevada da capacidade empresarial de particulares e do Estado assume o caráter de empreendimento político, provocando modificações na psicologia coletiva, entre as quais se inclui o pensar em termos de projetos”.²⁰⁷ A industrialização era, portanto, vista como instrumento para uma transformação existencial, que conduziria ao abandono do estado de alienação. Ela era vista, na verdade, como “o único capaz de promover essa emancipação”²⁰⁸.

Para os produtores do ideário nacional-desenvolvimentista, o Estado teria um papel fundamental na concretização desta industrialização. Nas palavras de Guerreiro Ramos, os objetivos fundamentais do Estado seriam, internamente, “constituir-se como suprema instancia normativa, hábil para encaminhar o processo emancipatório do país,”²⁰⁹ e externamente, “tornar-se garantia de uma política internacional que tire legitimamente o melhor partido dos acontecimentos mundiais”²¹⁰. Para cumprir tais funções, o Estado tinha de aceitar o capitalismo da

²⁰⁴ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, p.87.

²⁰⁵ *Ibid.*, p.88-89.

²⁰⁶ RAMOS, G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes Limitada, 1957, p.44.

²⁰⁷ RAMOS, A. G. **A Redução sociológica: introdução ao estatuto da razão sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iseb, 1958, p.71.

²⁰⁸ CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**, p.58.

²⁰⁹ RAMOS, A. G. **As condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1957, p.38.

²¹⁰ *Ibid.*, p.38.

burguesia, visto que ele seria capaz de amenizar, em curto prazo, as desigualdades sociais. O apontamento da necessidade de aceitação do capitalismo burguês não significa que o estabelecimento de um novo regime produtivo não fosse algo considerado pelos pensadores nacional-desenvolvimentistas, sobretudo de cunho esquerdista. Significa apenas que tal questão não era vista como prioritária ou imediatamente possível, pelo menos para aquele determinado momento histórico. A questão era de estratégia e conveniência. Segundo Vieira Pinto, a transposição do estágio de subdesenvolvimento para o de desenvolvimento já era uma transformação tão grande, que poderia ser considerada uma revolução, ainda que não implicasse a alteração do regime produtivo.

parece-nos que a visão dialética do processo nacional nos autoriza a definir como revolucionária a mudança social consubstanciada na passagem do estado de subdesenvolvimento ao pleno desenvolvimento, embora dentro do mesmo regime produtivo, desde que esta é a mudança que se constitui a máxima modificação possível no momento.²¹¹

Para alguns, no entanto, esta revolução deveria ser pensada como um primeiro estágio, “apenas um passo preliminar para alterações mais profundas, as que atingem o próprio regime de produção”²¹².

Paralelamente à industrialização, os teóricos do ISEB fomentavam o desenvolvimento de uma cultura genuinamente nacional. Eles se viam como lançando as bases de um “pensamento brasileiro (autentico ou não alienado) através de um projeto teórico-ideológico de natureza totalizante onde confluíam disciplinas e ciências diversas: sociologia, história, política, economia e filosofia”²¹³. Ainda que houvesse divergências quanto aos seus conteúdos e limites, o nacionalismo foi uma “ideologia hegemônica no interior do ISEB”.²¹⁴ Em termos políticos, havia desde nacionalistas menos rigorosos, como Helio Jaguaribe, que definia uma política como nacionalista levando em conta sua efetividade, e não seus meios, até os mais rigorosos, como Vieira Pinto, que “radicalizava sua perspectiva ao afirmar a necessidade de realização em termos estritamente nacionais”²¹⁵. Em

²¹¹ PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.2, p.577.

²¹² *Ibid.*, p.577.

²¹³ TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. p.25-26.

²¹⁴ *Ibid.*, p.143.

²¹⁵ *Ibid.*, p.152.

termos culturais, havia um esforço geral por suscitar no Brasil reflexões consideradas autênticas ou originais. Falava-se, constantemente, no desenvolvimento de uma filosofia ou uma sociologia genuinamente brasileiras, por exemplo.

Em síntese, o ideário nacional-desenvolvimentista pode ser apresentado pelos seguintes postulados: a) a situação da América Latina, e, conseqüentemente, brasileira é compreendida a partir da noção de alienação. O problema básico das nações latino-americanas é não possuírem consciência de si, sendo, por conseqüência, objetos da história e não sujeitos; b) tal problema se deve, em última instância, à dependência econômica, ou seja, ao fato de que tais nações estão na periferia do mundo, vivendo estado de semicolonização; c) a solução para o problema destas nações é a desalienação, a tomada de consciência de si e o florescimento de uma cultura autêntica; d) tal florescimento e autenticidade dependem da independência econômica, a passagem do subdesenvolvimento para o desenvolvimento, cujo caminho é a industrialização e a valorização do produto nacional.

Como é possível perceber, o nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos anos 50 e 60 atribui um papel radical ao aspecto econômico, a tal ponto de afirmar que “a plenitude da existência estava na autonomia material”²¹⁶, e que, por isso, “uma cultura autêntica só seria criada pela instauração das condições objetivas – a independência e a integração econômica – que a tornassem possível”²¹⁷. Sendo assim, eis uma máxima desenvolvimentista: “para criar cultura brasileira precisávamos da revolução nacional do desenvolvimento”²¹⁸. É com esta vertente que Mario Vieira de Mello pretende dialogar em *Desenvolvimento e Cultura*.

²¹⁶ VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença**, p.86.

²¹⁷ Ibid.,p.71.

²¹⁸ Ibid.,p.79.

3. MARIO VIEIRA DE MELLO E A QUESTÃO NACIONAL: REFLEXÕES SOBRE O ESTETISMO NA CULTURA BRASILEIRA

Tendo considerado o ambiente intelectual e o debate no qual *Desenvolvimento e Cultura* entra em cena, resta-nos verificar como Mario Vieira de Mello concebe a questão do desenvolvimento nacional em sua relação com a cultura. Antes, porém, tendo em vista o fato de que Mario Vieira de Mello é consideravelmente desconhecido, faz-se necessário traçar um breve perfil biográfico.

3.1. MARIO VIEIRA DE MELLO: UM PERFIL BIOGRÁFICO

Mario Vieira de Mello nasceu em 26 de maio de 1912. Filho do diplomata Américo Vieira de Mello e Elvira Uchoa Cavalcanti Vieira de Mello, nasceu na Inglaterra, na cidade de Newcastle, onde o seu pai se encontrava em missão oficial. Apesar de ter nascido no exterior, foi educado no Brasil. Chegou a se matricular na Reserva Naval Aérea, mas teve seu aprendizado interrompido depois de avariar um avião.²¹⁹ Ingressou, então na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, então chamada Faculdade do Catete, em 1930, onde concluiu o Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais.

Na faculdade participou do CAJU (Centro Acadêmico Jurídico Universitário), grupo de jovens universitários que reunia futuras personalidades da vida política, acadêmica e literária do país. Neste grupo estavam: Américo Lacombe, Antônio Gallotti, Gílson Amado, Thiers Martins Moreira, Plínio Doyle, Chermont de Miranda, Hélio Viana, Clóvis P. da Rocha, Octávio de Faria e San Tiago Dantas. Desses, uma figura importantíssima para Mario Vieira de Mello seria Octávio de Faria. Mais velho que Mario, e vindo de uma família de escritores, dentre eles Afrânio Peixoto, Octávio

²¹⁹ CASTRO, A. de. Apresentação, *In*: MELLO, M. V de. **Nietzsche: O Sócrates de nossos tempos**. São Paulo: Edusp, 1993, p.16.

seria uma espécie de guia literário de Mario, apresentando-lhe o ambiente literário. Mario dedicaria a Octávio uma de suas obras que versava sobre Nietzsche.

Na faculdade do Catete Mario conheceu também Vinicius de Moraes, de quem se tornou amigo. O poeta citou Mario como amigo no poema *Ilha do Governador*, dedicou a ele, juntamente com Octavio de Faria e José Arthur da Fresta Moreira, todos colegas durante seus anos de estudante na Faculdade de Direito do Catete, o livro *Cinco elegias*, escrito em 1943, e em sua homenagem escreveu um poema cujo título leva o seu nome.

Mario

(Vinicius de Moraes)

Entre meditabundo e sonolento
Sobre a fofa delícia da almofada
Ele vai perseguindo na jornada
Através do Ottocento e o Novecento

Não o tires dali que dá pancada
Todo o resto prá ele é sofrimento
Vai colhendo da flor do pensamento
Toda a filosofia desejada

Só abandona voluntário o élan
Para o banho de poço da manhã
“Mens sana...” disse François Leblon

E às vezes, Carnaval, diz na folia
E passeia porrado pela orgia
Sob o signo pagão do rei Mammon

Apesar de sua personalidade introspectiva e sua afeição pela reflexão, muitas vezes isolada,²²⁰ Mario optou pela carreira diplomática. Seu ingresso se deu em 1939, quando foi aprovado em concurso. No dia 23 de março desse ano foi publicada por Getúlio Vargas, no Diário Oficial, sua nomeação como Diplomata da classe “J” para a vaga deixada por João Emílio Ribeiro, promovido para uma classe

²²⁰ CASTRO, A. de. Apresentação, *In*: MELLO, M. V de. **Nietzsche: O Sócrates de nossos tempos**. p.16.

diplomática superior. Mario tomou posse alguns dias depois, como Consul de 3ª classe, no dia 1º de abril de 1939.²²¹

Durante os três primeiros anos da carreira diplomática, Mario Vieira de Mello atuou na Secretaria de Estado de Relações Exteriores, em diversas Divisões e Departamentos. Sua primeira nomeação interna se deu antes mesmo de sua posse, em 31 de março, para a Divisão de Cooperação Intelectual. No mesmo ano, no dia 05 de setembro, ele foi desligado desta Divisão e removido para a Divisão de Comunicações e Arquivo, especificamente, para trabalhar no arquivo histórico, onde também não ficaria por muito tempo, pois rapidamente, em 19 de janeiro do ano seguinte, foi transferido para a Divisão de Cerimonial. Isto se deu, apesar do apelo do Chefe da Divisão de Comunicações e Arquivo, que, atendendo ao Memorandum de Waldemar Araujo, responsável pelo Arquivo histórico e superior imediato de Vieira de Mello, de 16 de janeiro de 1940, enviou solicitação ao Chefe do Departamento de Administração, na tentativa de evitar que a transferência acontecesse. Embora o apelo tenha sido ineficaz, as palavras do mesmo atestam a competência de Mario Vieira de Mello, apontando para suas virtudes intelectuais, bem como para o conhecimento que ele tinha da história nacional, desde o princípio de sua carreira.

Os Cônsules Vieira de Mello e Aluizio Napoleão de Freitas Rego estão fazendo trabalho meritório na organização do Arquivo Histórico, revelando cultura invulgar, conhecimento apreciável de nossa história e espírito de organização. Desse trabalho disse o Senhor Secretario Geral que “só merece louvores”. A saída de um deles desta Divisão será um serio entrave à execução da tarefa que lhes foi conferida. Longe de mim, porém, a ideia de impedir que passem para outra Divisão mais brilhante, e onde, estou certo, serão apreciados os seus seeviços (sic) e devidamente aproveitada a sua cultura.²²²

Quando do seu desligamento da Divisão de Comunicações e Arquivo, novo Memorandum foi enviado por Waldemar Araújo, em que, além de reconhecer as virtudes de Mario, ele prevê para ele uma bela carreira diplomática.

²²¹ Para informações sobre as funções e a carreira diplomática consultar a Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, disponível em: http://www2.mre.gov.br/dai/m_multidiplo.htm e a Convenção de Viena sobre Relações Consulares, disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/multiconsul.htm>, acesso em 27/09/2011.

²²² Arquivo Histórico do CDO (Centro de Documentação Diplomática), Maço pessoal de Mario Vieira de Mello, Pasta 127.294, Doc.10.

Cumpro o grato dever de dizer a Vossa Excelência, mais uma vez, para recomendá-lo à sua consideração que o Cônsul Mario Vieira de Mello, durante o tempo em que trabalhou na reorganização do Arquivo Histórico, se desempenhou de suas obrigações com inteligência, disciplina e assiduidade. Estou certo de que o Cônsul Mario Vieira de Mello fará no Itamaraty uma bela carreira diplomática.²²³

Já na Divisão do Cerimonial, no ano de 1940, Mario participou da recepção dos Ministros das Relações Exteriores do Paraguai e do Uruguai ao Brasil, razão pela qual também recebeu elogios oficiais. No ano seguinte, 1941, aconteceu sua confirmação para a carreira diplomática, pela Comissão de Eficiência. São essas as palavras de seu processo de confirmação, datado de 7 de janeiro de 1941: “Funcionário de Concurso. Bom funcionário com capacidade de produção. Tem desempenhado várias funções neste Ministério, sempre a contento dos chefes. A Comissão de Eficiência opina pela sua confirmação”.²²⁴

Logo depois de sua confirmação, a partir de 1º de fevereiro, foi cedido por tempo determinado à Secretaria Geral do Ministério, onde serviu por três meses. Depois desse tempo, Mauricio Marcco enviou-lhe a seguinte comunicação, que mais uma vez atesta sua inteligência e bagagem cultural:

Durante os três meses que serviu na Secretaria Geral, um dos quais sob as minhas ordens, deu Vossa Senhoria provas de dedicação ao serviço, de exato cumprimento de seus deveres, de exemplar pontualidade, de urbanidade, de lucida inteligência e sólida cultura.²²⁵

Antes de deixar o país para missões internacionais, Mario Vieira de Mello ainda atuou em outras Divisões e Departamentos. Ainda em 1941 ele aparece como membro da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais, e no meio do mesmo ano, em 18 de junho, é transferido para a Divisão Política e Diplomática.

As primeiras missões internacionais de Mario Vieira de Mello aconteceram entre os anos de 1942 a 1948, quando ele atuou em postos diplomáticos em países europeus. Antes, porém, de deixar o país, nos primeiros dias de 1942, Mario Vieira de Mello foi auxiliar da III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações

²²³ Arquivo Histórico do CDO (Centro de Documentação Diplomática), Maço pessoal de Mario Vieira de Mello, Pasta 127.294, Doc.13.

²²⁴ Ibid., Doc.00015.

²²⁵ Ibid., Doc.00021.

Exteriores das Repúblicas Americanas, realizada entre os dias 15 a 28 de janeiro de 1942. Essa reunião, convocada em seguida ao ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, tinha como principal objetivo a aprovação de um rompimento imediato de relações diplomáticas com o Eixo, o que por recusa de Argentina e Chile, não aconteceu, redundando apenas em uma recomendação ao rompimento.

O primeiro posto internacional de Mario Vieira de Mello, ainda na qualidade de 3º Secretário, foi a cidade de Dublin, na Irlanda. Sua transferência se deu em no primeiro semestre de 1942, para assumir a função de Vice-cônsul brasileiro na Irlanda, quando o cônsul naquele país era o Diplomata Pedro Nunes de Sá, o que aconteceu em 06 de junho de 1942. Na função de Vice-cônsul do Brasil na Irlanda, Mario permaneceu até 1945, quando foi removido para a Legação²²⁶ de Helsinki, na Finlândia. Antes de assumir seu posto em Helsinki, o que, de fato, aconteceu em 03 de maio de 1945, Mario foi promovido por merecimento a Diplomata da classe “K”, no dia 19 de abril, e passou a exercer em Helsinki a função como 2º Secretário. Na Legação em Helsinki, Mario permaneceu até o ano de 1949, tendo, no ano anterior, 1948, estado temporariamente na gerência desta Legação, como Encarregado de Negócios Interino, durante as férias do Ministro Carlos Maximiano de Figueiredo.

Em 1949 Mario volta ao Brasil, juntamente com outros diplomatas, ao que tudo indica, como uma ação do governo nacional para diminuir custos em seu orçamento. Sua estadia no Brasil duraria apenas dois anos. Durante este breve período Mario continuou sua peregrinação pelos diversos Departamentos da Secretaria de Estado. De imediato, atuou no Departamento Político e Cultural, a partir de 22 de junho de 1949, até 09 de maio de 1950, quando foi nomeado Secretário da Comissão de Reparações de Guerra. Também no ano de 1950 acompanhou o Diretor-Geral da Organização e Agricultura (FAO), em visita ao Rio de Janeiro. Apesar de todas essas funções políticas, Mario não abandonou a vida acadêmica. No ano de 1949, ele auxiliou a Escola Superior de Guerra, ministrando um curso sobre a Assistência Técnica da ONU. Na função de Secretário da Comissão de Reparações da Guerra, ele permaneceu até 1951, quando, já promovido a Diplomata da classe “L”, foi removido para Roma, onde trabalhou na Embaixada brasileira na Itália, tendo assumido em 03 de setembro de 1951. Nos

²²⁶ Uma legação é uma missão mantida por um governo em um país onde não tem embaixada. Até à década de 60, a maioria das missões diplomáticas eram legações. Depois da 2ª Guerra Mundial houve um esforço por transformar as legações em Embaixadas, tornando o tipo de missão anterior obsoleto.

dois meses seguintes representou o Brasil na Conferência Mundial de Migração, em Nápoles e em Bruxelas, respectivamente.

O ano de 1952 foi o ano do primeiro casamento de Mario. No dia 24 de abril de 1952 o Diplomata casou-se com Dorothea Ludovica Juliana Ramsay, de origem finlandesa. O casamento, no entanto, duraria apenas quatro anos, chegando ao fim no ano de 1956, quando Mario estava na Noruega. Apenas cinco meses após o casamento, Mario foi transferido da embaixada italiana para a embaixada da Santa Sé, no Vaticano, posto assumido em outubro de 1952.

Durante a estadia na Santa Sé, Mario atendeu a dois chamados diplomáticos para Legações: em Berna, na Suíça, e em Oslo, na Noruega, ambos em 1953. Neste mesmo ano foi promovido por competência a Diplomata da classe “M”, em virtude da promoção do diplomata Braz Florentino Garcia de Souza à classe superior, e passou a exercer suas funções como 1º Secretário. Em 1954, teve uma transferência mais longa para a Legação em Oslo, que acabou por se confirmar em uma transferência definitiva, no ano seguinte, em 03 de fevereiro de 1955. Neste mesmo ano, representou o Brasil nas comemorações do cinquentenário do reinado do Rei da Noruega, em missão oficial.

Depois dos anos atribulados que sucederam o seu divórcio, Mario Vieira de Mello retornou ao Brasil, transferido para a Secretaria Geral da Secretaria de Estado, para servir mais uma vez ao Departamento Político, função assumida em 05 de março de 1958. Três meses depois, assumiu a função de auxiliar do Secretário Geral, e no ano seguinte, em 04 de abril de 1959, tornou-se membro da Seção de Segurança Nacional, posto em que permaneceu até o fim de sua curta estadia no Brasil, em meados do mesmo ano.

No fim do primeiro semestre de 1959, Mario Vieira de Mello, já Diplomata da classe “N”, promovido a Conselheiro, desde 02 de setembro de 1958, voltaria ao exterior, agora à França, em Bordeaux, onde assumiu o posto de Cônsul em 1º de agosto de 1959. A França acabou por ser o local onde Mario mais ficou durante a sua atividade diplomática no exterior, e onde ele viveu, certamente, o tempo mais profícuo de seu labor diplomático. Depois de deixar Bordeaux, em 1962, Mario Vieira de Mello foi removido a Paris, onde, durante os anos de 1962 a 1966, serviu como parte do corpo diplomático brasileiro junto à UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Neste posto Mario atuou na qualidade de Conselheiro nos primeiros anos, e de Ministro-Conselheiro nos últimos,

a partir de sua promoção a Ministro de 2ª classe, ocorrida por antiguidade, em 14 de outubro de 1964. Também em 1964, foi Delegado-Suplente do Brasil à XIII Sessão da Conferência Geral da UNESCO, que aconteceu na cidade de Paris. Durante os cinco anos em Paris, Mario atuou como Encarregado da Delegação. Também em Paris, durante esse período, Mario casou-se pela segunda vez. O casamento entre Mario Vieira de Mello e a brasileira Elizabeth Maria Galotti aconteceu no dia 10 de junho de 1963 na Igreja da Cidade Universitária de Paris. Foi também em 1963, em Paris, que se deu a publicação de *Desenvolvimento e Cultura*, única obra publicada por Mario Vieira de Mello durante o período de exercício da diplomacia.

Em 1966 Mario deixa a França para retornar à Itália, agora ao Consulado Geral de Milão, no posto de Cônsul Geral, função assumida em 21 de setembro do referido ano. Neste mesmo ano, participou da Reunião de Promoção Comercial do Brasil no exterior acontecida na cidade de Roma. Seu retorno à Itália duraria menos de 2 anos, pois no ano seguinte começariam a ser alinhavadas as condições de sua remoção para Acra, em Gana, um posto que estava há quatro anos sem titular. A aprovação do Senado Federal para tal remoção aconteceu em 17 de outubro de 1967, e em março do ano seguinte, 1968, aos vinte e um dias, às 12h00min, Mario assume seu posto de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário na referida embaixada. No ano de 1969, por decreto do Presidente Médici, representou o Brasil nas festividades do 10º aniversário da Independência da República dos Camarões.

Em 1970, Mario Vieira de Mello é removido para a Guatemala, assumindo seu posto de Embaixador em 12 de abril de 1971. Durante sua missão na Guatemala nasceria a única descendente de Mario Vieira de Mello. Maria Elvira Galloti Vieira de Mello nasceu no dia 16 de junho de 1972 na cidade do Rio de Janeiro. Com autorização da Secretaria de Estado Mario acompanhou *in loco* o nascimento de sua filha.

No ano de 1974, Mario Vieira de Mello deixaria a Guatemala, e o faria depois de receber o reconhecimento do governo guatemalteco. No dia 27 de agosto de 1974, recebeu das mãos do Ministro das Relações Exteriores da Guatemala, Adolfo Molina Orantes, a Grã-Cruz da ordem do Quetzal, por ter, de acordo com as palavras do próprio Ministro: “representado o seu país com acerto, dignidade, lealdade e simpatia, que são tradição e prestígio do Itamaraty, e deixam entre nós

outros as mais gratas recordações de seus dotes pessoais e de uma missão cumprida com o maior dos êxitos²²⁷.

No mesmo ano, Mario Vieira de Mello foi promovido a Ministro de 1ª classe e transferido para aquele que seria o seu último posto diplomático: Budapeste, na Hungria. Mario assumiu seu posto em Budapeste em 03 de outubro de 1974, e em Budapeste permaneceu até sua aposentadoria, publicada no Diário Oficial em 22 de abril de 1977, com início aos vinte oito dias do mesmo mês. Encerrar-se-ia assim uma carreira diplomática de quase 38 anos de serviços prestados à nação, que contribuiu para que Mário ampliasse profundamente seu saber.

Desde então radicado em definitivo no Brasil, passou a ter grande presença na discussão de temas da maior relevância. Tornou-se um frequentador ativo da UNB (Universidade de Brasília), participando de palestras e reuniões, e foi militante do IEPES (Instituto de Estudos Políticos Econômicos e Sociais). Em 1982, quando era Diretor do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, Mario Vieira de Mello foi convidado pelo governo indiano para ir ao país na primeira quinzena de janeiro a fim de realizar uma série de conferências na Jamarharlal Nehru University e nas Universidades de Bombaim e Calcutah sobre os temas: Educação e Desenvolvimento, Desenvolvimento e Cultura, e Nietzsche e o Pensamento Contemporâneo. No mesmo ano, recebeu o diagnóstico de uma cardiopatia, sendo submetido a uma intervenção cirúrgica cardíaca em 11 de maio de 1982, que diminuiu consideravelmente suas atividades. No entanto, em termos acadêmicos, o período posterior foi o período de maior produção. A aposentadoria lhe proporcionou tempo livre para a reflexão. Fora *Desenvolvimento e Cultura* publicado em 1963, em que pioneiramente, Mario correlacionou a temática do desenvolvimento econômico (num período de grande efervescência do chamado “desenvolvimentismo”) à moralidade social básica, contribuindo assim com a leitura cultural brasileira, todas as obras de Mario Vieira de Mello foram publicadas após esse período, como resultado de mais de quarenta anos de atividade intelectual. Além da obra já citada, ele escreveu outras cinco, todas elas voltadas à discussão cultural e política. São elas: *Desenvolvimento e Cultura* (1963); *O Conceito de uma Educação para a Cultura* (1986), *Nietzsche: o Sócrates de nossos tempos* (1993), *O Cidadão* (1994), *O Humanista* (1996) e *O Homem Curioso* (2001). Segundo Hélio Jaguaribe, as obras

²²⁷ Arquivo Histórico do CDO (Centro de Documentação Diplomática), Maço pessoal de Mario Vieira de Mello, Pasta 127.296 (Minha tradução).

de Mario Vieira de Mello caracterizam-se basicamente por três características: “(1) sua densidade, (2) sua originalidade no contexto brasileiro, e (3) sua forma de expressão,”²²⁸ esta última poderia se dividir na acuidade lógica da argumentação e na elegância da escrita. Além destas, pode-se acrescentar a coragem para revelar sua opinião sobre questões abertamente consideradas polêmicas. Eis as razões pelas quais Jaguaribe, um de seus debatedores em *Desenvolvimento e Cultura*, o considerou um dos mais importantes pensadores de nosso país.²²⁹ No prefácio de *O Homem Curioso*, escrito cinco anos antes da morte de Mario, Jaguaribe afirmou: “Tão admirável quanto seu livro é a pessoa de nosso Autor, que mantém, nos seus oitenta e nove anos, o verdor e a criatividade de sua juventude, a que se agregou uma amplitude do saber só acumulável no curso de muitos anos.”²³⁰

Mario faleceu a 30 de março de 2006, pouco antes de completar 94 anos.²³¹

3.2. DESENVOLVIMENTO E CULTURA

A primeira edição de *Desenvolvimento e Cultura* foi publicada originalmente em 1963, quando Mario Vieira de Mello exercia funções diplomáticas em Paris, junto à UNESCO. Uma importante característica literária da obra é que ela foi escrita sem qualquer citação direta. As razões de tal fato são, primeiramente, que a obra não é apenas uma pesquisa bibliográfica, mas o resultado de uma percepção do estado das coisas; na linguagem de Mario, mais que uma experiência de leituras, ela é uma experiência de cultura.²³² Em segundo lugar, a obra visa persuadir mais pela argumentação do que pela autoridade, e a ausência de citações diretas tem como objetivo evidenciar esse interesse pela discussão de ideias, e não pelo convencimento por meio de autoridade. Este aspecto é fortalecido pelo fato de que *Desenvolvimento e Cultura* se apresenta como reação e crítica à literatura brasileira, nas palavras de seu autor “propensa à generosidade e mais à prodigalidade em

²²⁸ JAGUARIBE, H. Prefácio, *In*: MELLO, M. V. **O homem curioso**, p.7.

²²⁹ Cf. *Ibid.*, p.7.

²³⁰ *Ibid.*, p.9.

²³¹ Cf. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro. Disponível em: http://www.cdpb.org.br/dic_bio_bibliografico_mellomariovieira.html. (acesso em 14/04/2011).

²³² Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 15.

matéria de citações e referências”²³³, o que para Mario seria evidencia do estetismo característico da cultura nacional, que ele deseja apresentar nesta obra.

Iniciaremos a apreciação de *Desenvolvimento e Cultura* pela avaliação que ela apresenta do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro.

3.2.1. Mario Vieira de Mello e o nacional-desenvolvimentismo brasileiro

Desenvolvimento e Cultura apresenta o desenvolvimentismo como um ideário de grande efervescência em seu período histórico. Ela constata uma importante mudança de perspectiva acontecida nos últimos 30 anos da vida nacional. Segundo Mario, nos anos 30, o atraso nacional era compreendido sem muito alarde, sendo, comumente, interpretado à luz da juventude do país. Nos anos 60, embora a compreensão de atraso ainda estivesse atrelada à juventude, havia “uma insistência no aspecto ‘atraso’ e uma não consideração do aspecto país novo”²³⁴. Deste modo, o que parecia ser, até certo ponto, aceito de um modo natural na década de 30, parecia causar irritação e impaciência na década de 60. Para Mario Vieira de Mello esta mudança de perspectiva se explicaria pelo lugar central que a noção de desenvolvimento passara a ocupar no pensamento nacional daquele período. *Desenvolvimento e Cultura* atesta que a ideia de desenvolvimento havia se tornado chave para a intelectualidade nacional. São essas as palavras de Mario:

“o que caracteriza de maneira particular o atual momento brasileiro é que vários setores da opinião parecem ter se polarizado em torno da ideia do desenvolvimento, ou antes, do subdesenvolvimento, (de que padece o país), a tal ponto que não se ser “desenvolvimentista” corre o risco, hoje em dia, de ser considerado como um crime de lesa-patria”²³⁵.

Assim, percebe-se que o desenvolvimentismo é apresentado por Mario Vieira de Mello como uma teoria de grande efervescência neste período da história nacional. Como ele afirma em *Desenvolvimento e Cultura*, em sua época era quase forçoso se

²³³ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.16.

²³⁴ Ibid., p. 31.

²³⁵ Ibid., p.34.

definir academicamente, “em função à importância que se atribui à ideia do desenvolvimento”²³⁶.

Mario Vieira de Mello não parece ver problema na constatação desenvolvimentista do atraso nacional e nem mesmo na percepção de que o país necessitava de desenvolvimento. As palavras de abertura de *Desenvolvimento e Cultura* revelam que Mario compartilhava a percepção corrente de que o Brasil encontrava-se em situação de subdesenvolvimento e de que uma espécie de desenvolvimento era algo desejável. São essas as palavras a que nos referimos:

O Brasil é – sua geração atual o sabe de um modo especialmente marcante – um país subdesenvolvido. Uma tal constatação é para nós triste mas inevitável. Após 141 anos de uma existência política independente, esperamos ainda, sem ver indícios de uma próxima modificação de rumos, o momento em que poderemos afirmar se ter realizado de maneira integral e definida a nossa emancipação cultural e econômica.²³⁷

Esta concordância básica, no entanto, não significa concordância absoluta. Mario Vieira de Mello apresenta posições divergentes em relação ao ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro. De modo geral, sua crítica a este movimento se resume numa questão tripla: seu caráter reducionista, doutrinário e contraditório.

Em primeiro lugar, Mario aponta como um dos problemas básicos do desenvolvimentismo nacional, o seu caráter reducionista. Segundo ele, o os pensadores desenvolvimentistas haviam relacionado a ideia de desenvolvimento ao elemento econômico, atribuindo a tal aspecto lugar tão fundamental, como se ele fosse suficiente para dar conta da dinâmica histórico-cultural. Para Mario isto se devia, primeiramente, à relação de necessidade entre o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro e uma determinada corrente teórica, o marxismo, que reduz a dinâmica histórico-cultural ao elemento econômico.²³⁸ O parágrafo que se segue revela o questionamento da necessidade desta relação:

²³⁶ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 35.

²³⁷ *Ibid.*, p.31.

²³⁸ Sobre esta tendência reducionista do marxismo, o filósofo holandês Herman Dooyeweerd afirma: “O erro básico do marxismo não é assumir uma subestrutura histórica econômica da vida estética, jurídica, moral e da fé. Mas é separar essa concepção da ordem cósmica de aspectos de significado, e com toda a severidade, assumir que é possível explicar as concepções estéticas, jurídicas, morais e písticas, em termos de uma reflexão ideológica de um sistema econômico de produção” (DOOYEWEERD, H. **A New Critique of Theoretical Thought**. v.2. Paideia Press Ltda. Ontario, Canadá. 3ª Ed. 1984. p.293, Minha tradução).

Por que, por exemplo, a ideia do desenvolvimento do Brasil deve estar necessariamente ligada à ideia de que a sua consciência viveu até hoje num estado de alienação? Por que, se formos desenvolvimentistas, deveremos necessariamente reconhecer a procedência da tese historicista ou a validade de uma epistemologia da representatividade e da autenticidade que despreza, que considera ultrapassada a aplicação dos critérios do Erro e da Verdade, do Bem e do Mal no processo do conhecimento e do estabelecimento de valores? Por que, finalmente, para seguirmos o credo desenvolvimentista, deveremos começar por acreditar na noção absurda de uma luta sem tréguas entre as nações proletárias e as nações burguesas como se somente o ódio pudesse alimentar nosso sentimento nacionalista, como se Marx pudesse ter tido no plano internacional a razão que obviamente lhe faltou no interior dos quadros nacionais?²³⁹

Para exemplificar o caráter reducionista do desenvolvimentismo brasileiro Mario se utiliza da interpretação desenvolvimentista da abolição da escravatura no Brasil, mais precisamente, da análise de Ignácio Rangel. À luz da interpretação deste pensador desenvolvimentista, as razões da abolição da escravatura no Brasil teriam sido, iminentemente, de ordem econômica. Consequentemente, todo o discurso de cunho moral ou político, elaborado em torno da questão, teria significado apenas o “revestir de belas palavras uma ação que era ditada pela mais imperiosa das necessidades econômicas”²⁴⁰. Na obra *Dualidade básica da economia brasileira*, Rangel defende que a abolição da escravatura no Brasil somente acontecera por que interessava a grupos ascendentes da época, como medida de progresso. Ela teria sido necessária para a construção de um mercado consumidor interno. E, todas as ideias de cunho ético-moral, político, algumas delas vindas do exterior, teriam servido, simplesmente, como ornamento cultural que mascarava a razão supracitada.²⁴¹

Na perspectiva de Vieira de Mello, esta interpretação é típica do que costumava fazer os expoentes do nacional-desenvolvimentismo; atribuir ao elemento econômico as razões da dinâmica histórico-cultural, o que, para Mario, seria demasiadamente reducionista. Para ele, Rangel teria ignorado elementos importantes como a pressão internacional e a necessidade do país de preservar a sua reputação, ou a pressão da opinião pública, na maioria das vezes, desvinculada de interesses de latifundiários, como jornalistas, profissionais liberais, funcionários

²³⁹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.96-97.

²⁴⁰ Ibid., p. 37.

²⁴¹ Cf. MAMIGONIAN, A; REGO, J. M. **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998, p.49 ss.

públicos, muito mais guiada por questões emocionais inerentes à discussão, do que por interesses econômicos. Em síntese, Mario entendia que uma visão justa da dinâmica histórico-cultural precisava considerar uma pluralidade de fatores, e não apenas um fator exclusivo. Ainda tratando do exemplo citado, ele afirma:

...o historiador que quiser pronunciar a respeito um julgamento imparcial deverá considerar uma multiplicidade de pontos de vista no equacionamento do problema. Consequências econômicas, sociais, políticas e culturais se oferecem ao exame do investigador, cada uma delas como o seu continente de elementos negativos e positivos, e somente após o cômputo final dessa variedade de fatores, deveria o analista consciencioso sentir-se em posição de emitir uma opinião.²⁴²

Um dos problemas básicos do desenvolvimentismo, portanto, segundo Mario Vieira de Mello, seria promover uma concepção reducionista da dinâmica histórico-cultural, baseada no elemento econômico.

Além de apontar o caráter reducionista do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro, Mario se mostra desconfortável com o que poderíamos denominar o caráter doutrinário assumido pelo ideário desenvolvimentista nacional. Temos dito que, segundo *Desenvolvimento e Cultura*, a intelectualidade brasileira passara por uma considerável transformação da década de 30 para a década de 60, que consistiu da ênfase na consciência do atraso nacional e sua necessidade de desenvolvimento, em detrimento de seu estado de país novo. Vieira de Mello questiona como se justificaria esta mudança de mentalidade. Seria possível apresentar razões historicamente significativas que pudessem ter contribuído para a mesma? E depois de analisar as respostas desenvolvimentistas, que costumavam justificar tal mudança de mentalidade apontando o desenvolvimento tecnológico, a segunda guerra mundial, o progresso ligeiro de outros povos, e, sobretudo, o despertar de uma espécie de consciência social das classes, resultante do interesse das forças de produção pelo consumo interno do país,²⁴³ Mario Vieira de

²⁴² MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.36

²⁴³ Segundo Mario Vieira de Mello, um despertar da consciência de classes ligadas à produção poderia até provocar uma busca por interesses de classes, mas não seria suficiente para produzir uma modificação nos objetivos propostos ao esforço nacional. São suas palavras: "Um tal acontecimento poderia significar, naturalmente, que aquelas classes entendiam agora reclamar para si próprias uma maior soma de oportunidades econômicas, uma maior participação na vida política do país ou uma maior medida de justiça social. Mas por que estender a sua significação ao direito que teriam então adquirido tais classes de ditar à totalidade da nação brasileira o que é patriótico e o que não é patriótico, o que se deve fazer e o que não se deve fazer? Por que estendê-la ao direito que teriam então adquirido de criticar os esforços das gerações passadas na base de que não haviam

Mello chega à conclusão de que “seria impossível fundamentar a asserção de que hoje nos encontramos diante de algo fundamentalmente novo”.²⁴⁴ Nem mesmo esta última resposta, a mais comum, teria peso suficiente, uma vez que este despertar atual em direção ao desenvolvimento, de certa forma, reverberava o ideário getulista da década de 30, o que era contraditoriamente reconhecido por alguns dos teóricos desenvolvimentistas, que costumavam se designar detentores de uma espécie de “getulismo ideológico”²⁴⁵. Para Mario, o fato de que não havia como encontrar razões historicamente suficientes que pudessem justificar esta mudança de mentalidade levava à conclusão e que o que caracterizava esse novo momento brasileiro era simplesmente o fato de que “uma parte da geração atual decidiu que se trata de situações diferentes”²⁴⁶. Embora os desenvolvimentistas a defendessem, Vieira de Mello não enxergava um verdadeiro despertar da consciência nacional. Ainda em suas palavras:

“são razões de ordem subjetiva – e que consistem na convicção de ser ela uma elite marcada por um destino especial – que fazem uma parte da geração atual de brasileiros, ter uma consciência do subdesenvolvimento do país, que é essencialmente distinta dessa mesma consciência no passado”²⁴⁷.

O fato de que grande parte da intelligentsia brasileira se voltara à ideia de desenvolvimento, nos termos desenvolvimentistas, mesmo à parte de acontecimentos historicamente significativos que justificassem apego autêntico, é apontado como evidência do caráter doutrinário de tal ideário.

Tal caráter doutrinário também se verificava no fato de que os teóricos desenvolvimentistas se viam ocupando lugar único na história nacional. O discurso desenvolvimentista, segundo Mario, parecia considerar que a existência do Brasil, até então, se dera numa espécie de adormecimento irresponsável, em que os reais interesses do Brasil, os de ordem econômica, haviam sido abafados por discursos ideológicos, e que o ideário desenvolvimentista tinha “obtido acesso a pontos de

sido orientados conscientemente pela ideia do desenvolvimento? Por que estende-la à necessidade de uma reorientação dos nossos objetivos nacionais, de um novo sentido dado ao esforço do país, segundo o qual a ideia do desenvolvimento devesse ser conscientemente perseguida e preferida a qualquer outra ideia ou consideração?” MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.40.

²⁴⁴ Ibid., p.33.

²⁴⁵ Ibid., p.41.

²⁴⁶ Ibid., p.34.

²⁴⁷ Ibid., p.39.

vista invejáveis, a partir dos quais a história do Brasil inteira se desvendaria como um milagre²⁴⁸. Deste modo, somente a partir da assimilação do ideário nacional-desenvolvimentista o Brasil estava “tomando consciência de seus grandes problemas, de suas responsabilidades, e enveredando pela única via indicada ao seu grande destino, ao seu futuro extraordinário a via realista do desenvolvimento”²⁴⁹. Este fato, de que os adeptos do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro se viam na condição de consciências despertadas, e produtores do despertar da consciência nacional para a compreensão de seu estado atual e para o caminho de seu real desenvolvimento, é visto por Mario como característica do caráter doutrinário do ideário desenvolvimentista.

Como resultado deste caráter doutrinário Mario aponta a situação confortável em que se encontravam, naquele momento histórico, os pensadores desenvolvimentistas. Como ele mesmo afirma, o desenvolvimentista encontrava-se numa situação confortável, “com o prestígio da palavra ao seu lado e sem a necessidade de apresentar uma série de esclarecimentos que os outros, os que não pensam como ele, são obrigados a prestar”²⁵⁰.

A terceira crítica de Mario ao ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro tem a ver com seu caráter contraditório. Uma das prerrogativas com maior vigor assumida pelo desenvolvimentismo era a de estar promovendo o despertar da consciência nacional ao pensamento e cultura autênticos, isto é, genuinamente brasileiros.²⁵¹ Para Vieira de Mello, no entanto, se não houvera despertar da consciência nacional, como outrora afirmado, embora o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro reclamasse para si a prerrogativa de autenticidade, ou de originalidade epistemológica e cultural, de fato, tal ideário reverberava ideias estrangeiras. Na verdade, este reclame por independência e autenticidade seria, nada mais, que resultado do fato de que “o pensamento estrangeiro sobre o qual se modelou afeta também desenvoltura e independência com relação ao passado

²⁴⁸ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura** p. 38.

²⁴⁹ *Ibid.*, p. 39.

²⁵⁰ *Ibid.*, p. 34.

²⁵¹ Esta prerrogativa, segundo Mario Vieira de Mello, revelava o fato de que a epistemologia desenvolvimentista se erigia sobre bases frágeis. A assimilação dos critérios de representatividade e autenticidade como juízes do desenvolvimento histórico-cultural, e a conseqüente impossibilidade de “considerar fenômenos historicamente determinados como as ideologias em função de valores como o bem e o mal, a verdade e o erro”, segundo Vieira de Mello enfraquecera o ideário desenvolvimentista. (*Ibid.*, p.82)

cultural que lhe é próprio”²⁵². Assim, segundo Mario Vieira de Mello, o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro sofreria de uma contradição, e o esforço pelo apontamento deste caráter contraditório é central em *Desenvolvimento e Cultura*.

...indiquemos entretanto o ponto que já nos parece indiscutível, a saber, que um tal pensamento não se originou de novas condições econômico-sociais existentes no país mas surgiu, como tantas outras ideias que influenciaram a vida nacional, no espírito de uma elite formada não pelo contato com as realidades práticas brasileiras mas por ensinamentos colhidos no estrangeiro.²⁵³

Neste ponto Mario Vieira de Mello reconhece uma diferença entre o atual momento nacional e o anterior. A diferença seria que enquanto a apropriação de ideias estrangeiras, no passado, se dava de modo “superficial e leviano”²⁵⁴, isto é, sem adaptações e de modo declarado, o ideário desenvolvimentista teria realizado adaptações e fazia questão de apagar os traços que conduziam à sua fonte estrangeira. Que fonte?

Mario localiza o marxismo como fonte do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro. Em suas palavras: “existe nesse mundo um único pensamento, uma única teoria que apresenta as características que acabamos de indicar – o marxismo”.²⁵⁵ Ou ainda:

Uma incoerência nos revela de um modo extraordinariamente nítido dois fatos importantes: em primeiro lugar, que o pensamento desenvolvimentista se move dentro da área do sistema marxista, do mesmo modo que o pensamento de Mannheim, pretendendo superar o marxismo, nada mais faz do que levar às últimas consequências, as premissas implícitas na concepção de uma verdade que seria relativa à situação particular de uma classe social; em segundo lugar, que a doutrina marxista foi modificada no sentido por nós indicado antes de ser adotada no Brasil como base para um despertar da consciência nacional.

Embora a maioria dos teóricos desenvolvimentistas não se assumisse herdeira do materialismo histórico, Vieira de Mello verifica alguns elementos do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro que se identificam profundamente com

²⁵² MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.54.

²⁵³ Ibid., p.43.

²⁵⁴ Ibid., p.43.

²⁵⁵ Ibid., p.54.

elementos do edifício teórico marxiano, ainda que alguns deles já se apresentassem modificados. Em suas palavras:

Externamente esse pensamento se pretende livre, desembaraçado, independente dos dogmas do marxismo. Externamente ousa confessar-se submisso apenas à autoridade da ciência, ousa declarar-se atraído apenas pela ideia do crescimento nacional. Mas intimamente as suas convicções coincidem, uma após outra, com as teses do marxismo.²⁵⁶

O primeiro elemento do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro que se identifica com a tradição marxista é exatamente sua característica antitradicionalista. Como temos visto, uma das características fundamentais do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro era sua reclamação de independência e autenticidade. Mario encontra as mesmas características na tradição marxista, definida em *Desenvolvimento e Cultura* como uma concepção revolucionária do mundo, para quem “os cinco mil anos de existência histórica do homem se passaram na ignorância de verdades fundamentais para a vida humana”²⁵⁷. A reclamação de independência e autenticidade aproximava o nacional-desenvolvimentismo brasileiro da tradição marxista.

O segundo elemento do ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro comum ao marxismo é a questão da luta de classes. Para Vieira de Mello, o desenvolvimentismo brasileiro havia se apropriado desta noção marxista, embora de maneira adaptada. Como não era possível verificar luta de classes no interior da nação brasileira, ela teria sido ampliada para o âmbito internacional, e “interpretada como uma luta entre as nações proletárias exploradas e subdesenvolvidas e as nações burguesas abastadas e exploradas”²⁵⁸. Foi a partir desta perspectiva que

²⁵⁶ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.96.

²⁵⁷ Ibid., p. 55. Nesta mesma passagem Mario revela um profundo desconforto com o antitradicionalismo marxista: “Para quem não se sente atraído pelas condenações definitivas do marxismo o que mais impressiona em tal doutrina é a petulância, é a arrogância com que cinco mil anos de existência histórica são assim descartados e reduzidos a uma crônica de acontecimentos sem idoneidade ou transparência”. Nenhum outro pensamento do mundo ocidental, seja ele o de Descartes, o criador da dúvida metódica, o de Rousseau, o denegridor da sociedade, ou mesmo o do grande rebelde que foi Friedrich Nietzsche, ousou repudiar a tradição cultural da maneira por que o fez o marxismo. (...) É como se tivéssemos subitamente encontrado um marciano que se risse ou se compadecesse dos nossos pobres esforços intelectuais no sentido de verificar hipóteses por meio de experiências, de conceber a verdade das relações matemáticas, ou mesmo de articular ideias. A ruptura com o passado é, no marxismo, total. (Ibid., p.55).

²⁵⁸ Ibid., p.58.

o Brasil passa a ser uma das partes na luta universal entre exploradores e explorados. De nação jovem, pobre, inexperiente, mas que se explica por si própria, pela sua inexperiência, passa a ser uma nação subdesenvolvida, proletária, que se explica pela ação malévola das nações fortes e abastadas. Assim como dentro de uma sociedade nacional o marxismo havia concebido uma luta entre duas classes, o proletariado e a burguesia, assim dentro da sociedade internacional o pensamento desenvolvimentista concebe agora a luta de dois partidos, o das nações proletárias subdesenvolvidas e o das nações fortes e abastadas. A nação subdesenvolvida corresponde no plano internacional ao que o proletariado é dentro dos quadros nacionais. A ideologia do desenvolvimento é a ideologia da nação proletária subdesenvolvida que deverá, se quiser se emancipar, entrar em luta contra as nações abastadas que se obstinam em mantê-la numa situação vexatória e injustificável de dependência econômica.²⁵⁹

Até mesmo esta adaptação desenvolvimentista não se distancia da tradição marxista. A ideia de luta entre nações pode ser encontrada dentro da própria tradição marxista, consagrada como colonialismo econômico.

O terceiro elemento do ideário desenvolvimentista brasileiro que o aproxima do marxismo é a noção de consciência alienada ou alienação. A explicação da questão brasileira a partir da noção de alienação reverbera o pensamento marxiano, uma vez que, embora o termo “alienação” não seja originalmente marxiano, o significado atribuído ao termo pelo ideário nacional-desenvolvimentista tenha se tornado popular a partir de sua apropriação pelo materialismo histórico.²⁶⁰ Além da noção de alienação, a utilização da noção de ideologia, mesmo sendo, algumas vezes, sinônimo de teoria, doutrina, ideal, concepção, também nos remete ao ideário marxista. Deste modo, Mario Vieira de Mello se esforça para mostrar que as categorias utilizadas pelo o desenvolvimentismo “não são de origem brasileira, que correspondem, do mesmo modo que as outras noções em curso no país, a ideias importadas do estrangeiro e que essas categorias derivam da interpretação do mundo intentada pelo pensamento marxista”²⁶¹.

Em resumo, apesar de compartilhar com o nacional-desenvolvimentismo brasileiro a ideia do atraso do país e da necessidade de seu desenvolvimento, Mario Vieira de Mello critica o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro por reduzir a dinâmica histórico-cultural ao elemento econômico (caráter reducionista), assumir posição de único paradigma capaz de conduzir o país à sua emancipação (caráter

²⁵⁹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 68.

²⁶⁰ Cf. Tópico 2.2.2.1. A noção de alienação, p. 64-68.

²⁶¹ MELLO, M. V. de. op. cit., p.80.

doutrinário) e defender um discurso de construção de uma cultura autenticamente brasileira a partir de ideias que, sendo de origem estrangeira, deverão ser forçadamente inautênticas (caráter contraditório).²⁶²

3.2.2. Mario Vieira de Mello: um novo paradigma

Como temos visto, Mario Vieira de Mello compartilha com os teóricos desenvolvimentistas alguns aspectos da interpretação da questão nacional. No entanto, em outros, Mario se distancia dos pensadores desenvolvimentistas. Isto se deve ao fato de que há uma diferença radical entre Mario e o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro no que diz respeito ao paradigma adotado para a compreensão da questão nacional. Os teóricos desenvolvimentistas concebiam a questão nacional a partir do elemento econômico, atribuindo à relação do Brasil com as nações desenvolvidas a causa do atraso nacional. No entanto, Mario entendia que a redução da dinâmica histórico-cultural ao elemento econômico, e a consequente explicação do problema brasileiro a partir de tal elemento, mascarava outras importantes razões subjacentes ao referido problema. A consequência era uma visão fatalista da situação brasileira, que justificava “todos os desleixos consentidos, todos os erros cometidos, todas as imprudências praticadas”²⁶³.

A corrupção política, a certeza de vistas da administração, a falta de bom-senso nas finanças – todos esses elementos da vida da nação em que se reflete a escolha que de si mesmo fez o povo, passariam a ser considerados não como manifestações de sua inteira liberdade, mas como o resultado de uma fatalidade inelutável. Teria sido a miséria, teria sido o círculo de ferro dentro do qual se move a nação brasileira a origem de todas essas calamidades.²⁶⁴

A superficialidade do diagnóstico desenvolvimentista gerava, por consequência, um prognóstico superficial.

²⁶² Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.82.

²⁶³ Ibid., p.99.

²⁶⁴ Ibid., p.99.

Do ponto de vista interno, o problema do Brasil deixaria assim de se constituir como a necessidade de um combate à corrupção política, à ineficiência administrativa, à extravagância em matéria financeira, para se transformar na expectativa cada vez mais impaciente do momento em que surgiria, para castigo das nações abastadas, a aurora jubilosa das nações proletárias.²⁶⁵

Nos dois excertos anteriores citados Vieira de Mello localiza na falta de um desenvolvimento ético as raízes do problema nacional. Deste modo, enquanto para os desenvolvimentistas o problema nacional se encontrava na alienação, para Mario Vieira de Mello o problema se relacionava à ausência de um espírito ético no Brasil. E, enquanto o desenvolvimentismo localizava a causa de tal alienação na situação de subserviência econômica do Brasil em relação a outros países, Mario localiza a causa da ausência de um espírito ético no Brasil no desenvolvimento histórico-cultural de nosso país. Nascia assim um novo paradigma. A tese central de *Desenvolvimento e Cultura* se resume nas seguintes palavras: “o que somos econômica e socialmente é inelutavelmente uma consequência de nosso Ser cultural”²⁶⁶.

É importante considerar que Mario qualifica sua ideia de cultura como *cultura espiritual*.²⁶⁷ Tal expressão define “uma acumulação lenta e contínua de elementos espirituais, que ao se desenvolverem se perpetuam na memória das gerações sucessivas”²⁶⁸. Por isso, Mario utiliza *memória* como sinônimo de *cultura espiritual*. Assim, para Mario seria possível falar em princípios e valores histórica e socialmente compartilhados, que uma vez institucionalizados, se tornariam características gerais de um povo. E seria no interior do próprio desenvolvimento histórico-cultural brasileiro, de modo mais específico, na cultura espiritual ou, memória brasileira, que deveriam ser encontrados os elementos fundamentais para a compreensão da questão nacional, dentre os quais, a assimilação de um espírito estético e a consequente ausência de um espírito ético, seriam as principais.

Neste ponto, Mario é declaradamente dependente da sociologia de Max Weber, sobretudo de sua tese em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*.²⁶⁹ Em termos gerais, a tese weberiana é que haveria uma relação profunda entre a

²⁶⁵ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.99.

²⁶⁶ Ibid., p.102.

²⁶⁷ Utilizamos o termo “espírito”, como Mario Vieira de Mello, no sentido hegeliano de alma racional ou intelecto. Cf. ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. p.413 (Espírito).

²⁶⁸ MELLO, M. V. de. op. cit., p. 243.

²⁶⁹ Cf. Ibid., p.100.

racionalização burocrática, característica principal do capitalismo moderno, e a ética protestante. Por racionalização burocrática se define a mentalidade derivada do surgimento da ciência moderna e da conseqüente queda das estruturas institucionais, que concebe a atuação reflexiva do homem em relação a tudo quanto possa determinar seu comportamento. Trata-se, em termos mais simples, do esforço do homem moderno por racionalizar todas as suas ações. Esta racionalização burocrática seria o motor daquilo que o sociólogo alemão, seguindo Friederich Schiller, chamava de “desencantamento do mundo”, isto é, o deslocamento dos elementos mágicos do pensamento para a introdução de ideias caracterizadas pela coerência sistemática e consistência naturalística.²⁷⁰ A racionalização burocrática que caracteriza o capitalismo ocidental moderno seria a aplicação da racionalização à vida social e econômica, que concebe a organização desta vida de acordo com princípios de eficiência, baseados no conhecimento técnico.²⁷¹ Pela expressão “ética protestante” Weber se refere ao modo de viver próprio dos grupos religiosos herdeiros da Reforma Protestante do séc. XVI. Embora a análise de Weber seja abrangente e inclua pelo menos quatro ramos do protestantismo, “o calvinismo na forma que assumiu na sua principal área de influência na Europa ocidental, especialmente no século XVII; o pietismo; o metodismo; e as seitas que derivaram do movimento batista”,²⁷² sua ênfase maior são as crenças calvinistas²⁷³, extraídas, sobretudo, da Confissão de Fé de Westminster²⁷⁴, e vivenciadas pelo puritanismo²⁷⁵. São elas: a soberania de Deus, a doutrina da predestinação, a doutrina da criação para a glória de Deus, a doutrina da vocação e a doutrina da salvação pela graça.

Segundo o sociólogo alemão, seria possível estabelecer uma relação de dependência entre a racionalização e o desencantamento do mundo, o estilo de vida ascético dos protestantes e o avanço do capitalismo. O processo de racionalização religiosa ou de “desencantamento do mundo” teria culminado no protestantismo, a partir de quando se procurou assegurar a salvação, não por meio de ritos, nem por

²⁷⁰ WEBER. **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro, LTC, 5. ed. 1982. p.68.

²⁷¹ GIDDENS. A. **Sociologia**. 5..ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.p.675.

²⁷² WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, São Paulo: Centauro, 2004. p.77.

²⁷³ Movimento oriundo da Reforma Protestante do séc. XVI, que tem como fundamento os escritos de João Calvino.

²⁷⁴ Documento de orientação calvinista produzido pela Assembleia de Westminster, aprovada pelo Parlamento Inglês em 1643, adotado por muitas igrejas reformadas.

²⁷⁵ Movimento que surgiu entre os reformados ingleses, enfatizando, dentre outras coisas, a necessidade de comprometimento rigoroso com a ética calvinista. Os puritanos participaram ativamente da colonização dos EUA. O movimento analisado por Weber foi o puritanismo da Nova Inglaterra no século XVIII, do qual Benjamin Franklin é um importante expoente.

uma fuga mística do mundo nem tampouco por uma ascética transcendente, mas pelo envolvimento no mundo através do trabalho. Esta racionalização da vida, própria da ética protestante, teria contribuído para o avanço do capitalismo moderno.²⁷⁶ Em suas palavras:

...ajusta-se ao espírito de certo protestantismo a adoção de certa atitude em relação à atividade econômica, que é ela própria adequada ao espírito do capitalismo. Há uma afinidade espiritual entre certa visão de mundo e determinado estilo de atividade econômica.²⁷⁷

À luz desta afirmação, a tese central de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* é que o surgimento do capitalismo moderno não se explicaria meramente por razões materiais, mas por fatores de cunho cultural, ético e religioso.

Mario Vieira de Mello percebeu que a tese de Weber em *A ética protestante e o espírito do capitalismo* considerava a importância e influência de elementos não materiais, sobretudo das concepções éticas e religiosas, na dinâmica histórico-cultural.²⁷⁸ Segundo Mario, essas conclusões de Weber “deveriam alertar o materialista mais empedernido, mais indiferente aos problemas do espírito para o fato de que esses problemas se revestem de uma irrecusável importância, pelo menos quando os encaramos em suas consequências econômicas e sociais”²⁷⁹.

²⁷⁶ A tese de que o movimento protestante tenha sido unicamente produto da racionalização religiosa encontra oposição de diversos autores. Cf. BIÉLER, A. **O pensamento econômico e social de Calvino**. São Paulo: CEP, 1990. RYEKEN, L. **Santos no mundo: Os puritanos como realmente eram**. São José dos Campos: Fiel, 1993.

²⁷⁷ ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.782.

²⁷⁸ A tese de Weber, que serve de base para a noção de cultura espiritual de Mario Vieira de Mello, tem sido mais recentemente desenvolvida pela sociologia do conhecimento, o que revela a atualidade de tal concepção. A sociologia do conhecimento tem se preocupado com a explicação da dinâmica histórico-cultural, sobretudo, com o modo como os influxos individuais são socialmente compartilhados e institucionalizados. Em síntese, a dinâmica deste processo acontece da seguinte forma: 1) cada indivíduo possui uma percepção da realidade. Trata-se de um conhecimento da vida cotidiana como uma realidade ordenada, objetivada, composta por uma série de objetos considerados previamente como tais. 2) Em interação, os indivíduos exteriorizam sua percepção da realidade, que é contraposta à dos demais participantes da interação, causando um choque e o consequente compartilhamento de cosmovisões. 3) Os elementos que são compartilhados e atingem um alto nível de aceitabilidade coletiva são cristalizados, interiorizados e institucionalizados, tornando-se um padrão de controle, ou seja, uma programação da conduta individual imposta pela sociedade. Cf. BERGER, B; BERGER, P. O que é uma instituição social? In: MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977. p.193-199.

²⁷⁹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 101.

Sob essas bases, a proposta de Mario Vieira de Mello é uma fuga do materialismo, isto é, do paradigma econômico, em direção à consideração de questões relativas ao espírito humano, resultantes da cultura, mais especificamente, da cultura espiritual. Em última instância esta se constituiria do paradigma fundamental. Repetindo as palavras do próprio Mario, poderíamos dizer que em sua proposta “o problema da cultura é considerado como fundamental para os destinos da nação”²⁸⁰, pois desenvolvimento e cultura, longe de constituírem termos mutuamente exclusivos, representam “fatores ligados pela mais íntima e necessária interdependência”²⁸¹.

3.2.3. Mario Vieira de Mello: a leitura cultural

Foi a partir do paradigma anteriormente apresentado que Mario Vieira de Mello considerou a cultura brasileira. A seguir veremos como se dá a leitura cultural de Mario Vieira de Mello, suas características e contribuições para a compreensão da questão nacional.

3.2.3.1. O problema brasileiro x o problema europeu

A alteração paradigmática promovida por Mario Vieira de Mello implica uma significativa mudança no modo como é vista a relação entre o Brasil e os países desenvolvidos, sobretudo os europeus. O ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro concebia os países mais ricos como exploradores. À luz da leitura de Mario Vieira de Mello isto se devia à influência marxista, mais precisamente de sua noção de luta de classes ampliada ao ambiente internacional. Nas palavras de Mario, se devia ao fato de nossa vontade de crescer estar assim embaraçada daqueles elementos de “ressentimento, de inveja e de fatalismo marxistas”²⁸². *Desenvolvimento e Cultura* propõe que ao invés de serem vistos como inimigos, os

²⁸⁰ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura** p. 103.

²⁸¹ Ibid., p. 103.

²⁸² Ibid., p. 100.

países mais ricos e desenvolvidos sejam vistos como modelos, no sentido mais radical do termo. Isto significa que a proposta de Mario, longe de ser que a cultura dos países desenvolvidos fosse meramente imitada, como há muito já acontecia no Brasil, incluindo inclusive o ideário nacional-desenvolvimentista, é ela fosse criticamente avaliada, de modo a ser possível se apropriar do que fosse aproveitável e desconsiderar o inutilizável. São essas as suas palavras:

Se pudéssemos considerar os países ricos e desenvolvidos não como inimigos mesquinhos ou maquiavélicos mas como exemplos e modelos – os quais como todo exemplo, como todo modelo representarão sempre para nós uma certa soma de perigo – se pudéssemos considerá-los assim, a tensão que existirá sempre forçosamente entre eles e nós adquiriria naturalmente um caráter mais sadio, permitindo-nos distinguir neles o que há de aproveitável e o que há de inutilizável para nós, permitindo-nos sobretudo realizar tal distinção num terreno específico: no terreno da cultura.²⁸³

Esta proposta de Vieira de Mello resultava do fato de que, segundo Mario, o problema brasileiro não poderia ser considerado de modo adequado à parte do problema europeu. Para ele, assim como os europeus dos primeiros séculos da era cristã estavam culturalmente relacionados à Grécia, assim também a questão da cultura estaria, para o Brasil, relacionada à Europa. Neste sentido, Mario Vieira de Mello se distancia do ideário desenvolvimentista, que defendia uma espécie de independência e autenticidade cultural, ou seja, a possibilidade e a necessidade de desenvolvimento de uma cultura originalmente brasileira, à parte do Velho Mundo. Contrariando esta iniciativa, conforme mostrado anteriormente, apontada como contraditória, Mario Vieira de Mello afirma que “nós brasileiros não poderemos pensar seriamente na nossa emancipação cultural, sem termos preliminarmente abordado, com a consciência de uma enorme tarefa a executar, o problema da Europa”²⁸⁴.

A facilidade com que aceitamos certas ideias europeias e a facilidade com que, de vez em quando, proclamamos a necessidade de uma cultura nacional, mostram bem como no entusiasmo, como na decepção, o que nos falta é o senso de solidariedade com o velho continente, sem o qual relações culturais verdadeiramente eficazes jamais poderão se estabelecer.²⁸⁵

²⁸³ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.100.

²⁸⁴ Ibid., p.196.

²⁸⁵ Ibid., p.196.

Em virtude deste importante pressuposto, a leitura cultural de Mario Vieira de Mello, em *Desenvolvimento e Cultura*, não pôde prescindir de uma reflexão sobre a cultura europeia. Na verdade, unindo este pressuposto ao apresentado anteriormente, de que a dinâmica histórico-cultural envolve, de modo fundamental, as questões relativas à cultura espiritual, Mario inicia sua leitura cultural se esforçando por oferecer uma apresentação geral e sintética dos princípios espirituais operantes ao longo do desenvolvimento histórico-cultural europeu.

Em síntese, a análise da cultura europeia feita por Mario Vieira de Mello pode ser bem verificada na seguinte sentença: “a situação intelectual da Europa no século XIX foi, pois, caracterizada por um conflito irreconciliável entre o princípio ético e o princípio estético”²⁸⁶. Este conflito, entre o que é na realidade e o que é de aparência, de fato se faz presente no debate filosófico ocidental desde a Grécia antiga, perpassando a história até a modernidade. A metafísica platônica e sua distinção entre um mundo real e perene de um mundo aparente e transitório, e a tensão moderna *empirismo x racionalismo* são típicas deste conflito e sua permanência.²⁸⁷

A análise de Mario em *Desenvolvimento e Cultura* toma como manifestação originária mais recente deste conflito *ética x estética*, a tensão surgida a partir do séc. XVI, entre dois ideais de cultura contraditórios que teriam encontrando sua formulação teórica no séc. XIX. O princípio estético, ou “Ideal de Beleza” teria sua manifestação original mais recente no Renascimento italiano, enquanto o princípio ético, ou “Ideal de pureza moral”, teria se originado mais recentemente da Reforma Protestante, do ardor religioso de Martinho Lutero.²⁸⁸ Seria, porém, no pensamento do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard, que este conflito encontraria sua formulação teórico-filosófica mais importante.

Kierkegaard não é o único pensador apresentado por Mario como tendo tratado desta tensão. Na verdade, *Desenvolvimento e Cultura* apresenta três grandes pensadores europeus como referência deste tratamento: Dostoievsky, Kierkegaard e Nietzsche. No entanto, ao que tudo indica, a apropriação dos conceitos ética e estética por parte de Mario Vieira de Mello, e sua aplicação ao âmbito cultural, teria se dado a partir da formulação de Søren Kierkegaard. Este fato

²⁸⁶ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 115.

²⁸⁷ Cf. SILVA, S. P. da. **Estética e ética em Kierkegaard**: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37,n.2, p. 293-306, mai./ago. 2011, p. 295

²⁸⁸ MELLO, M. V. de. op. cit., p.115.

é atestado por Meira Penna, para quem, na distinção entre os princípios ético e estético, Mario teria sido “inspirado pela dicotomia postulada por Kierkegaard”²⁸⁹; ou ainda, por Regis de Moraes, que afirma: “ao que percebo, Vieira de Mello colhe no pensamento de Kierkegaard o confronto que esse filósofo estabelece entre a dimensão estética e a dimensão ética da vida”²⁹⁰. Ainda segundo Moraes, a tensão *ética x estética*, tal qual postula Mario Vieira de Mello seria uma transposição para o plano cultural, daquilo que Kierkegaard postula para o plano individual e subjetivo.²⁹¹ Além destas percepções de terceiros, o próprio Mario Vieira de Mello aponta para Kierkegaard como uma importante referência na compreensão desta questão. São suas palavras:

A Dinamarca, pequeno país de situação periférica, teve o curioso destino de distinguir-se no panorama intelectual europeu como sendo a primeira nação sensível, não só ao rigor da ideia protestante, como também às amenidades da concepção italiana. Nesse país, pela primeira vez na história cultural da Europa, se configurou a ideia de uma hostilidade, de uma inimizade irreconciliável entre o espírito que presidiu ao desenvolvimento do ideal renascentista e o espírito que tornou possível a realização da Reforma protestante. O Renascimento italiano com o seu ideal de Beleza autônoma, do Belo pelo Belo, criou um tipo de cultura que não podia deixar de entrar em conflito com a cultura ético-religiosa, inaugurada por Lutero. É no século XVI que são elaborados os dados do problema, mas a sua equação definitiva se estabelece unicamente no século XIX através da figura extraordinária de Søren Kierkegaard. A consciência de um conflito entre o princípio ético e o princípio estético, numa época em que o princípio estético se insinuara nos recessos aparentemente invulneráveis da religiosidade cristã, constitui assim a contribuição decisiva da pequena Dinamarca e de seu grande filho à cultura espiritual do século XIX.²⁹²

Tendo em vista estas asseverações, tomaremos o edifício teórico kierkegaardiano como referência do significado desta tensão que, para Mario Vieira de Mello, caracteriza a cultura do Velho Mundo, e que, de modo diferente, teria impactado a cultura brasileira.

²⁸⁹ PENNA, J. O. de M. **O Kantismo no Brasil**, Disponível em: <http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art6/art6.html> (acesso em 02/04/2012)

²⁹⁰ MORAIS, R. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989, p.126.

²⁹¹ Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.126.

²⁹² *Ibid.*, p.112-113.

3.2.3.1. Søren Kierkegaard: Uma síntese da tensão ética x estética

As noções de ética e estética na filosofia de Søren Kierkegaard estão diretamente ligadas a uma figura utilizada por ele para ilustrar os diferentes estágios existenciais da vida humana, situar seus deslizes e discutir sobre uma moralidade madura.²⁹³ Trata-se da teoria dos três modos ou *estágios de existência* (estético, ético e religioso). Introdutoriamente, faz-se importante pontuar que, apesar do caráter de modelos generalizantes, estes estágios não negam a força das singularidades individuais. Além disso, é perceptível o fato de que estes modos da existência se relacionam de modo estruturado. Embora cada um deles tenha suas peculiaridades, um modo de ser tem sempre o outro como referência. O anterior se relaciona com o posterior como etapa a ser superada. Conseqüentemente, um estágio posterior engloba o anterior. Em nossa exposição nos limitaremos aos dois aspectos primeiros, que são os que importam à leitura de Vieira de Mello. Enfatizaremos o estágio estético, uma vez que, segundo Mario, este seria o caracterizador do espírito nacional.

O estágio estético da existência é o mais primitivo de todos eles. É provável que os contemporâneos de Kierkegaard tenham estranhado sua designação com tal nomenclatura.²⁹⁴ No entanto, embora, na filosofia kierkegaardiana, o estágio estético seja o inferior, ele não é considerado vergonhoso ou deplorável.²⁹⁵ Eis uma descrição do estágio estético:

Já não me reconheço. Frente às tempestades da paixão o meu espírito é como um mar enraivecido. Se alguém pudesse surpreender a minha alma em tal situação, julgaria ver uma barca mergulhando a pique no mar, como se, na sua terrível precipitação, a sua rota marcasse o fundo do abismo. Não veria que, no cimo do mastro, vigia um marinheiro. Forças frenéticas, erguei-vos, ponde-vos em movimento; ó potências da paixão, ainda que o choque das vossas vagas conseguisse lançar a espuma até as nuvens, mesmo assim não seríeis capazes de vos erguer acima da minha cabeça; mantenho-me tranquilo como o Rei das falésias. Quase não consigo firmar os pés; como ave marinha tento em vão mergulhar no mar

²⁹³ Originalmente, o conceito é apresentado ilustrativamente. O que se consagrou a chamar no Brasil de estágios, na verdade são estações, lembrando um caminho ou percurso. Cf. GOUVÊA, R. Q.

Paixão pelo paradoxo: Uma introdução a Kierkegaard, São Paulo: Fonte editorial, 2006.

²⁹⁴ Cf. GOUVÊA, R. Q. **Paixão pelo paradoxo:** Uma introdução a Kierkegaard, p.255.

²⁹⁵ Cf. *Ibid.*, p. 257.

tempestuoso de meu espírito. E, no entanto, tal tempestade é o meu elemento, nela edifico como *Alcedo ispida* constrói o seu ninho sobre o mar.²⁹⁶

Como se pode perceber, o estágio estético está associado diretamente ao exterior, ao imediato, àquilo que se percebe aparentemente. Esta associação seria a característica principal deste modo de existência. Desta se deriva três características específicas. A primeira delas é a descontinuidade. Como o indivíduo “vive para o agora, sua vida torna-se uma série de momentos desconexos, sem senso de continuidade”.²⁹⁷ Neste estágio não há aceitação consciente de um ideal. Por isso, nele, o indivíduo “inicia tarefas que não conclui; há, na origem da intuição dessas tarefas, ou mesmo no início de suas implementações, espetaculosos e retóricos empenhos de excelência, ao cabo dos quais acontece um esmorecimento da vontade”.²⁹⁸ Assim, uma primeira característica do estágio estético, resultado de sua questão central, o apego ao aparente e imediato, seria a dificuldade de levar a cabo iniciativas, que, na maioria das vezes, são iniciadas com grande apego. A segunda característica, derivada da primeira, é a superficialidade. Neste modo de existência o indivíduo se satisfaz com o que é superficial, e tende a resistir a discursos e práticas que demandem aprofundamento. Por isso, muitas das vezes a conclusão das tarefas, quando acontece, acontece de forma “apressada e simplificada”.²⁹⁹ No fim das contas, “não há conexão e relação entre *teoria* e *prática*: destas, a primeira adquire vida própria, emancipa-se; a segunda degenera-se em um fazer alienado e inconcluso”.³⁰⁰

O caráter ornamental e superficial desse fenômeno forja um *ethos* produtivo que nos é bastante familiar: o *fazer pelo fazer*, que, de resto, é uma ação destituída de intencionalidade e de compromisso morais para com a competência, esta que é a intenção e a ação de fazer o melhor possível, de abraçar-se com algo bem feito, de empenhar-se, no nível do sentido, em fazer o possível, exaurindo suas possibilidades.³⁰¹

²⁹⁶ KIERKEGAARD, S. Diário de um sedutor, *In: Kierkegaard*, São Paulo: Nova Cultural, 1974 (Os Pensadores), p.161.

²⁹⁷ *Ibid.*, p.256.

²⁹⁸ SILVA, S. P. da. **Estética e ética em Kierkegaard**: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano, p. 298.

²⁹⁹ *Ibid.*, p. 298.

³⁰⁰ *Ibid.*, p. 298.

³⁰¹ *Ibid.*, p. 299.

A terceira característica, conseqüente das demais, é a insegurança. Nas palavras de Silva:

O modo de existência estético é ilustrativo de uma consciência de si insegura, incompleta, incapaz (com baixa autoestima e confiança) e que necessita pegar emprestado de outra consciência (com características opostas, ou seja, com elevada autoestima e confiança) a imagem que deseja para si. A ausência de confiança e estima suficientes é conseqüente da percepção, ainda que não consciente, da inconsistência desse modo de existência.³⁰²

Segundo Kierkegaard, “toda concepção estética da vida é um estado de *desespero*”³⁰³. Este estado, porém, longe de significar o problema, é parte da solução. Pois somente lançado ao desespero, ao abandono, o homem é levado a um “corajoso exercício de autoconhecimento e um despojamento dos prazeres estéticos em prol do conhecimento de si”³⁰⁴. Enquanto não alcança este autoconhecimento o homem se prende a este estágio estético, que se constitui de um “constante exercício de preencher um vazio existencial com elementos tomados de empréstimos, sob o pânico de aparecer aos próprios olhos e aos alheios como nada”³⁰⁵.

O indivíduo estético e sua alegria estrepitosa, sua sensualidade instantânea, seu descompromisso, sua irreverência etc, podem ser uma aparência que dissimula a autopercepção de sua fragilidade, de sua inconsistência e de sua descontinuidade. Ao perceber-se inautêntico, busca emprestado, nos indivíduos e nas culturas que admira, uma subjetividade e um modo de ser e de existir que passa a considerar seus.

Patrick Gardiner, reverberando Kierkegaard, define este modo de ser por seu caráter descompromissado, imediatista e disperso. Em suas palavras:

o indivíduo que vive esteticamente não está realmente no controle, seja no de si mesmo, seja no de sua situação. [...] Sem compromisso com nada permanente ou definido, disperso no “imediatismo” sensual, ele pode pensar ou agir de uma forma num momento e de outra mais tarde. Sua vida, portanto, não tem continuidade, falta-

³⁰² SILVA, S. P. da. **Estética e ética em Kierkegaard**: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano, p. 299.

³⁰³ KIERKEGAARD, S. **Estética y ética en la formación de la personalidad**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959, p.95.

³⁰⁴ SILVA, S. P. da. op. cit. p.300.

³⁰⁵ MORAIS, R. **Cultura brasileira e educação**. p.126.

lhe estabilidade ou objetivo; ele muda de rumo conforme o humor ou as circunstâncias, como uma carta mágica, da qual se pode depreender um sentido agora e outro depois, dependendo de como se olha para ela.³⁰⁶

O estágio ético, por sua vez, é o estágio de superação do estágio estético, ou seja, o estágio da autenticidade. A diferença básica entre um e outro é que no estágio estético o indivíduo se dirige para o exterior, enquanto no estágio ético o interior é problematizado. Gouvêa define o estágio ético como caracterizado pela escolha.³⁰⁷ Para ser mais preciso deveríamos falar em escolha da escolha. Isto, por que a mais importante as escolhas seria a do próprio ato de escolher. Por consequência, o estágio ético se caracterizaria pelo compromisso e pela autoconfiança. O indivíduo ético “tem seu centro em si mesmo, não fora de si”³⁰⁸. Logo, quando ele toma suas decisões, ele o faz de modo comprometido e experimenta uma “autoconfiança fundamental, uma afirmação da própria autonomia, e um desejo de controle”³⁰⁹. Kierkegaard define o estágio ético como um estágio conflituoso. Nele o indivíduo experimenta o constante conflito entre viver objetivamente, considerando as normas e padrões pré-estabelecidos, ou viver subjetivamente, para si. Este conflito e o desespero que dele resulta seriam apenas resolvidos pelo “salto da fé”, quando, deixando o estágio ético, o indivíduo adentraria o religioso. Tal conflito é ilustrativamente apresentado pelas figuras do “herói trágico” e do “cavaleiro da fé”:

O herói trágico renuncia a si mesmo para exprimir o geral; o cavaleiro da fé renuncia ao geral para se converter em Indivíduo. Já o disse, tudo depende da atitude que se adote. Se supomos ser relativamente fácil ser Indivíduo, pode-se estar seguro de que não se é cavaleiro da fé: porque os pássaros em liberdade e os gênios vagabundos não são os homens da fé. Pelo contrário, o cavaleiro da fé sabe que é magnífico pertencer ao geral e que, por assim dizer, dá de si próprio uma edição apurada, elegante, o mais possível correta, compreensível a todos; sabe quanto é reconfortante tornar-se compreensível a si próprio no geral, de forma a compreender este, e que todo o Indivíduo que compreenda a ele compreende o geral, ambos usufruindo da alegria que a segurança do geral justifica. Sabe quanto é belo ter nascido como Indivíduo que tem no geral a sua pátria, a sua acolhedora casa, sempre pronta a recebê-lo todas as vezes que lá queira viver. Mas sabe, ao mesmo tempo, que acima desse domínio serpenteia um caminho solitário, estreito e escarpado; sabe quanto é terrível ter nascido isolado, fora do geral, caminhar sem

³⁰⁶ GARDINER, P. **Kierkegaard**. São Paulo: Loyola, 2001, p.53.

³⁰⁷ Cf. GOUVÊA, R. Q. **Paixão pelo paradoxo**: Uma introdução a Kierkegaard, p. 258.

³⁰⁸ *Ibid.*, p. 260.

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 261.

encontrar um único companheiro de viagem. Sabe perfeitamente onde se encontra e como se comporta em relação aos homens. Para eles, é louco e não pode ser compreendido por ninguém. E, no entanto, louco é o menos que se pode dizer.³¹⁰

Através da ilustração dos estágios, Kierkegaard elucida a tensão marcante da cultura europeia, entre o princípio ético, representado pela Reforma Protestante do séc. XVI, e o princípio estético, representado pelo Renascimento italiano. Este último diz respeito à valorização do exterior, contingente e inconsistente, conduzindo, por fim, à dissipação e ao desespero, enquanto o primeiro se refere ao interior, necessário, consistente, conduzindo ao autoconhecimento e à permanência. A seguir verificaremos como Mario Vieira de Mello relacionou a questão nacional a estes princípios característicos da cultura europeia.

3.2.3.2. *Mario Vieira de Mello e o estetismo na cultura brasileira*

Pontuado o fato de que a interpretação cultural deve considerar como fundamentais os elementos relativos ao espírito humano, e a tensão espiritual que, segundo Mario Vieira de Mello, caracterizaria a cultura europeia, Mario apresenta aquele que, em sua opinião, se constituía o elemento fundamental para a compreensão da questão nacional. Transpondo a filosofia existencial de Søren Kierkegaard do âmbito individual para o coletivo ou cultural, Mario Vieira de Mello sugere que, enquanto a cultura europeia fora forjada pela tensão entre dois princípios espirituais – ético/estético – a cultura brasileira teria se desenvolvido apenas sob a influência do princípio estético, em virtude de seu contato, quase que exclusivo, com os ideais do Renascimento italiano, e, por isso, sofreria do mal denominado estetismo, isto é, a supremacia do princípio estético sobre o princípio ético.³¹¹ De modo prático, o estetismo, seria uma “compreensão da vida realizada através de um ponto de vista meramente estético”³¹², que se revela na valorização do externo, do imediato, e suas consequências anteriormente apresentadas, a

³¹⁰ KIERKEGAARD, S. Temor e Tremor, *In: Kierkegaard*, São Paulo: Nova Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores), p.297.

³¹¹ Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 227.

³¹² *Ibid.*, p. 223.

descontinuidade e a superficialidade. Este seria o empecilho maior à emancipação nacional.

Esta mentalidade estética, fruto da assimilação dos ideais do Renascimento Italiano, teria sido construída historicamente. De modo geral, é possível dizer que Mario Vieira de Mello o atribui a duas influências. Primeiramente, à colonização lusitana, sua cultura colonizadora de exploração e sua superficial compreensão e divulgação do Renascimento Italiano (entre os séculos XIV e XVI).³¹³ Mario pontua que a colonização a que o Brasil fora submetido não tinha um projeto a longo prazo, a criação de uma nova Pátria, como acontecera com a América do Norte, por exemplo.³¹⁴ Além de submetido a esta colonização descontínua, via catolicismo romano, o Brasil recebera sua primeira dose de Renascimento italiano, uma vez que as ideias de cultura “que já no séc. XVI aportaram às nossas terras, foram naturalmente as ideias da Contra Reforma”³¹⁵. Mario concebia o catolicismo brasileiro como contendo uma espécie de “fragilidade ética enquanto os protestantes de outras colônias eram mais rigorosos nesse quesito”³¹⁶.

Se quisermos examinar com objetividade a situação espiritual do mundo contemporâneo, deveremos reconhecer que o ideal católico poucas possibilidades tem de voltar à sua antiga posição de prestígio. Uma tal constatação será naturalmente alarmante para o espírito ético que tenha compreendido os efeitos perniciosos da propagação da cultura do Renascimento italiano, que tenha percebido a ação insidiosa do estetismo sobre todos os aspectos da realidade espiritual do homem; mas ela deverá ter um sentido ainda mais grave para os católicos capazes de um momento de dúvida e de incerteza pois eles acreditam encontrar na Igreja de Roma a salvação do mundo e estar a sorte do ideal ético indissoluvelmente ligada à sorte do ideal católico.³¹⁷

Da metade do século XVI à metade do século XVIII, embora a Europa passasse por um momento de efervescência, Portugal continuava vivendo “de ideias medievais e não podia assim nos oferecer senão os fracos estímulos de uma cultura completamente desatualizada”³¹⁸. Com o advento da reforma pombalina e,

³¹³ Cf. SILVA, S. P. da. **Estética e ética em Kierkegaard**: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano, p. 302.

³¹⁴ Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura.**, p. 205-207.

³¹⁵ *Ibid.*, p. 207.

³¹⁶ SILVA, S. P. da. **Por quem e por que foi silenciado o debate sobre o estetismo, na cultura brasileira?** Disponível em: <http://www.soprando.net/ap/tc/por-quem-e-por-que-foi-silenciado-o-debate-sobre-o-estetismo-na-cultura-brasileira> acesso em 10/03/2012.

³¹⁷ MELLO, M. V. de. op. cit., p. 202-203.

³¹⁸ *Ibid.*, p. 209.

sobretudo, a extinção da Companhia de Jesus em 1773, as portas lusitanas se abriram para a influência das ideias que agitavam a Europa. Foi aí que Portugal tornou-se “culturalmente uma província, uma colônia da França”³¹⁹, e o Brasil, como “um último ato de obediência à autoridade da cultura portuguesa”³²⁰ se rendeu a um contato com a França, que perdurou após à independência. Se por um lado o Brasil recebera influência portuguesa, não se pode ignorar o fato de que no século XIX, o grande mentor espiritual brasileiro teria sido a França. “Se devemos aos portugueses a língua que falamos e a religião que praticamos o nosso espírito, o nosso acervo de ideias e a nossa maneira de sentir resultam de contatos com outro povo e outra civilização”³²¹; esta seria a França. À influência francesa, Mario atribui a solidificação do estetismo nacional.

De maneira mais específica, o que influenciara o Brasil não fora a França, mas o Romantismo francês do séc. XIX. Este movimento, nas palavras de Mario, pode ser considerado “a única tradição cultural que existe no Brasil”³²². Diante do sentimento de abandono gerado pela independência, o Brasil teria encontrado na imitação da cultura francesa, naquela ocasião, romântica, as bases para a sua nova vida cultural. A influência francesa no Brasil e o modo como o país recebeu tal influencia é descrita por Mario, comicamente, em termos de imitação:

Antigamente vivíamos no Rio de Janeiro como se um clima ameno nos tivesse propiciado os benefícios a que estão habituados os europeus. Nossos antepassados usavam colarinho duro, fraque, chapéu-côco e outras peças do vestuário absurdas para o excessivo calor do clima carioca. Recebíamos os jornais e os últimos livros de Paris, frequentávamos o Teatro Municipal para assistir as peças da “Comédie Française” e de outras companhias francesas, seguíamos com paixão a política do Quai d’Orsay e confiávamos importantes trabalhos de urbanismo a franceses que, naturalmente, procuravam sem sucesso trazer para as nossas rudes plagas um pedaço de Paris.

O Romantismo, por sua vez, é compreendido por Mario Vieira de Mello, “como um prolongamento e um desenvolvimento das ideias do Renascimento italiano”³²³. Tendo como pai espiritual, Rousseau, e sua tese da bondade natural do homem, o romantismo nasceu “sob o signo de uma última rebeldia, de uma

³¹⁹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 210.

³²⁰ Ibid., p. 211.

³²¹ Ibid., p. 208.

³²² Ibid., p. 198.

³²³ Ibid., p. 184.

emancipação do princípio ético transcendente”³²⁴. Além disso, o Romantismo teria sido “uma vitória do Sentimento, da Emoção contra a Razão, um triunfo do eu subjetivo sobre o mundo objetivo”³²⁵. Deste modo, a autonomia do princípio estético tão característica do Renascimento italiano, isto é, a submissão de toda a vida ao valor supremo do belo, pode também ser vista no Romantismo Francês do século XIX. Enquanto supremacia dos afetos sobre a racionalidade, o romantismo é, na sua essência, “um estetismo, isto é, uma concepção do espírito que reconhece ao princípio estético uma autonomia indiscutível”³²⁶.

Assim, em última instância, em virtude de sua colonização e influência francesa no séc. XIX, o Brasil seria “um autêntico produto do renascimento”,³²⁷ e a absorção da supremacia do elemento estético, característica deste movimento, teria mantido a cultura brasileira nos limites do estágio estético, atribuindo a ela um caráter ornamental, e impedindo o florescimento de um espírito ético, nos termos da filosofia existencial do filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard.

...nosso Brasil “ocidental”, recém-emancipado de Portugal, nasceu num contexto imoral, habituado a exemplos de pilhagem, superficialidade, descontinuidade e fragilidade nos projetos sociais. Nasceu sem raízes fincadas nos mananciais éticos forjados pelas grandes e seculares culturas européias. De lá prá cá, modismos e descontinuidade se alternam e somos cada vez mais espetaculosos, histriônicos e superficiais. Nosso empenho e rigor tem fôlego curto porque o espetáculo da nossa retórica já nos satisfaz; nossa catarse, numa cultura estetizante, já basta por si só.³²⁸

Ilustrativamente, Mario apresenta o que, em sua opinião, seriam algumas características deste modo de ser estético da cultura brasileira, tanto em suas manifestações culturais mais sofisticadas quanto em aspectos corriqueiros da vida cotidiana. Pensando nas manifestações culturais mais sofisticadas, um dos exemplos mais característicos seria o apontamento da cordialidade como virtude brasileira característica, por parte de Sergio Buarque de Hollanda. Segundo Mario, o esforço impresso por Sergio para negar à noção de cordialidade seu caráter fundamentalmente ético demonstraria como a intelectualidade brasileira padece da

³²⁴ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 221.

³²⁵ Ibid., p. 216.

³²⁶ Ibid., p. 186.

³²⁷ Ibid., p. 204.

³²⁸ SILVA, S. P. da. **Por quem e por que foi silenciado o debate sobre o estetismo, na cultura brasileira?** Disponível em: <http://www.soprando.net/ap/tc/por-quem-e-por-que-foi-silenciado-o-debate-sobre-o-estetismo-na-cultura-brasileira> acesso em 10/03/2012.

ausência de um espírito ético e de como, para ela, a coexistência de tais princípios (ético/estético) parece contraditória.³²⁹ Mario pontua que a fuga de Sergio Buarque de Hollanda do elemento ético se devia ao fato de que, para ele, a atitude ética estaria “necessariamente ligada a qualquer coisa de coercitivo, a mandamentos e sentenças, a um triunfo do espírito sobre a vida”³³⁰. E, conseqüentemente, a afirmação do elemento ético implicaria “uma negação das qualidades emocionais do fenômeno”³³¹, isto é, de seu elemento estético.

Se o senhor Buarque de Hollanda com a expressão cordialidade eliminou deliberadamente os juízos éticos e as intenções apologéticas da sua concepção do homem brasileiro e se, por outra parte, não compreendeu que a segunda alternativa, a possibilidade de fazer intervir o elemento estético na sua interpretação do problema constituía a solução que então se impunha, a razão disso só poderemos encontrá-la no fato de estar o autor de *Raízes do Brasil* de tal modo identificado com uma maneira estetizante de compreender o mundo que lhe falta o recuo necessário para distinguir no fenômeno da cordialidade brasileira a manifestação inequívoca de uma cultura determinada pela ideia do Belo. Se a cordialidade do homem brasileiro não lhe parece indissolúvelmente ligada a um tipo de cultura determinado pela ideia do Belo é porque a noção de um tal tipo de cultura não emergiu ainda ao nível de seu horizonte visual. E isto quer dizer que ele próprio é um representante deste tipo de cultura e, por conseguinte, o considera como o único tipo possível e imaginável.³³²

Na citação anterior Mario Vieira de Mello não apenas aponta o caráter estético da leitura de Sergio Buarque de Hollanda, ao negar à cordialidade seu caráter eminentemente ético, mas o caráter estético da própria cordialidade do homem brasileiro, o que tem a ver com as manifestações do estetismo na cultura popular. Neste âmbito, a primeira característica na qual Vieira de Mello via uma evidência do estetismo é o exibicionismo.

De uma maneira geral ele (brasileiro) parece ser em nossos dias um homem que se contempla a si mesmo e que contempla os outros como se o mundo fosse um palco e como se a sua vida devesse ser destituída de sentido, caso não pudesse se constituir como um espetáculo a que assistem um certo número de pessoas assíduas e atentas. Esse traço que se encontra certamente em outros povos que como nós tenham sido sujeitos à influências do estetismo, se apresenta naturalmente

³²⁹ Cf. HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**, p.205. Sergio Buarque de Hollanda, em debate com Cassiano Ricardo, como visto no cap. 1, defendeu como característica do homem nacional a cordialidade, ao invés da bondade, para eliminar os juízos éticos que o segundo termo carrega. Mario pontua, no entanto, que cordialidade possui uma carga fundamentalmente ética, tanto quanto a noção de bondade.

³³⁰ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 224.

³³¹ *Ibid.*, p. 224.

³³² *Ibid.*, p. 225.

na nossa psicologia em graus extremamente variados, indo de um simples desejo de não deixar passar despercebido um mérito, uma ação, uma qualidade, ou uma intenção louvável, às manifestações excessivas de um exibicionismo sem pudor ou de um cabotinismo indiferente às exigências mais rudimentares da modéstia.³³³

Em segundo lugar, Mario aponta como evidencia do estetismo da cultura brasileira a insinceridade. Segundo Vieira de Mello, embora comumente o caráter extremamente extrovertido do homem brasileiro seja explicado de modo supostamente científico, considerando as características raciais, somáticas ou climatéricas do país, seria “a compreensão do mundo como um palco que leva o brasileiro a uma exteriorização excessiva de seus sentimentos, exteriorização que, muitas vezes, não é possível levar a efeito sem uma certa insinceridade”.³³⁴ E continua:

Os abraços prolongados, a palmada leve nos ombros, as expressões exageradas de louvor e entusiasmo, a facilidade com que proclama sua amizade por tais ou quais pessoas que conhece apenas - todos esses traços parecem, à primeira vista, poder ser explicados por um fundo irreprimível de sua natureza generosa. Mas quando se constata que há um outro verso da medalha, quando se verifica que aos abraços prolongados, à palmada leve nos ombros podem suceder sem motivo aparente manifestações de descaso pelo homem que acaba de abraçar e que já agora se afasta: quando se compreende que as expressões exageradas de louvor e de entusiasmo se aplicam indistintamente a gregos e troianos; quando finalmente se consigna que na ausência dos amigos da pessoa por quem professou uma tão calorosa amizade não raro encontra a oportunidade de atribuir-lhe defeitos de uma extrema gravidade - quando se verifica tudo isso, a idéia de uma bondade, de uma generosidade ou de uma cordialidade natural do homem brasileiro sofre um certo abalo. Dir-se-ia que a verdadeira mola desses gestos de aparência tão espontânea e inocente fosse um cálculo maquiavélico, uma intenção egoísta e deliberada. Num país como o nosso onde tudo se faz por amizade, seria com efeito absurdo, para quem quer prosperar, criar deliberadamente limites à manipulação de um tal sentimento, fazer distinções, estabelecer critérios de seleção na escolha dos amigos. O mais sensato naturalmente seria desencadear um processo inflacionário da amizade que nos permitisse ter sempre à mão a moeda capaz de promover nosso interesse. Daí os abraços prolongados, a palmada leve nos ombros, a proclamação de amizade etc., etc.³³⁵

A terceira manifestação do ideal estetizante atuante sobre a cultura brasileira, apontada por Mario Vieira de Mello, seria o culto à inteligência. Segundo ele,

³³³ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura** p. 227.

³³⁴ Ibid., p.227.

³³⁵ Ibid., p. 227-228.

difícilmente se encontraria um país em que o “herói da inteligência” adquira tanto prestígio quanto no Brasil. Em suas palavras:

No Brasil quando num grupo de amigos se comenta a moralidade de uma pessoa e alguém insiste sobre os aspectos especialmente negativos de suas atitudes éticas, haverá sempre um outro para defendê-la com a fórmula mágica “mas ele é muito inteligente”³³⁶.

Este fato, segundo Mario, revelaria o quanto nosso conceito de inteligência se adequaria perfeitamente ao conceito de *virtu* do Renascimento italiano: aquela qualidade que permite ao homem realizar grandes façanhas. Esta assimilação da noção de *virtu* renascentista explicaria porque, para o brasileiro, as qualidades que importam não são as que se referem ao objetivo da conquista intelectual, mas as que se referem ao efeito produzido sobre a audiência, à impressão de inteligência causada, ao espetáculo estético oferecido.³³⁷ Nas palavras de Mario, a cultura brasileira sofre de uma “falta de sensibilidade às qualidades da alma que são menos óbvias”³³⁸. Pouca ou nenhuma importância teria para o homem brasileiro o caráter de alguém. “Ter caráter e não ser inteligente são duas coisas que no Brasil têm quase o mesmo significado. E é evidente que ser inteligente, por sua vez, não está longe de significar ser desprovido de caráter”³³⁹.

A quarta característica do estetismo nacional seria nosso “entusiasmo pelos juristas”³⁴⁰. Na verdade, o que caracterizaria uma mentalidade estética não seria o entusiasmo pelo Direito em si, mas pela arte do jurista. Segundo Mario, o elemento do Direito que mais exercia atração sobre a intelectualidade brasileira não era o aspecto de ciência, mas o aspecto técnico, aquele “conjunto de meios e processos mais ou menos artificiais destinados a adaptar o dado apriorístico e o dado experimental de modo a tornar prática e eficiente a regra de direito no meio social para o qual é elaborada”³⁴¹. Seria este aspecto do Direito, mais relacionado à arte do que à ciência, e que impõe sobre a disciplina científica um elemento de incerteza e

³³⁶ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 232.

³³⁷ Cf. *Ibid.*, p. 229.

³³⁸ *Ibid.*, p. 227.

³³⁹ *Ibid.*, p. 229.

³⁴⁰ *Ibid.*, p. 234.

³⁴¹ *Ibid.*, p. 236.

arbitrariedade que atrai o homem brasileiro, o que também evidenciaria o caráter estetizante de nossa cultura. Embora Mario reconhecesse um arrefecimento nesse entusiasmo, em seu momento histórico, ele entendia que tal fato era ainda suficientemente forte para merecer este apontamento.³⁴²

Além destas manifestações maiores, é possível encontrar manifestações menores de estetismo, que, segundo Mario Vieira de Mello, resultariam, sobretudo, da imaturidade cultural brasileira, podendo ser mais facilmente superados. Tratam-se de “nossos exageros retóricos, nosso verbalismo, e nossa dependência da opinião de autores estrangeiros”³⁴³.

Uma vez que *Desenvolvimento e Cultura* apresenta um diagnóstico diferente do apresentado pelo ideário nacional-desenvolvimentista, a consequência natural é a diferença no prognóstico. Diante do fato de que as razões do problema brasileiro transcendem o elemento material, estando relacionadas à cultura espiritual, Mario entendia que o desenvolvimento do país não resultaria apenas de transformações econômicas, mas da superação deste espírito estético e o florescimento de um espírito ético na cultura nacional. “Para uma cultura como a nossa, saturada de estetismo, o caminho a seguir não é o da ciência, mas o da reflexão ética”³⁴⁴..

O primeiro importante elemento na superação do estetismo e criação de um espírito ético no Brasil seria a promoção de uma séria consideração do estetismo de nossa cultura. Nas Palavras de Mario, “uma tentativa sincera de compreensão do fenômeno do estetismo deveria constituir a primeira etapa desse trabalho de recuperação”³⁴⁵ Em *O conceito de uma educação da cultura*, publicada posteriormente, Mario Vieira de Mello confirma a importância de tal consciência nas seguintes palavras:

A inegável superficialidade que envolve a nossa vida intelectual e moral prejudicará sempre, inevitavelmente, nossos esforços de democratização e de desenvolvimento; precisamos nos convencer de que é justamente essa superficialidade o maior obstáculo aos nossos propósitos de renovação. Não se constrói uma nação antes de eliminar uma tal deficiência. Enquanto o nosso estetismo não for levado perante um tribunal do espírito capaz de julgá-lo pelos crimes de irresponsabilidade intelectual que vem cometendo há tanto e tanto tempo, continuará ele transformando em

³⁴² Cf. MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 236.

³⁴³ Ibid., p. 230.

³⁴⁴ Ibid., p. 306.

³⁴⁵ Ibid., p. 309.

emocionalismo contemplativo e indiferente à moralidade os temas mais acentuadamente éticos que a vida humana é capaz de sugerir.³⁴⁶

Uma condição essencial para tanto seria a fuga do fatalismo imposto pelo paradigma desenvolvimentista e o reconhecimento de nossa responsabilidade diante da atual situação. Nas palavras de Mario:

O Brasil não pode continuar apoiado sobre valores relativos e exteriores tais como índices de alfabetização, de crescimento econômico, de representatividade política. O Brasil não pode continuar ignorando os valores autônomos da cultura. Por mais longínquo que o ideal nos pareça, o Brasil, para se tornar a nação por que todos os brasileiros suspiram, precisará algum dia enveredar pelo caminho da interiorização de seu comportamento. Os males que nos afligem não são exteriores, são internos. Somos nós mesmos os grandes responsáveis pelo marasmo intelectual e moral em que vivemos, e é esse marasmo que nos torna tão dependentes de circunstâncias e fatores externos.³⁴⁷

O segundo importante acontecimento necessário à superação do estetismo e a criação de um espírito ético no Brasil seria a substituição dos critérios epistemológicos propostos pelo nacional-desenvolvimentismo. Segundo Mario, seria necessário substituir, por exemplo, o critério de autenticidade pelo critério epistemológico tradicional: a noção de Bem. O embaixador carioca até admite o fato de que um ideal ético poderia existir em solo desenvolvimentista, mas, por que baseado nos critérios de representatividade e autenticidade, o tipo de ideal ético por eles proposto a uma nação como a nossa, intoxicada de estetismo, seria “imaneente, isto é, relativo e subordinado a princípios inidôneos e obscuros”³⁴⁸. O resgate da noção de universais e a consideração deles se apresentam, segundo Mario, como condição fundamental para o florescimento cultural e o desenvolvimento de um determinado povo. Ideias como o Bem, a Justiça, a Sabedoria, segundo Vieira de Mello, não são ideias particulares, no sentido de pertencerem a uma nação específica. Por isso, “todos os povos, na medida em que aspiram verdadeiramente a

³⁴⁶ MELLO, M. V. de. **O Conceito de uma Educação da Cultura**: com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1986, p.278.

³⁴⁷ Ibid., p. 278.

³⁴⁸ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 298.

adquirir cultura são obrigados a se “alienar” de seus nacionalismos narcisistas para se identificar com tais ideias transcendentess³⁴⁹.

“Seria na nossa maneira de não desesperar da idéia do Bem, de não abandoná-la no seu momento de dificuldade que afirmariamos verdadeiramente nossa vontade de uma regeneração cultural, nossa vontade de figurar entre as partes vivas da cultura do mundo ocidental, tão ameaçada pela corrupção e pela barbaria”³⁵⁰.

Em terceiro lugar, o florescimento de um espírito ético na cultura nacional significaria abandonar “a ideia tola de que a cultura europeia só nos pode ser nociva”³⁵¹. Para Mario, somente esta mudança de percepção poderia abrir os olhos nacionais ao esforço por reflexão moral que estava acontecendo em larga escala na Europa e, sobretudo, dispor-nos a utilizar deste patrimônio moral que se encontra à nossa disposição. Um maior contato com a literatura ética dos tempos atuais seria indispensável à intelectualidade nacional. Isso, por que, “para compreendermos uma ideia, verdadeiramente, é preciso que ela se integre na totalidade da nossa natureza e não fique simplesmente repousando na superfície da nossa inteligência”³⁵², e somente as ideias éticas “se transformam na substância mesma do nosso Ser espiritual e corporal”³⁵³.

Por fim, Mario aponta para a educação como o caminho na direção do florescimento de um espírito ético no Brasil e de seu desenvolvimento. Não qualquer tipo de educação, mas aquela que ultrapassa os limites do tecnicismo atingindo as questões humanistas. Em suas palavras: “os estudos éticos, filosóficos ou mesmo teológicos³⁵⁴, muito nos ajudariam na realização deste propósito”³⁵⁵.

³⁴⁹ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p.307.

³⁵⁰ Ibid., p. 309.

³⁵¹ Ibid., p. 306.

³⁵² Ibid., p. 314.

³⁵³ Ibid., p. 314.

³⁵⁴ Mario Vieira de Mello explicita em uma passagem, o sentido em que a religião, na sua perspectiva, poderia também ser útil: “Se Marx pode decretar de modo tão sumário que a religião era o ópio do povo, a razão disso devemos procura-la na sua falta completa de imaginação histórica, na sua crença ingênua de que nos é possível amputar do corpo da história a figura formidável de Jesus de Nazareth, sem prejudicar de modo irremediável a compreensão do destino do homem ocidental. Ao nos esforçarmos por recuperar a consciência dos problemas éticos, por meio de estudos teológicos, nosso objetivo naturalmente não seria uma conversão ao cristianismo no sentido habitual que se empresta à expressão. Mesmo os que praticam a religião, sejam eles católicos ou protestantes, muito ganhariam em se aplicar a tais estudos pois o que eles proporcionam é antes de mais nada uma compreensão ética da História que é essencial à estruturação do nosso Ser cultural e da qual muitas vezes a fé religiosa mais intensa pode estar desacompanhada.” Ibid., p. 309.

³⁵⁵ Ibid., p. 309.

Nós no Brasil que queremos ser originais à custa de arrogância, nós que em outros tempos fomos basbaques e que agora queremos ser “não alienados”, autênticos, autônomos – nós, partidários inconscientes do estetismo com veleidades intermitentes de cientificismo – nós, cuja grande ambição seria conquistar o mais depressa possível um lugar de destaque no concerto cultural da humanidade – nós, imanentistas obstinados, ganharíamos muito em atentar à situação em que se encontra o mundo hoje e meditar sobre as palavras de uma sabedoria indizível que proferiu certa vez Kierkegaard ao considerar os problemas de sua época e as dificuldades levantadas diante do seu esforço no sentido de solucioná-los: “Sócrates, Sócrates Sócrates!” Sim, queremos invocar teu nome três vezes, não seria demais invoca-lo dez vezes, se de um tal apelo fosse possível recolher algum proveito. A crença é geral de que o mundo precisa de uma república, de uma nova ordem social e de uma nova religião, mas ninguém pensa que é de um Sócrates que mais precisa o mundo agora, perplexo como está no meio de tantas noções contraditórias. Mas a coisa é perfeitamente natural, porque se alguém tivesse consciência de um tal fato, ou se muita gente tivesse essa consciência, a necessidade que indicamos de um Sócrates já seria menor. O elemento de que uma ilusão mais necessita é justamente aquele sobre o qual menos se pensa – naturalmente, por que do contrário não seria mais uma ilusão.³⁵⁶

³⁵⁶ MELLO, M. V. de. **Desenvolvimento e Cultura**, p. 326.

CONCLUSÃO

A proposta desta pesquisa foi considerar a participação de Mario Vieira de Mello e *Desenvolvimento e Cultura* no diálogo sobre a questão nacional na década de 50 e 60, quando o ideal nacional-desenvolvimentista dominava o cenário acadêmico brasileiro. Verificamos, inicialmente, que a questão nacional esteve, em geral, relacionada à ideia de atraso. No fim do séc. XIX e início do séc. XX, a questão nacional, atrelada à noção de atraso, foi interpretada a partir do paradigma bio-psicológico, encarnado na ideologia do caráter nacional. Tal ideologia conduziu seus proponentes a uma visão fatalista da realidade nacional, mais claramente vislumbrado nas teorias racistas e nas propostas de branqueamento da raça. As críticas da antropologia e da sociologia, no início do séc. XX, causaram o gradual enfraquecimento do paradigma bio-psicológico e, posteriormente, sua derrocada, no Brasil, impulsionada pelos trabalhos de Caio Prado Júnior.

Durante a segunda metade do séc. XX, nas décadas de 50 e 60, o paradigma bio-psicológico deu lugar ao paradigma econômico. A partir de então, a questão nacional, antes interpretada a partir de elementos raciais, ou da relação entre a raça e o meio, passou a ser compreendida pela posição econômica do Brasil em relação às nações consideradas desenvolvidas. Novamente a questão nacional se via atrelada à noção de atraso. Numa iniciativa governamental, criou-se o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), muito influente neste período histórico, que reuniu estudiosos com o objetivo declarado de produzir uma ideologia que fosse útil ao desenvolvimento do país. O ideário nacional-desenvolvimentista isebiano concebia o problema brasileiro em termos de alienação econômica, e a solução como o florescimento de uma autêntica consciência nacional, que estaria atrelado à emancipação econômica, produzida somente pelo desenvolvimento econômico.

É neste contexto histórico, e para dialogar com este ideário, que *Desenvolvimento e Cultura* entra em cena. De modo geral, é possível dizer que Mario Vieira de Mello, nesta obra, compartilha a constatação desenvolvimentista do subdesenvolvimento nacional e da conseqüente necessidade de desenvolvimento. Mario, no entanto, se distancia dos teóricos desenvolvimentistas na compreensão das causas de tal situação e, por conseqüência, dos caminhos que conduziriam a nação ao desenvolvimento. Para Mario Vieira de Mello, a questão nacional não

poderia, como desejava o ideário desenvolvimentista, ser explicada de modo suficiente, unicamente a partir do elemento econômico. Pelo contrário, seria nos limites da cultura, isto é, do próprio desenvolvimento histórico-cultural brasileiro, mais especificamente na cultura espiritual ou memória brasileira, que as razões da questão nacional deveriam ser encontradas. De posse da filosofia existencial de Kierkegaard, e extrapolando suas concepções do âmbito individual para o coletivo, ou cultural, Mario pontua que a questão fundamental do problema brasileiro seria a ausência de um espírito ético, resultante do estetismo característico de nossa cultura. Tendo como única tradição cultural o Romantismo francês, uma reverberação do ideal estetizante do Renascimento italiano, a cultura brasileira sofreria de um caráter ornamental que impediria o florescimento de uma cultura autêntica, no sentido de ética.

A leitura cultural de Mario Vieira de Mello faz-se importante, primeiramente, por se apresentar como um elemento de contradição ao efervescente ideário desenvolvimentista. Verificar a leitura de Mario nos ajuda a perceber que o ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro, embora tenha dominado o cenário intelectual brasileiro nas décadas de 50 e 60, não o fez sem contraditórios. Neste sentido, Mario antecipa a crítica de Caio Navarro de Toledo ao ideário nacional-desenvolvimentista brasileiro, apontando seu caráter ideológico.³⁵⁷ Em segundo lugar, a leitura de Mario é importante porque, em sua crítica ao desenvolvimentismo, pontua a necessidade de que os estudos culturais aconteçam a partir de paradigmas teóricos não reducionistas, mais abrangentes. Neste sentido, ainda que sob outras bases, Mario Vieira de Mello antecipa o paradigma cultural, muito importante para os estudos históricos contemporâneos. Em terceiro lugar, a grande contribuição de *Desenvolvimento e Cultura* é trazer a tona o papel do elemento ético para o desenvolvimento histórico-cultural. Neste sentido, a leitura cultural de Mario Vieira de Mello levanta a necessidade de consideração e reflexão sobre este importante elemento da vida humana, tão requerido nos dias atuais.

Por outro lado, dois importantes questionamentos se levantam diante da análise de Mario Vieira de Mello. O primeiro delas é se seria possível atribuir a noção de estetismo à cultura brasileira de modo todo abrangente. A questão que se levanta diz respeito à amplitude da assimilação dos ideais do Romantismo francês

³⁵⁷ Cf. TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**, p.41-55.

pelo homem nacional. Parece ser claro, como a semana de arte moderna de 1922 evidencia, que a intelectualidade brasileira tenha assimilado as ideias do Romantismo francês. Mas o mesmo evento, em sua recepção pelos espectadores, parece revelar que os ideais do Romantismo francês, pelo menos naquela ocasião, ainda não haviam encontrado eco na cultura popular.³⁵⁸ Deste modo, um questionamento que se levanta após esta pesquisa é se a leitura cultural de Mario Vieira de Mello pode ser atribuída à cultura brasileira de modo geral, ou apenas a parte dela, sua intelectualidade.

A segunda importante questão é se a leitura de Mario não sofreria do mal criticado por ele no desenvolvimentismo: o reducionismo. Embora na crítica ao nacional-desenvolvimentismo brasileiro Mario tenha apontado a necessidade de um paradigma plural para a leitura cultural, na prática, sua leitura parece produzir apenas uma substituição paradigmática simples; do elemento econômico para o elemento ético. Em se confirmando esta hipótese, a proposta de Mario Vieira de Mello sofreria do mesmo mal que acusa no desenvolvimentismo. Neste caso, seu prognóstico, embora importante, seria tão insuficiente quanto o do paradigma desenvolvimentista.

Alguns anos depois de escrever *Desenvolvimento e Cultura*, Mario Vieira de Mello escreveria outra obra sobre o estetismo na cultura brasileira. Trata-se de *O conceito de uma educação da cultura: com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil*, publicada em 1986, que trata sobre o papel da educação na superação do estetismo e no florescimento de um espírito ético no Brasil. Depois desta análise de *Desenvolvimento e Cultura*, uma reflexão sobre esta obra, definida por Mourão como “o esboço de uma paideia brasileira”,³⁵⁹ se apresenta como imperativo necessário à continuidade da reflexão sobre o estetismo na cultura nacional. Fica lançado o desafio!

³⁵⁸ Cf. CAMARGOS, M. **Semana de 22 entre vaias e aplausos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

³⁵⁹ Cf. MELLO, M. V. de. **O Conceito de uma Educação da Cultura: Com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABBAGNANO, N. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ABREU, C. de. **Diálogos das grandezas do Brasil**. Salvador: Progresso, 1956.
Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000025.pdf>
acesso em 19/09/2011.

AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**. Lisboa. Calouste Gulbenkian

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ARON. R. **As etapas do pensamento sociológico**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BASTOS, P. P. Z. **A construção do Nacional-Desenvolvimentismo de Getúlio Vargas e a Dinâmica de Interação entre Estado e Mercado nos setores de base**. Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.239–275, dezembro 2006.

BONFIM, M. **A América Latina: Males de Origem**. Rio de Janeiro: Liv. Garnier, 1905.

CAMARGOS, Márcia. **Semana de 22 entre vaias e aplausos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

CAMINHA, Pero Vaz de. **Carta do achamento do Brasil**. São Paulo: Callis Editora, 1999.

CASTELLO, J. A. **A literatura Brasileira: Manifestações Literárias da Era Colonial**, 2. Ed. São Paulo: Cultrix, 1965.

CELSO, A. **Por que me ufano do meu País**. Rio de Janeiro: Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/ufano.html>
acesso em 30/09/2011.

COMTE, A. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Pensadores)

CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1958.

CUNHA, E. da. **Contrastes e Confrontos**, 8. ed. Porto: Lello & irmãos, 1941.

CUNHA, E. da. **Os sertões**, 3. ed. Cotia: Ateliê Editorial. 2004.

CUNHA, M. V. **O que aconteceu com Mario Vieira de Mello**. Disponível em: <http://www.dicta.com.br/o-que-aconteceu-com-mario-vieira-de-mello/> acesso em 14/04/2011.

DIAS, G. **Cantos e Recantos**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

DOOYEWEERD, H. **A New Critique of Theoretical Thought**. v. 2. Paideia Press Ltda. Ontario, Canadá. 3ª Ed. 1984.

FAUSTO, B. **História do Brasil**, 11ª ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FERREIRA, J.; REIS, D. A. (org.). **As Esquerdas no Brasil: Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FILHO, M. M. **Serenatas e Saraus: Coleção de autos populares, lundus, recitativos modinhas, duetos, serenatas, barcarolas e outras produções brasileiras antigas e modernas**. V.1. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901, p.221-222.

Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01195310#page/240/mode/1up> acesso em 20/09/2011. acesso em 20/09/2011.

FIORI, J. L. **Para reler o “velho desenvolvimentismo”**, disponível em:

http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5382, acesso em 06/03/2012.

FONSECA, P. C. D. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Revista Pesquisa & Debate, São Paulo: PUC, vol. 15, n. 2 (26), p. 225-256, 2004 p. 2. Disponível em:

[http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens do Desenvolvimentismo.pdf](http://www.ufrgs.br/decon/publionline/textosprofessores/fonseca/Origens_do_Desenvolvimentismo.pdf) acesso em 06/03/2012.

FONSECA, P. D. **Vargas: O Capitalismo em Construção**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1980.

FREYRE, G. **Sobrados e Mucambos**, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981.

GÂNDAVO, P. de M. **Tratado da província do Brasil**, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1965.

GARDINER, P. **Kierkegaard**. São Paulo: Loyola, 2001,

GIDDENS. A. **Sociologia**. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

GOUVÊA, R. Q. **Paixão pelo paradoxo: Uma introdução a Kierkegaard**, São Paulo: Fonte editorial, 2006.

HEGEL, **Fenomenologia do Espírito**, 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOLLANDA, S. B. de. **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial** (revisão crítica por Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira), 2.v., Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 21. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990,

HOLLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

JAGUARIBE, H. **Problemas do desenvolvimento latino-americano: estudos de política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KANT, I. **Antropologia de um ponto de vista pragmático**. São Paulo: Iluminuras, 2006.

KIERKEGAARD, S. **Estética y ética en la formación de la personalidad**. Buenos Aires: Editorial Nova, 1959.

KIERKEGAARD, S. **Kierkegaard**. São Paulo: Nova Cultural, 1974 (Coleção Os Pensadores).

LEITE, D. M. **O amor romântico e outros temas**. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2007.

LEITE, D. M. **O caráter nacional brasileiro**, 3. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1976.

LIMA, M. A. **O corpo no espaço e no tempo: a educação física no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1980.

LINHARES, M. Y. (org.). **História Geral do Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

LINS, I. **História do Positivismo no Brasil**, Brasiliana, v.322. São Paulo, 1967.

LOBATO, M. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1961. (Obras completas, v. 1),

MAMIGONIAN, A; REGO, J. M. **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998.

MARTINS, J. S. (Org.). **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1977.

MARTINS, W. **História da Inteligência Brasileira**. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

MARTINS, W. **O Modernismo**, São Paulo: Cultrix, 1965.

MARX, K; ENGELS F. **A ideologia alemã**. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.

MELLO, M. V. De. **Desenvolvimento e cultura: O problema do estetismo no Brasil**. 3ª Ed. Brasília: Funag, 2009.

MELLO, M. V. de. **Nietzsche: O Sócrates de nossos tempos**. São Paulo: Edusp, 1993.

MELLO, M. V. de. **O Conceito de uma Educação da Cultura**: Com referência ao estetismo e à criação de um espírito ético no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MELLO, M. V. de **O homem curioso: O problema da exterioridade na Filosofia de Aristóteles**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MENDES, C. **Nacionalismo e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IBEEA, 1963.

MENDONÇA, C. S. de, **Silvio Romero: Sua formação Intelectual (1851-1880)**, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.

MONTESQUIEU. **O espírito das leis**, São Paulo: Martins Fontes, 1996.

MORAIS, R. **Cultura brasileira e educação**. Campinas: Papyrus, 1989.

PAIM, A. Avanços na determinação do conteúdo do debate ético no Brasil. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 1. p.38-54, 2008.

PENNA, J.O. de M. **Em berço esplêndido**, 2. ed. Rio de Janeiro: TopBooks, 1999.

PENNA, J. O. de M. **O Kantismo no Brasil**, Disponível em: <http://www.unopar.br/portugues/revfonte/v3/art6/art6.html> (acesso em 02/04/2012).

PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional**, v.1-2. Rio de Janeiro: ISEB, 1960.

PLATÃO, **A República**, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. Livro IV.

PRADO. P. **Retrato do Brasil**, São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

QUEIROZ, J. M. Eça de. **Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Recolhidas**, Porto: Lello & Irmãos, 1929.

RAMOS, A. G. **A Redução sociológica: introdução ao estatuto da razão sociológica**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iseb, 1958.

RAMOS, A. G. **As condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: MEC/Iseb, 1957.

RAMOS, A. G. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes Limitada, 1957.

RIBEIRO, D. **O Brasil como problema**, 2. ed. Rio de Janeiro: S/A, 1995.

RICARDO, C. **O Homem Cordial e Outros Pequenos Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1959.

RODRIGUES, J. H. **Aspirações Nacionais**. São Paulo: Fulgor, 1963.

RODRIGUES, J. H. **História da História do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

RODRIGUES, N. R. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**, 3 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ROMERO, S. **História da Literatura Brasileira**, 6. ed, Rio de Janeiro, José Olympio, 1960.

ROMERO, S. **Zevérrissimações ineptas da Critica (Repulsas e Desabafos)**. Porto: Oficinas do Commercio do Porto, 1909.

RONCARI, L. **Literatura brasileira: dos primeiros cronistas aos últimos românticos**. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2002,

SILVA, S. P. da. **Estética e ética em Kierkegaard: inferências para a cultura pedagógica do Sudeste Goiano**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37,n.2, p. 293-306, mai./ago. 2011.

SILVA, S. P. da. **Por quem e por que foi silenciado o debate sobre o estetismo, na cultura brasileira?** Disponível em: <http://www.soprando.net/ap/tc/por-quem-e-por-que-foi-silenciado-o-debate-sobre-o-estetismo-na-cultura-brasileira> acesso em 10/03/2012.

SODRÉ, N. W. **A verdade sobre o ISEB**. Rio de Janeiro: Avenir, 1978 (Coleção Depoimento).

SOUZA, R. E. de. **O ISEB: a Intelligentsia Brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950**. Revista Tempo, Espaço e Linguagem (TEL), v.1, n.1, jan/jul. 2010.

SMITH, A. D. **A Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

TOLEDO, C. N. de. **ISEB: Fábrica de Ideologias**. Campinas: Unicamp, 1997.

VALE, A. M. do. **O ISEB, os intelectuais e a diferença: Um diálogo teimoso na educação**. São Paulo: UNESP, 2006.

VARGAS, **A campanha presidencial**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

VIANNA, O. **Raça e assimilação**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.

VITA, L. **Alberto Sales: ideólogo da República**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

WEBER. **Ensaio de Sociologia**, Rio de Janeiro, LTC, 5. ed. 1982.